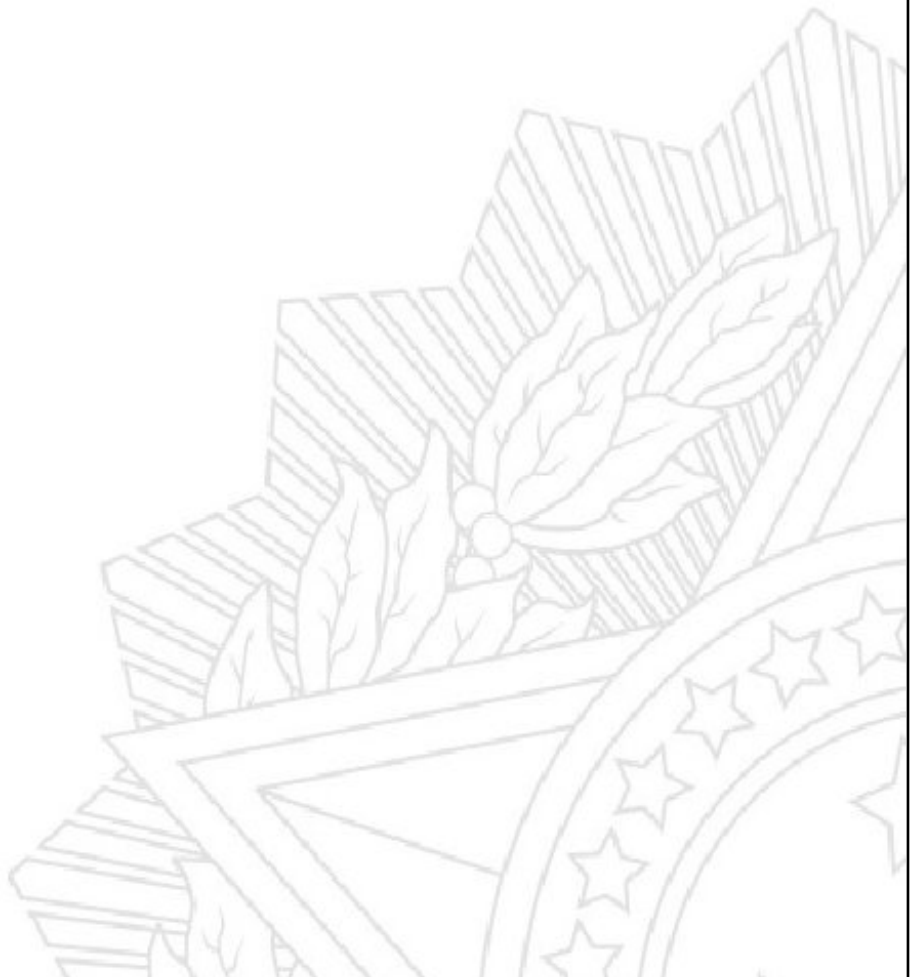




CONGRESSO NACIONAL

RECURSO Nº 1 DE 2021

Recurso interposto pela Senadora Soraya Thronicke em face do indeferimento de questão de ordem por ela levantada na audiência extraordinária da CMO de 31 de agosto de 2021.





CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Of. Pres. n. 139/2021/CMO

Brasília, 06 de outubro de 2021.

À Senhora
Roberta Lys de Moura Rochaël
Diretora da Secretaria Legislativa do Congresso Nacional

Assunto: **Encaminha documentos relativos ao recurso interposto pela Senadora Soraya Thronicke, em razão de indeferimento de questão de ordem.**

Senhora Diretora,

Na sexta reunião de audiência pública extraordinária da CMO, ocorrida em 31 de agosto de 2021, a Senadora Soraya Thronicke apresentou questão de ordem relacionada às escolhas dos relatores setoriais das áreas temáticas pertinentes ao Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2022, conforme o *parágrafo primeiro do Art. 131 do Regimento Comum do Congresso Nacional (RCCN)*. Na ocasião, o Primeiro Vice-Presidente, Deputado Carlos Zarattini, recebeu a questão de ordem e informou a Senadora Soraya que, após sua análise, a questão de ordem seria respondida em outra reunião. Durante a nona reunião deliberativa extraordinária da CMO, ocorrida nos dias 28 e 29 de setembro, o Segundo Vice-Presidente, Senador Izalci Lucas, procedeu à leitura da reposta desta Presidência, que resolveu pelo indeferimento da questão de ordem da Senadora Soraya Thronicke, segundo o disposto no *inciso VII do Art. 15 da Resolução nº 01/2006-CN*. Inconformada com a resposta, a Senadora Soraya decidiu apresentar recurso junto à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, conforme disposto no *parágrafo único do Art. 132 do Regimento Comum do Congresso Nacional*.

Encaminho a V. Sa., em anexo, os seguintes documentos em pdf relativos à instrução do recurso:

- Questão de Ordem formulada pela Senadora Soraya Thronicke, apresentada na sexta reunião de audiência pública da CMO, em 31 de agosto de 2021;
- Ata da sexta reunião de audiência pública extraordinária da CMO, aprovada na nona reunião deliberativa extraordinária, em 28 e 29 de setembro de 2021;



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

- Nota taquigráfica da sexta reunião de audiência pública extraordinária da CMO;
- Resposta formulada por esta Presidência, lida na nona reunião deliberativa extraordinária da CMO;
- Ata da nona reunião deliberativa extraordinária da CMO, realizada nos dias 28 e 29 de setembro (pendente de aprovação);
- Nota taquigráfica da nona reunião deliberativa extraordinária da CMO.

Solicito que o recurso seja encaminhado para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal e coloco-me à disposição para prestar quaisquer outras informações necessárias.

Atenciosamente,


Senadora ROSE DE FREITAS
Presidente

Questão de Ordem

Dispositivos Regimentais:

- **Art. 71 do Regulamento Interno da CMO;**
- **Inciso VI do Art. 16 da Resolução nº. 01/2006-CN.**

Senhora Presidente,

Com base no Art. 131 do Regimento Comum do Congresso Nacional, combinado com o inciso VII do art. 15 da Resolução nº. 01/2006-CN, apresento a seguinte Questão de Ordem:

a) Se há, e se já está publicada a relação dos Relatores Setoriais para o Projeto de Lei Orçamentária para 2022, conforme preceitua o art. 71 do Regulamento Interno da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização;

b) Se foram publicados os Ofícios dos Líderes indicando os Relatores Setoriais ao PLOA 2022, conforme demanda o inciso VI do art. 16 da Resolução nº. 01/2006-CN; e

c) Se as designações para as relatorias setoriais obedeceram ao disposto no inciso VI do art. 16 da Resolução nº. 01/2006-CN;

Soraya Thronick



ATA DA SEXTA REUNIÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 56ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA EM 31 DE AGOSTO DE 2021

Aos trinta e um dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e um, reuniu-se a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no plenário 2, do Anexo II da Câmara dos Deputados. Esta reunião foi convocada para ouvir o Ministro de Estado de Ciências, Tecnologia e Inovações, Sr. Marcos César Pontes, sobre o Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2022 na área de Ciências e Tecnologia na esfera federal, em atendimento ao Requerimento n.º 21/2021-CMO, de autoria da Senadora Rose de Freitas, aprovado na 8ª Reunião Extraordinária da CMO, realizada em 11.08.2021 e subscrito pelos Deputados Adriana Ventura, Bosco Costa e José Guimarães. Foi registrado o comparecimento dos membros: - **Deputados titulares:** Adolfo Viana, André Figueiredo, Bosco Costa, Carlos Zarattini, Charles Evangelis, Coronel Tadeu, Daniel Almeida, Domingos Sávio, Eduardo Costa, Flávia Moraes (virtualmente), Genecias Noronha, Gonzaga Patriota, Hildo Rocha, Hugo Leal, Jhonatan de Jesus, José Guimarães, Júnior Mano, Luciano Ducci, Marx Beltrão, Osires Damaso, Sanderson, Sergio Souza, Uldurico Junior e Zé Carlos; - **Senadores titulares:** Ângelo Coronel, Carlos Fávaro, Izalci Lucas (virtualmente), Simone Tebet e Wellington Fagundes; - **Deputados suplentes:** Adriana Ventura, Alceu Moreira, Aluisio Mendes, Caroline de Toni, Célio Silveira, Dagoberto Nogueira, Danilo Forte (virtualmente), Domingos Neto, Gelson Azevedo, Hercílio Coelho Diniz, Júnior Ferrari, Juscelino Filho, Márcio Marinho, Ossesio Silva, Pinheirinho, Robério Monteiro, Rodrigo Coelho, Drª Soraya Manato, Toninho Wandscheer, Weliton Prado; - **Senadores suplentes:** Esperidião Amin (virtualmente) e Soraya Thronicke. Foi registrado o comparecimento dos parlamentares não integrantes da Comissão, Deputados: Aline Gurgel, Carlos Gaguim, Cezinha Madureira, Claudio Cajado, Frei Anastácio, General Peternelli, Julio Lopes, Leonardo Monteiro, Mariana Carvalho. **ABERTURA:** às dez horas e vinte oito minutos, os trabalhos foram abertos pelo 1º Vice-Presidente, Deputado Carlos Zarattini, que comunicou a finalidade da audiência pública e informou que a reunião ocorria de forma semipresencial com presença de parlamentares no plenário e virtualmente, através da plataforma zoom. Informou que comporiam a mesa além do Ministro de Estado de Ciências, Tecnologia e Inovações, Sr. Marcos César Pontes, o Secretário-Executivo Adjunto, Sr. Carlos Alberto Baptistucci e o Diretor do Departamento de Administração, Sr. Alexandre Villain. Comunicou ainda que, para melhor ordenamento dos trabalhos, de acordo com o estabelecido no art. 398, inciso X, do Regimento Interno do Senado Federal, o ministro disporia de 30 minutos para sua exposição e os Srs. Parlamentares inscritos para interpelar o expositor poderiam fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 5 minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo prazo de 2 minutos. A seguir, o presidente em exercício abriu a lista de inscrições para o debate e transferiu a palavra ao Ministro de Ciências, Tecnologia e Inovações, Sr. Marcos César Pontes, que introduziu o tema, com o auxílio de projetor multimídia, e em seguida passou a palavra ao Sr. Carlos Alberto Baptistucci, Secretário-Executivo Adjunto, que complementou à explanação do ministro com a apresentação da estrutura do Ministério e dados orçamentários. Encerrada a apresentação, o Dep. Carlos Zarattini agradeceu a participação do Ministro e Secretário-Executivo Adjunto e sugeriu estabelecer o critério de que o Ministro respondesse a cada bloco de três perguntas. Assim, concedeu a palavra ao Deputado Domingos Sávio, Relator Setorial da área de Ciência & Tecnologia e Comunicações, e aos Deputados Aluisio Mendes, e José Guimarães que formularam suas perguntas. O Ministro Marcos Pontes agradeceu as perguntas respondeu aos questionamentos feitos pelos três parlamentares. Em seguida o Deputado Carlos Zarattini teceu seus comentários e realizou seu questionamento, assim como os Deputados Juscelino Filho e Adriana Ventura. O Ministro então respondeu às perguntas e aguardou os últimos questionamentos feitos pela Deputada Drª Soraya Manato, Deputados Toninho Wandscheer, Bosco Costa e Senador Wellington Fagundes que, para não prolongar muito, informou que encaminharia suas perguntas por escrito ao Ministro e aguardaria as respostas. Por fim, o Deputado Domingos Sávio, que assumiu a presidência, perguntou sobre os recursos do Finep e foi complementado pelo Senador Wellington Fagundes. O Ministro respondeu os últimos questionamentos e teceu



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

suas considerações finais despedindo-se de todos. O presidente em exercício concedeu, então, a palavra à Senadora Soraya Thronicke que levantou questão de ordem com as seguintes perguntas, com base no Art. 131 do Regimento Comum do Congresso Nacional, combinado com o inciso VII do art. 15 da Resolução nº 01/2006-CN: a) Se há, e se já está publicada a relação dos Relatores Setoriais para o Projeto de lei Orçamentária para 2022, conforme preceitua o art. 71 do Regulamento Interno da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização; b) Se foram publicados os Ofícios dos Líderes indicando os Relatores Setoriais ao PLOA 2022, conforme demanda o inciso VI do art. 16 da Resolução nº 01/2006-CN; e c) Se as designações para as relatorias setoriais obedeceram ao disposto no inciso VI do art. 16 da Resolução nº 01/2006-CN. O Presidente em exercício informou que como não se tratava de Reunião Deliberativa, iria encaminhar a Questão de Ordem a Senadora Rose de Freitas para que ela, como presidente da CMO, pudesse respondê-la. **ENCERRAMENTO:** às treze horas e quatro minutos, o Presidente em exercício, Dep. Domingos Sávio, encerrou a reunião, antes, porém, agradeceu o comparecimento do Ministro e equipe, bem como dos parlamentares presentes. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Congresso.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO
3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
(AUDIÊNCIA PÚBLICA EXTRAORDINÁRIA (VIRTUAL))

Em 31 de Agosto de 2021

(Terça-Feira)

Às 10 horas

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT - SP) - Declaro iniciada a 6ª Reunião de Audiência Pública de 2021 da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Esta reunião foi convocada com a finalidade de atender ao Requerimento nº 21, de 2021, de autoria da Senadora Rose de Freitas, aprovado na 8ª Reunião Deliberativa, para ouvir o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovações, o Sr. Marcos Cesar Pontes, a fim de discorrer acerca do Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2022 na área de ciência, tecnologia e inovações.

Compõem também a Mesa o Sr. Carlos Alberto Baptistucci, Secretário Executivo Adjunto, e o Sr. Alexandre Villain, Diretor do Departamento de Administração.

Informo que a reunião ocorre de forma semipresencial. Pode haver Parlamentares presentes no plenário e Parlamentares participando de forma virtual.

O Ministro disporá de 30 minutos para fazer sua exposição, de acordo com o estabelecido no art. 398 do Regimento Interno do Senado Federal. Em seguida, será aberta a fase de interpelação, conforme prescrito no art. 398. Ainda conforme estipulado no inciso X do mesmo artigo do Regimento Interno do Senado, os Srs. Parlamentares inscritos para interpelar o Ministro poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 5 minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica pelo prazo de 2 minutos.

Informo que a lista de inscrição para o debate está aberta.

Está aqui também o Deputado Domingos Sávio, o Relator Setorial de Ciência e Tecnologia e Comunicações. A presença do Deputado é muito importante no processo de elaboração da peça orçamentária.

Tem a palavra o Ministro Marcos Cesar Pontes.

O SR. MINISTRO MARCOS PONTES - Bom dia a todos.

Antes mais nada, eu gostaria de pedir desculpas pelo pequeno atraso. Nós tínhamos no Ministério dois eventos extremamente importantes, um deles a respeito da Chamada Universal, que atende a toda a ciência brasileira, a irrigação da ciência brasileira pelo CNPq, extremamente importante e esperada pela comunidade científica. No outro evento foi feito o anúncio da pré-qualificação de quatro vacinas nacionais para ensaios clínicos — uma delas já foi aprovada pela ANVISA, para ensaios clínicos; esta é uma coisa extremamente importante para o País —, e houve também um evento sobre o Marco Legal das Startups lá.

Neste início aqui vou falar só um pouquinho, depois eu vou passar a palavra para o Secretário Adjunto, para ele discorrer a respeito da lei, especificamente, do orçamento do Ministério. Eu preciso ressaltar a importância — e por isso falei agora de vacinas, por exemplo — da ciência, da tecnologia, das inovações e da educação para o desenvolvimento econômico e social do País. Se nós observarmos, veremos que, sem exceção, sem qualquer exceção, todos os países desenvolvidos

têm investimentos estáveis em ciência e tecnologia. Não são investimentos enormes, vamos chamar assim, dentro do universo de investimentos entre os Ministérios, mas são investimentos que dão retorno rápido, um retorno garantido, e são investimentos que vão contribuir para o futuro do País como um todo. Nós temos inúmeros exemplos de resultados que têm sido obtidos através de investimento no Ministério, seja pelo CNPq, seja pela FINEP, seja pela EMBRAPPII, inúmeros resultados, com o orçamento reduzido que nós temos.

O que eu gostaria de ressaltar no início também, antes de passar a palavra, é que o orçamento do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações encontra-se no patamar mínimo desde 2013. Então, se observarmos o gráfico desse orçamento discricionário, nós vamos notar que ele está no patamar mínimo. Apesar desse patamar mínimo, temos conseguido uma série de desenvolvimentos. Imaginem quando ele retornar ao patamar normal.

Em conversa com o Ministro Paulo Guedes, ele me garantiu que a partir do ano que vem — e eu espero que isso se concretize, e eu preciso da ajuda do Congresso Nacional nesse sentido — nós teremos mais espaço fiscal e maior orçamento no Ministério.

Nós tivemos a liberação do FNDCT recentemente, o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, o que sem dúvida nenhuma é um ganho muito grande para o País, não é para o Ministério, é para o País, neste ano ainda em estágio transitório para que isso seja estabelecido. A partir do ano que vem, eu espero que fique de forma continuada e estável. Esse financiamento estável em ciência e tecnologia, países como a Coreia do Sul, por exemplo, têm ressaltado frequentemente — temos uma parceria com eles, em termos de consultoria para inovações. Há necessidade de investimento estável. Então, o FNDCT vai ser uma fonte de investimento estável para o País, em termos de projetos, mas há que se separar o orçamento do Ministério do FNDCT. São duas coisas separadas. Eu não posso pagar por custeio, por exemplo, das unidades de pesquisas etc. usando o FNDCT. O FNDCT é destinado a projetos, tem a sua governança própria, que designa quais projetos serão atendidos. Quanto ao orçamento do Ministério, é também muito importante discutir que ele venha para o patamar adequado.

Eu vou parar por aqui e passar a palavra para o Secretário Carlos Baptistucci, para ele apresentar mais detalhadamente os números do Ministério, para ele explicar ou, vamos dizer assim, deixar claro porque que estou falando do valor baixo ainda do orçamento, que precisa ser melhorado.

Obrigado.

O SR. CARLOS ALBERTO FLORA BAPTISTUCCI - Obrigado, Ministro.

Obrigado, Presidente, Deputado Carlos Zarattini, pela oportunidade.

Agradeço também a presença de todos os Senadores e Deputados na nossa audiência.

Primeiramente, nós precisamos entender o tamanho da estrutura do Ministério, para entendermos por que é necessário um orçamento para ser investido nas nossas unidades.

(Segue-se exibição de imagens.)

No nosso Ministério, nós temos 7 unidades orçamentárias. Na administração direta, temos a Administração Central, que fica aqui no Ministério, onde estão além da Secretaria Executiva, 4 secretarias finalísticas. Mas também contamos, dentro da administração direta, com 16 unidades de pesquisa, as que estão colocadas aí, para o pessoal ter uma noção da quantidade de apoio que damos com o orçamento da administração direta. Temos ali o INPE, que é bastante conhecido; o LNCC, onde está o supercomputador; o Laboratório Nacional de Astrofísica, o LNA; o CETENE, o CETEM, o CEMADEN, dos desastres naturais. Então, nós percebemos que é uma estrutura bastante grande e que atende bastante na área de ciência e tecnologia do Brasil.

Além disso, também temos vinculadas ao Ministério seis organizações sociais, entre elas o CNPEM, onde fica o Sirius, cujas linhas de luz foram inauguradas em outubro do ano passado pelo Presidente. Temos também ali o Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada, a EMBRAPPII, que alavanca a área de inovação no País, além do Mamirauá e da RNP, que provê a rede de Internet de altíssima qualidade para as estruturas de educação do País e outros aparelhos governamentais.

Além da administração direta, nós temos a administração indireta, com o CNPq, que provê o fomento e as bolsas de estudos para os nossos pesquisadores; com a FINEP, que operacionaliza o FNDCT, seja a parte de recursos reembolsáveis, que são os financiamentos para os projetos que são restituídos depois, após a execução do projeto, seja também a parte dos recursos não reembolsáveis, que se destinam a fomento e subvenção; com a Agência Espacial Brasileira, que não preciso explicar; com a Comissão Nacional de Energia Nuclear e a CEITEC, uma estatal de *chips*.

Aqui nós vemos a evolução do orçamento do Ministério, sem o FNDCT, e expurgando, nos anos de 2016, 2017, 2018, 2019 e 2020, as ações orçamentárias relativas ao Ministério das Comunicações. Então, temos aqui somente a evolução do

orçamento do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações ao longo dos últimos anos. Como o Ministro já informou preliminarmente, nós percebemos que existe uma pequena curva de decréscimo, que se acentua no ano de 2021. É por isso que estamos aqui, nesta audiência, e esperamos contar com a ajuda dos Senadores e Deputados para recompor o nosso orçamento para o futuro, principalmente para 2022.

Aqui vemos a evolução do FNDCT. Com a Lei Complementar nº 177, passou a ser vedada a inclusão dos recursos arrecadados para o FNDCT no ano, no exercício, em reserva de contingência. Com isso, nós recuperamos os patamares do início do FNDCT, no ano de 2015, quando os recursos não reembolsáveis, ou seja, os recursos destinados a fomento e subvenção eram totalmente inseridos no orçamento. Então, esses recursos gradualmente passaram a ser objetos de inclusão e reserva de contingência, o que acabou degradando, ao longo dos anos, a utilização deles, tendo, em 2020, no caso do FNDCT, sido atingido o patamar mínimo de liberação desses recursos.

Na linha vermelha nós observamos a evolução dos recursos reembolsáveis, que são aqueles recursos destinados à FINEP. A FINEP capta esses recursos do FNDCT e os utiliza para financiar projetos de ciência e tecnologia e inovação para o empresariado brasileiro. Esses recursos são bastante importantes. Infelizmente — e talvez o Ministro venha a falar disto —, eles não estão sendo tão utilizados ultimamente, em função do alto valor da taxa cobrada. O FNDCT prevê uma remuneração, quando empresta esses recursos para a FINEP fazer os seus financiamentos, da ordem da TJLP — e a TJLP, nos últimos anos, estava bastante alta, atingiu alguma coisa em torno de 5% a 6% —, além do *spread*, que é operado pela FINEP, por se tratar de uma estatal não dependente. Esses recursos acabam se tornando um tanto quanto proibitivos quando nós estamos falando de investimentos em ciência, tecnologia e inovação, por causa do risco tecnológico envolvido nesse tipo de financiamento. De qualquer forma, a partir do ano de 2021, passamos a ter disponibilizados até 50% dos recursos do FNDCT para essa atividade de reembolsáveis exercida pela FINEP.

É importante ressaltar a utilização dos recursos do MCTI para os eventos de enfrentamento da COVID-19 em 2020 e 2021. Já em abril e maio do ano de 2020 nós recebemos créditos extraordinários da ordem de 452 milhões de reais, pelas Medidas Provisórias nºs 929 e 962, que foram distribuídos da seguinte forma: 75 milhões de reais para a SEPEF; 6 milhões e 300 mil reais para a SETEL, que agora faz parte do Ministério das Comunicações; 45 milhões de reais para o CNPEM, para ele implementar um laboratório de nível 3 lá em Campinas; e 326 milhões para o FNDCT, para o desenvolvimento de várias atividades de subvenção e fomento a pesquisas na área do FNDCT. Também tivemos algumas despesas discricionárias, designadas no próprio orçamento do Ministério, da ordem de 1 milhão e 400 mil reais.

Em 2021, nós já tivemos o crédito suplementar do FNDCT aprovado na Lei nº 14.169, no valor de 415 milhões de reais, para atendimento, principalmente, a pesquisas com vacinas. Esse recurso já se encontra disponível no Ministério, e a sua utilização foi abordada aqui pelo Ministro, no início da sua fala. Agora, dentro dessa liberação dos recursos do FNDCT para o ano de 2021, o Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 16 — PLN 16, prevê a liberação de 690 milhões de reais. Parte disso, 34 milhões de reais, é para a CNEN garantir a manutenção das atividades de produção de radiofármacos. Isso sempre é um problema, posto que a CNEN é remunerada pelo fornecimento de radiofármacos, mas sempre acaba não conseguindo alocar os recursos advindos da venda de radiofármacos dentro do orçamento por causa do teto orçamentário. Nós já vimos alguma coisa parecida no Orçamento em relação à emissão de passaportes, alguns anos atrás.

Também aqui na parte do FNDCT estão os 655 milhões de reais que vão atender, principalmente, os editais do FNDCT que já estavam em andamento e que, assim, vão poder ser atendidos com os recursos que virão a ser liberados imediatamente, tão logo seja aprovado pelo Congresso. Temos ainda o Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 18 — PLN 18, que complementa essa liberação dos recursos do FNDCT com 16 milhões de reais, para início de algumas atividades ligadas a organizações sociais, entre elas a complementação da construção do Sirius, a expansão das instalações físicas e laboratoriais do LNNano, também lá no CNPEM, e a implantação do primeiro Laboratório Nacional de Máxima Contenção Biológica — LNMCB, um laboratório nível 4.

Nesse eslaide nós vemos o resumo do orçamento total do Ministério no ano de 2021 e a previsão proposta para o ano de 2022. Essa proposição ainda teremos que confirmar. O PLOA deverá ser enviado ao Congresso Nacional ainda hoje e deve traduzir a proposta de orçamento para 2022 que está na segunda coluna.

É importante ressaltar, em relação ao FNDCT, que, até o momento, nós só tivemos 925 milhões de reais liberados. Com a aprovação da Lei Complementar nº 177, de 2021, nós estamos aguardando a distribuição dos recursos, que será feita através dos projetos de lei a serem enviados ao Congresso, tais como os projetos que acabamos de mencionar, por meio dos quais já estão sendo enviados 655 milhões, mais 16 milhões, o que dá alguma coisa em torno de 672 milhões. Ainda haverá suplementação da ordem de 2 bilhões e 80 milhões, alguma coisa assim, completando os 2 bilhões e 745 milhões de reais, recursos ainda não disponibilizados para o ano de 2021.

É importante ressaltar também aquilo que foi dito pelo Ministro. Com esse aumento nos valores orçamentários que estamos recebendo — que ainda não é suficiente, mas já é uma sinalização —, nós estamos privilegiando, principalmente, o atendimento das nossas unidades de pesquisas, em relação às quais, no ano de 2021, foi atingido o patamar mais baixo, em termos de alocação de recursos. Então, para o ano de 2022, nós estamos prevendo um reforço bastante significativo: de 203 milhões de reais, no ano de 2021, para 286 milhões de reais, no ano de 2022. É um aumento de aproximadamente 40% no orçamento das unidades de pesquisas. Entendemos que isso ainda não é o suficiente, mas já conseguiremos recompor o patamar de 2 ou 3 anos atrás.

Para a administração indireta, foram propostos recursos da ordem de 5 bilhões e 731 milhões para 2022. Nesse aspecto, nós temos que ressaltar que, aparentemente, há um acréscimo bastante significativo. Isso ocorre, entretanto, porque ainda não constam da nossa planilha de 2021 os 2,7 bilhões do FNDCT que ainda dependem de aprovação de projeto de lei. Percebemos nessa planilha que já conseguimos também recompor, de alguma forma, os valores para o CNPq, principalmente para bolsas destinadas a pesquisas, que passam de 920 milhões para 980 milhões, para a CNEN, de 176 milhões para 230 milhões — onde esperamos que diminua o problema com a questão dos radiofármacos —, e também para a AEB, de 120 milhões para 160 milhões. É uma tentativa de recuperar o tempo perdido na questão espacial, que é muito cara ao nosso Ministro, por motivos óbvios. Esse quadro mostra a evolução do orçamento do FNDCT, dos recursos não reembolsáveis, dos recursos que são destinados a fomento e subvenção. Podemos observar que ele se inicia, em 2014, com valores bastante significativos, que há um decréscimo quando os recursos passam a ser incluídos em reserva de contingência e que vêm se mantendo em patamares baixos, abaixo de 1 bilhão, durante os últimos anos. Para o ano de 2022 temos uma previsão de recursos do FNDCT para a área de fomento e subvenção da ordem de 4,2 bilhões. Logicamente, repetindo, os valores de 2021 ainda estão em 925 milhões, mas estamos aguardando que os PLN sejam aprovados para atingirmos o patamar previsto, de 3,6 bilhões, ainda em 2021.

É importante ressaltar que vamos precisar de uma ajuda bastante significativa do Congresso, principalmente da CMO, porque todos esses recursos serão apresentados por meio de projetos de lei. Precisamos que os recursos sejam aprovados com a máxima urgência possível no Congresso, para que consigamos executar esses recursos ainda este ano.

Aqui vemos também a evolução do orçamento na parte dos recursos reembolsáveis. A partir de 2021, podemos utilizar até 50% dos recursos previstos no FNDCT, o que dá 3,6 bilhões no ano de 2021. Chegaremos a 4,2 bilhões no ano de 2022. Precisamos enfrentar a questão da taxa do financiamento, que precisamos rever, para que ela fique num patamar adequado e possa realmente ser utilizada de forma significativa pelo nosso setor industrial.

No último eslaide está a evolução do orçamento do FNDCT, com os recursos reembolsáveis e não reembolsáveis. É a soma dos gráficos anteriores.

É importante ressaltar nessa apresentação a evolução do orçamento do CNPq, a outra unidade de referência do Ministério, em termos de fomento à ciência e tecnologia. As principais são a FINEP e o CNPq. Percebemos que houve um decréscimo bastante significativo a partir do ano de 2016 e começamos a buscar a recomposição desses recursos do CNPq a partir do ano de 2022. Eu gostaria de aproveitar a oportunidade para ressaltar que, desde o início do atual Governo, em janeiro de 2019, apesar das dificuldades orçamentárias e financeiras do Governo, o MCTI não atrasou e não deixou de pagar uma única bolsa durante todo esse período. Ou seja, as bolsas devem ser pagas até o quinto dia útil do mês subsequente ao que o candidato faz jus, e não atrasamos durante todo esse período uma única bolsa, não deixamos de pagar uma única bolsa nesse período. Isso é bastante relevante. Bom, senhores, essa é a nossa apresentação. Estamos à disposição para qualquer pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT - SP) - Tem a palavra o Ministro.

O SR. MINISTRO MARCOS PONTES - Obrigado, Carlos Alberto.

Quero novamente agradecer ao Deputado Carlos Zarattini e à Comissão Mista de Orçamento por esta oportunidade.

Nestes 6 minutos que sobraram, gostaria de fazer alguns comentários, alguns complementos sobre o que foi apresentado aqui. Começo com o seguinte, somando àquilo que eu disse no início: como deu para notar, o orçamento do Ministério, que há que ser separado, vamos dizer assim... Devemos entender muito bem que o orçamento do Ministério é uma coisa, e o FNDCT é outra coisa. O orçamento do Ministério, como deu para ver no gráfico, vem sendo reduzido desde 2013. Apesar dessa redução — e vou ressaltar um ponto que ele abordou —, coloquei como prioridade no Ministério, desde o início, proteger as bolsas do CNPq e o orçamento das unidades vinculadas. Por quê? Às vezes o pessoal fala de uma forma muito ruim a respeito das bolsas do CNPq. A bolsa do CNPq é essencial para a manutenção da ciência do País, da ciência básica. Sem a ciência básica, não temos o desenvolvimento de mais nada. Então, isso é extremamente importante. Aquilo ali é o salário do pesquisador. Por isso colocamos, desde o início, essa coisa muito forte, em termos das bolsas.

Quando recebemos, lá no início, faltavam 330 milhões, ou seja, tínhamos recurso para pagar até agosto de 2019. Isso veio no orçamento de lá. Então, fizemos todo o esforço, não atrasamos nem 1 dia e pagamos. No último mês, tivemos que fazer uso de recursos de fomento do CNPq para pagar o mês de setembro. Depois entrou o PLN, e conseguimos ir até o final do ano sem atrasar nada. Foi dramático o ano de 2019. Em 2020, as bolsas já estavam garantidas. Em 2021, o valor das bolsas está garantido, mas, como foi mostrado, o orçamento do CNPq precisa ser recuperado. Isso é importante para a ciência do País. Este é um ponto.

Outro ponto importante é o das nossas unidades de pesquisa. Elas já estão trabalhando com o mínimo, com o mínimo mesmo. Não dá para haver mais redução no orçamento delas. Então, tentamos ao máximo manter esse orçamento. Este ano, com o valor que recebemos, tivemos que fazer um pequeno corte, mas todo o resto teve mais corte do que as unidades de pesquisa. Precisamos recuperar esse valor, como ele mostrou no final, das unidades de pesquisas. Elas são essenciais também para a pesquisa.

Outra coisa eu gostaria de ressaltar, porque é importante e tem relação com o PLN 16. Eu queria pedir o apoio da Comissão. Esse PLN veio para cá na semana passada. Ele trata de 690 milhões de reais. Uma parte é do FNDCT, e uma parte é para os radiofármacos. Nós temos que pagar 34 milhões de reais para que haja radiofármacos nos hospitais do Brasil. Então, não é questão de opção. É essencial que nós tenhamos isso, e rapidamente. Para completar o pagamento por radiofármacos neste ano, ainda precisamos de um valor extra, de aproximadamente 54 milhões de reais, para que isso seja complementado até o final do ano e para que não falte medicamento para tratamento de câncer etc.

Outro ponto importante: quando vemos os gráficos com o FNDCT, esses gráficos subindo ao final, a impressão que temos é de que, em relação ao orçamento, ficou tudo bem, mas a questão que existe é que esses recursos, embora tenham sido liberados pela Lei 177, ainda precisam ser efetivamente colocados. Esse PLN 16 tem um percentual. São seiscentos e poucos milhões voltados para o FNDCT, e ainda existe um complemento, do total de 2 bilhões e 700 milhões de reais previstos para o FNDCT não reembolsável neste ano. O problema é a data. Nós estamos em setembro, basicamente, e temos períodos para a execução. Temos que fazer chamada, edital. Isso leva tempo. Então, a execução disso fica complicada. Quanto maior a demora, mais difícil fica colocar isso realmente, efetivamente. Então, eu vejo os gráficos, mas é importante sempre ter em conta isso. Para o ano que vem, esperamos que esse negócio fique estável de forma geral.

Finalmente, nos 2 minutos finais que sobraram, vou falar da utilização dos não reembolsáveis e reembolsáveis. A parte não reembolsável do FNDCT é extremamente importante para laboratórios nas universidades, para laboratórios nas unidades de pesquisas, para fomentar a pesquisa básica, para fomentar a pesquisa aplicada, para dar subvenção a pequenas empresas. Então, essa é a parte importante realmente. A parte reembolsável, para empréstimos a empresas, tem a sua importância. Contudo, existe a cobrança da TJLP. Quando a FINEP usa recursos reembolsáveis, ela usa a TJLP. Soma-se o *spread*, que já está bem reduzido na FINEP, mas mesmo assim dá um valor alto, que precisa ser equalizado. Essa equalização dentro da FINEP, para reduzir a taxa para o empreendedor — e a FINEP não é um banco, é um órgão de fomento a pequenas *startups* etc. —, retira recursos da parte não reembolsável. Então, o ideal seria que o valor reembolsável fosse o menor possível e que se aumentasse o percentual não reembolsável. Essa é uma das nossas demandas ali dentro do FNDCT, para que possamos utilizar de forma mais efetiva os recursos disponíveis para a ciência e ter, como eu falei no início, todas as vantagens do investimento em ciência.

Eu sou o Ministro da Ciência e Tecnologia. Parece que estou puxando a sardinha para esse lado, mas não. A ciência, a tecnologia e as inovações mudam o País — junto com a educação, conseguimos transformar o País. Para isso, precisamos desse investimento estável. Eu conto muito com a ajuda daqui.

Obrigado, Deputado, e me desculpe pelo tempo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT - SP) - Obrigado, Ministro.

Obrigado, Dr. Carlos Alberto, pela exposição.

Nós vamos seguir a ordem de inscrição e, evidentemente, atender ao nosso Relator Setorial, o Deputado Domingos Sávio, que é o primeiro inscrito.

Os oradores inscritos terão o prazo de 5 minutos. Vamos ouvir três Parlamentares. Em seguida, retornaremos à Mesa e depois continuaremos.

O Deputado Domingos Sávio tem a palavra por 5 minutos.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) - Sr. Ministro Marcos Cesar Pontes, quero cumprimentá-lo e cumprimentar a sua equipe — os que aqui estão presentes e os demais.

Quero cumprimentar também os colegas Parlamentares.

Acho extremamente oportuno para a nossa Comissão e para o País fazermos este debate com V.Exa. na antevéspera do envio do Orçamento a esta Casa. Eu acredito que, neste momento, é importante que estejamos sensibilizados e possamos nos unir ao Ministério, no primeiro momento até para que o próprio Governo já nos envie um orçamento mais robusto, até porque as nossas possibilidades de remanejamento aqui no Congresso têm algumas limitações.

O Relatório Setorial é justamente a atividade que a Comissão — e a partir dela o Congresso — irá desenvolver pontualmente sobre o orçamento do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações. Portanto, eu quero de antemão colocar a minha posição 100% afinada com as primeiras palavras do Ministro: não há como pensar desenvolvimento num país com as dimensões do Brasil, com o potencial do Brasil, sem investimentos feitos, pelo menos, de maneira bem planejada e programada e estável, para que nós tenhamos de fato avanços tecnológicos que no mínimo nos coloquem em condições competitivas em relação ao resto do mundo.

Nós temos agora a boa notícia, que V.Exa. nos trouxe logo no início dos trabalhos, Ministro, de que quatro vacinas já estão na fase inicial do processo experimental. É preciso que haja previsão de recursos para continuarmos apoiando isso. A UFMG — Universidade Federal de Minas Gerais é uma das instituições que estão trabalhando firmemente nisso. Nós sabemos que, se a universidade for contar com a rotina de recursos dela, para pesquisas como essa. Esta realidade que nós temos requer a responsabilidade de darmos uma resposta, com produção nacional de vacinas para o combate à COVID, com a qual nós sabemos que haveremos de conviver por muito tempo. Estamos todos ansiosos, na expectativa de retomarmos com um pouco de normalidade a nossa vida, mas isso não significará a ausência do vírus no nosso convívio. Essa é uma realidade que já é de conhecimento absoluto. Então, a vacina terá que continuar sendo uma arma permanente. Mas esse é só um dos exemplos.

Eu vou me dirigir a V.Exa., Ministro, e fazer algumas perguntas, cuja resposta pode nos ajudar a contribuir com o Ministério. A primeira pergunta é sobre algo que eu quero aprender. Perdoe-me a ignorância. Nós estamos aqui para aprender também e para servir melhor ao Brasil. Tenho razoável conhecimento da estrutura do Sistema Único de Saúde. Dedico-me muito às causas da saúde. Portanto, sei como funciona o sistema do SUS para fins de credenciamento da oncologia no Brasil, para tratamento do câncer. Surpreendeu-me o que V.Exa. colocou sobre a CNEN — e eu fiquei um pouco na dúvida sobre se é Comissão Nacional de Energia Nuclear; é isso mesmo? Eu já acompanho alguma coisa na Comissão de Minas e Energia, onde atuo, que tem uma interface com essa estrutura. Mas eu quero entender por que o Ministério da Ciência e Tecnologia paga por essa produção de fármacos. Porque esses fármacos, obviamente, vão chegar a todos os hospitais que fazem tratamento oncológico, e eles são remunerados pelo SUS. Então, eu estou querendo entender se esses hospitais não pagariam ao sistema pela aquisição desses medicamentos, até porque muitos são privados. Quando não são privados — e é a ampla maioria —, são entidades não governamentais, filantrópicas, e elas recebem o pagamento pelo SUS. Por sinal, a área de oncologia, felizmente, é uma das áreas cuja remuneração é razoável — eu não diria superavitária. Há equilíbrio. Normalmente, essas instituições conseguem se equilibrar. Nós aqui sempre as defendemos, para que tenham um orçamento justo, porque é óbvio que isso é imprescindível. Temos que ser parceiros das instituições que fazem o tratamento do câncer. Eu sou parceiro delas. Eu só quero entender como funciona isso. Por que o Ministério da Ciência e Tecnologia vai financiar fármaco? Nós temos um orçamento — e inclusive é um dos poucos que é impositivo — com mínimo constitucional para a saúde. Eu preciso entender isso melhor.

Agora as minhas perguntas, para vermos como podemos ajudar os programas. Preocupa-me, Ministro, a necessidade de termos um pouco mais de proatividade. Não é uma crítica a V.Exa. nem ao Ministério, é uma reflexão sobre o Ministério da Ciência e Tecnologia. Depois que saiu a área de comunicação, imagino, por exemplo, que os investimentos em Internet acabaram indo para o Ministério das Comunicações. Se eles ainda estão lá, o que nós podemos fazer para que o Ministério tenha um orçamento que lhe permita desenvolver parceria com Estados e Municípios, com a estrutura pública de educação, para que haja de fato conectividade, para que haja de fato a universalização dos serviços de Internet? Precisamos voltar a fazer uma coisa que havia no Ministério — e volto a lhe dizer: não sei se era porque estava junto o setor de comunicações —, que eram programas, convênios que possibilitavam, Deputado Zarattini — e V.Exa. está aqui também há muito tempo, deve se lembrar disso —, aos Estados a instalação de centros de treinamento e de qualificação de jovens, os CVT — Centros Vocacionais Tecnológicos. Depois, em Minas, eles avançaram para estruturas mais amplas, onde os jovens, a população, além de aprender a operar máquinas, passava a ter acesso a cursos profissionalizantes, a uma série de ganhos. Então, a ciência e a tecnologia são democratizadas. Elas não podem continuar existindo só para os mais abastados, que podem comprar um computador e pagar por acesso à Internet. Essa universalização é necessária. Eu quero saber do Ministro se nós temos, dentro da estrutura orçamentária, como operar isso.

Por fim, como nós podemos interagir para fortalecer pesquisas — se já não temos esta possibilidade —, como podemos interagir com órgãos poderosos, em termos de capacidade de oferecer resultados para o Brasil, mas que sabemos que andam também com problemas para se autofinanciar, como a EMBRAPA, onde está uma das maiores riquezas do

Brasil? Ela não só atua para alimentar todos os brasileiros, mas também para produzir reservas, com as grandes exportações que temos, que geram emprego e geram receita — a agricultura, a pecuária.

O Brasil padece até hoje por ter que importar a maior parte dos seus adubos. Nós não conseguimos avançar em reserva de potássio, por exemplo. Há algumas composições em que o Brasil patina, não avança. Temos notícia de que há jazidas no Brasil, mas falta pesquisa, faltam alternativas para isso. Precisamos ter produções de adubo aqui no Brasil, para diminuir o custo da agricultura.

Então, como nós poderíamos ter um pouco mais de planejamento, de recursos e proatividade, um Ministério que atue também com a agricultura, com as comunicações e nos ajude a resolver alguns gargalos como esse? Esta é a minha preocupação como Relator Setorial: saber como podemos ajudá-lo. Acho que o Ministério da Ciência e Tecnologia é uma alavanca para o desenvolvimento deste País, mas, às vezes, nós sentimos que isso não está sendo utilizado na dimensão em que deveria ser utilizado. Não é que não está sendo bem utilizado, é que não está sendo utilizado na dimensão em que eu acredito que deveria ser. Nós precisamos que vocês nos alertem sobre isso e nos respondam por que pagamos por fármacos no Ministério da Ciência e Tecnologia, e não no Ministério da Saúde.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT - SP) - Muito obrigado, Deputado Domingos Sávio.

Agora nós vamos passar a palavra, pela Liderança do PSC, ao Deputado Aluisio Mendes.

O SR. ALUISIO MENDES (Bloco/PSC - MA) - Obrigado, Sr. Presidente.

Eu queria cumprimentar o Ministro Marcos Pontes, o Dr. Carlos Alberto e o Dr. Alexandre.

Sr. Presidente, eu tenho acompanhado muito o trabalho do Ministro Marcos Pontes. É um trabalho digno de registro e de elogio, porque, a despeito de todas as dificuldades orçamentárias e financeiras encontradas no Ministério, ele tem feito um grande trabalho.

Eu quero dizer, Ministro Marcos Pontes, que comungo da sua filosofia de que investimento em ciência e tecnologia não é gasto, é investimento no futuro deste País. Tenho observado e temos conversado muito sobre as dificuldades que V.Exa. tem enfrentado diante da possibilidade de fuga de cérebros brasileiros para o exterior, por causa da falta de pagamento das bolsas. Isso é um dano irreparável para o nosso País.

Eu quero empenhar para V.Exa. a minha palavra, o meu trabalho incansável, como 1º Vice-Líder do Governo no Congresso, como Líder do meu partido, como membro da CMO, para resgatar o orçamento do Ministério da Ciência e Tecnologia. Não se pode pensar num país evoluído sem ciência, sem tecnologia, sem investimento nesses dois fatores. E V.Exa. é o homem certo no lugar certo.

Temos aqui uma grande vantagem, a de ter o Deputado Domingos Sávio como Relator da área da ciência e tecnologia na CMO. Tenho certeza de que o Deputado Domingos Sávio colaborará muito com o Ministério, pelo seu sentimento, pela sua grande percepção de que o setor de ciência e tecnologia é um grande avanço para este País.

Então, Ministro, quero mais uma vez deixar à sua disposição o meu trabalho, o meu compromisso de, nesta Casa, ajudar cada vez mais o Ministério. Sem pensar em ciência e tecnologia, este País não vai a lugar nenhum. Nós temos o exemplo, que o Deputado Domingos Sávio citou agora há pouco, do desenvolvimento de quatro vacinas brasileiras, com tecnologia brasileira. Como se faz isso sem investimento em pessoas e em recursos? É impossível pensar nisso. A descontinuidade do fluxo orçamentário e financeiro para esses projetos pode causar um grande prejuízo para o Brasil, como já causou tempos atrás. Nós temos que ter essa percepção e o cuidado de fazer com que esse fluxo tenha continuidade e seja aumentado. Precisamos investir na ciência brasileira.

Ministro, parabéns pelo seu trabalho! Parabéns a sua equipe! Conte comigo sempre aqui nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT - SP) - Muito obrigado, Deputado Aluisio Mendes.

Eu vou passar a palavra imediatamente, pela Liderança da Minoria, ao Deputado José Guimarães.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT - CE) - Sr. Presidente em exercício, Deputado Carlos Zarattini, Sr. Ministro da Ciência e Tecnologia, eu considero importante, neste momento do debate nacional, o pronunciamento do Relator setorial sobre o papel da pesquisa no processo de desenvolvimento do nosso País. E a primeira providência que nós temos que tomar, Sr. Ministro, aqui na CMO é recompor o Orçamento, não é só tratar de 2022. Há uma recomposição a ser feita que o Governo do qual V.Exa. é Ministro não aceita.

Portanto, o discurso de que a pesquisa, Deputado Domingos Sávio, é importante fica só na letra morta, porque, quando a matéria for votada aqui, vem outra orientação do Governo, que não compreende a importância estratégica da pesquisa, do investimento em inovação e em tecnologia para o País. E há uma imposição, que V.Exa. conhece, que é a tal PEC do

Teto, que impede isso. Mas foi este Congresso que votou a PEC do Teto, que impôs restrições fiscais draconianas que impedem o desenvolvimento da ciência em nosso País, Deputado Domingos Sávio.

Ministro, eu conheço V.Exa., até porque V.Exa. serviu aos nossos Governos como pesquisador, como cientista, sei da sua boa vontade. No entanto, há uma decisão de governo que não valoriza e não compreende, ou não quer compreender, a importância da pesquisa científica no Brasil. A minha pergunta é: como V.Exa. se sente Ministro de um Governo que não considera a ciência relevante, inclusive não considerou a ciência relevante agora em tempos de pandemia?

Muitas vezes fico observando — estou no quarto mandato aqui — o drama de alguns Ministros, que eu conheço e que estão servindo ao Governo, que ficam sem poder reagir. O Governo, pela sua centralidade, em virtude da política econômica do Paulo Guedes, que é um desastre para o País, e por causa da PEC do Teto, impõe restrições nas áreas em que não deveria haver restrições fiscais, como ciência, tecnologia, educação, meio ambiente. Enfim, fica todo mundo amarrado, sem poder fazer nada.

E o discurso, Ministro, na hora de se votar, na hora do vamos ver, como diz um ditado do Ceará, Líder e Presidente Carlos Zarattini, de que a ciência e a tecnologia são importantes fica só para fora, não tem incidência na peça orçamentária.

Então, eu faço esta pergunta: Como V.Exa. se sente nisso?

E, Deputado Domingos Sávio, é preciso recompor. Não adianta discutir 2022, é preciso recompor o que está aqui. Só no Fundo Nacional já há 2 bilhões contingenciados — não é isso, Secretário? —, 2 bilhões contingenciados. Vamos ou não descontingenciar isso no PLN que está tramitando aqui na Casa? É assim que tem que ser feito, porque, senão, nosso discurso não encontra minimamente relação com a realidade da pesquisa, da ciência e da tecnologia no País. Não existe país desenvolvido se não se investir em ciência e tecnologia. Aliás, o Brasil caminha na contramão do que está acontecendo no mundo. É estratégico! Relator, nós, ao contrário do que há, deveríamos era aumentar o investimento. Por conta dos problemas da COVID — essa praga que atingiu o mundo e atingiu o Brasil não vai terminar, não, no final do ano —, deveria haver um processo intenso de investimento em pesquisa. Nós deveríamos, Ministro, era aumentar os recursos de ciência e tecnologia, começando com a recomposição, o descontingenciamento e a ampliação da participação da ciência e tecnologia na LOA de 2022, que deve estar vindo.

Por último, Presidente Zarattini, era importante nós acompanharmos a proposta que vem de lá. Sabe por que, Ministro? Quando chega aqui, vem tudo encaixotado, no caixão do Paulo Guedes. A margem para nós ajudarmos o Ministério da Ciência e Tecnologia fica praticamente zero, porque não há como tirar, nem a base do Governo aceita. Portanto, Ministro, era importante que o que viesse de lá agora já viesse com essa recomposição, porque, senão, o Relator fica limitado, ele não tem como agir, e nós vamos ficar aqui fazendo demagogia, dizendo que é importante a ciência e tecnologia, e na prática não é coisa nenhuma, pois não há pesquisa se não houver investimento. V.Exa. disse bem, pagamento de bolsa. Mas tem que haver investimento em inovação, colocar este País, este gigante, para investir na pesquisa, coisa que o atual Governo não faz.

Eu queria fazer, Presidente Zarattini, essas considerações, rogando ao Relator setorial que agíssemos aqui dentro para recompor tudo nessa área, porque aí nós contribuiríamos com o País. Não é um problema de Governo que está em jogo, é um problema do País. E nós deveríamos atuar para recompor todos os recursos. Volto a dizer, descontingenciar o que está preso aqui, na tesoura do Guedes, para depois pensarmos em 2022.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT - SP) - Muito bem.

Vamos agora ouvir, por até 10 minutos, o Ministro, que responderá as perguntas dessa primeira rodada.

Informo que estão inscritos o Deputado Coronel Chrisóstomo, eu mesmo me inscrevi, o Deputado Juscelino Filho e a Deputada Adriana Ventura.

O SR. MINISTRO MARCOS PONTES - Obrigado, Presidente.

Começo, então, com a parte do Deputado Domingos Sávio. Eu vou deixar a parte do trâmite do recurso para o Baptistucci, que falará a respeito da CNEN.

O primeiro ponto a ressaltar é que a Comissão Nacional de Energia Nuclear — CNEN é um órgão do Ministério. A CNEN é bem antiga, tem 65 anos, mas é um órgão do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações — MCTI, e a política nuclear pertence ao MCTI. Às vezes há certa confusão com o Ministério de Minas e Energia, que cuida da parte elétrica, da parte eletronuclear, da parte hidroelétrica e assim por diante. O que acontece em relação a isso? Há vários institutos de pesquisa conectados à CNEN, e um deles é o IPEN, que faz a preparação desses isótopos que serão utilizados pela medicina, aqui no Brasil, nos hospitais.

Esse pagamento é feito enquanto nós não tivermos a capacidade, e aí vem um ponto importante, de produzir esses radioisótopos por meio do Reator Multipropósito Brasileiro — RMB, projeto que, desde 2008, vem nessa tentativa de sair do papel. O Ministério da Ciência e Tecnologia já investiu, se não me engano, mais de 400 milhões nesse projeto, mas ele ainda precisa decolar. E agora, eu já coloquei ali, é para nós realmente tirarmos esse reator do papel, com o FNDCT, e podermos tê-lo na prática.

Por que esse reator é importante? Esse Reator Multipropósito funciona no sentido de termos a tecnologia para criar, por exemplo, o sistema de propulsão do submarino da Marinha, é uma das aplicações; para a produção de radioisótopos no Brasil, e, assim, ficarmos livres da importação feita pela CNEN.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) - Isso é usado no acelerador linear dos hospitais no tratamento por radioterapia, não é isso?

O SR. MINISTRO MARCOS PONTES - Exatamente.

Esse pagamento — depois eu vou passar a palavra para ele explicar como é feito esse pagamento — logicamente vai para o Tesouro e não retorna para nós. Mas ele vai falar um pouquinho sobre isso aqui.

Deixem-me só entrar na parte de conectividade. Quando havia o Ministério das Comunicações, nós preparamos um plano que se chamava MCTIC — porque havia o "c" na época — Conecta Brasil, e isso incluía toda uma estrutura de fibra óptica pelo Nordeste, pelo Norte, pelo Centro-Oeste, basicamente para iluminar as partes menos favorecidas do Brasil em termos de conectividade, com os *backbones* de fibra óptica. Seriam 77 cidades do Nordeste, mais 10 quilômetros de fibra pelo leitos dos rios, no Norte, e toda a parte de conectividade rural no Centro-Oeste. Este projeto foi feito, nós tínhamos recursos para isso, os recursos privados do setor de comunicações, recursos já todos acertados, agora eu passei ali para o Fábio, e ele já tem todo o projeto pronto, está sendo feito também esse projeto.

Agora, para que nós tenhamos efetividade em tudo isso, precisamos de outras coisas também, como, por exemplo, a Internet das Coisas, a inteligência artificial. Quando pensamos em 5G, o 5G sozinho não altera nada. Nós precisamos ter todas as tecnologias acessórias, e temos feito isso no Ministério. Nós temos, por exemplo, o Plano Nacional de Internet das Coisas, que contempla cinco câmaras setoriais. Essas câmaras são: Indústria 4.0, Saúde 4.0, Agricultura 4.0, Cidades Inteligentes e Turismo 4.0. Isso aí foi escolhido por consulta pública, e dentro de cada uma dessas câmaras nós temos vários desenvolvimentos. No Agro, por exemplo, há um desenvolvimento muito grande nisso aí em termos de sistemas para irrigação de precisão, economia de água, uma série de coisas. Inclusive, quanto a isso também, uma boa notícia aqui é que eu encomendei... Lembro que eu tive uma reunião com a Ministra Tereza Cristina, e ela me disse que 90% do nosso insumo, tanto fertilizantes quanto defensivos, todos são importados. Isso não pode ser. Nós temos que fazer isso no Brasil. Então, eu encomendei com o Prof. Evaldo, que é o Presidente do CNPq, porque ele já foi reitor da Universidade de Viçosa, então ele conhece bem a área, o desenvolvimento de bioinsumos no País. Então, esse projeto está em andamento lá para o desenvolvimento de bioinsumos no País.

O Ministério da Ciência e Tecnologia é uma ferramenta. A ciência e a tecnologia estão em todos os Ministérios. Então nós temos estratégias que são feitas em parceria com muitos Ministérios. Eu comparo isso a uma corrida de bastão. Por exemplo, nós desenvolvemos com o Ministério da Saúde os medicamentos. Há uma série de desenvolvimentos, e demoraria muito tempo para eu falar sobre isso, mas são medicamentos, testes diagnósticos desenvolvidos no Brasil com inteligência artificial, biossensores, etc. Toda a parte de sequenciamento genético do País é feita no Ministério, além de todo o desenvolvimento de vacinas. Portanto, nós desenvolvemos o equipamento e passamos para o Ministério da Saúde aplicar na saúde pública. Também em relação ao desenvolvimento de equipamentos e tecnologias que são passados ao Ministério da Agricultura para serem aplicados. A mesma coisa acontece com outros Ministérios. Essa é mais uma razão da importância da ciência e tecnologia, porque elas propulsionam todos os outros Ministérios, todas as outras políticas públicas.

Nós temos diversas estratégias para cada setor: setor espacial, setor nuclear, toda a parte de materiais avançados.

O Brasil está se desenvolvendo, apesar da questão orçamentária. Se nós tivéssemos o orçamento correto, imaginem a capacidade disso aí para o País!

Nós fizemos o seguinte: montamos, vamos dizer assim, um carro de Fórmula 1. Ele está na garagem. Está tudo organizado no Ministério. Aliás, nós temos, no Ministério, uma página que é de entregas do Ministério — se entrar na página, você vai ver — e que mostra uma série de coisas que foram feitas. Agora, estamos esperando o combustível para colocar nesse carro e ganhar a corrida. O Brasil precisa fazer isso. Ele precisa ter a posição de protagonista no planeta em termos de tecnologia. O Brasil tem tudo para fazer isso. Precisamos desse salto agora.

Sobre a formação de profissionais, nós trabalhamos juntos; temos, inclusive, o Brasil Futuro, um programa para a formação de 40 mil profissionais — são técnicos — na área de Tecnologias da Informação e Comunicação — TICs, em que temos um *gap* muito grande, e uma série de outros trabalhos em parceria com a EMBRAPA. Eu faço parte do conselho da EMBRAPA. Eu fiz questão de entrar no conselho para poder utilizar... E foram aprovados projetos da EMBRAPA agora pelo FNDCT também. Esse trabalho está sendo feito em conjunto. Mas é lógico que tudo isso precisa do combustível. Então, eu tenho falado sobre isso bastante.

Nós temos feito muitos resultados com pouco orçamento. Quando entrar mais recurso no orçamento, isso vai multiplicar. Aliás, eu aconselho entrar no *site* do Ministério: gov.br/mcti. Há muitos resultados interessantes lá para serem falados.

Queria agradecer ao Deputado Aluisio Mendes, pelos comentários, pelo trabalho que tem feito também ali. Estamos com o Centro Espacial de Alcântara literalmente decolando. Temos resolvido problemas de décadas. Por exemplo: 36 anos com os quilombolas lá no Centro Espacial de Alcântara, hoje eles têm as terras; 34 anos com a Autoridade Nacional de Segurança Nuclear; 20 anos com o Acordo de Salvaguardas, agora o centro vai literalmente decolar; 15 anos com o lançamento agora do Instituto Nacional do Mar, e assim vai. O próprio Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas estava lá no espaço por 2 anos sem utilização, agora mais de 3 milhões de crianças estão recebendo o sinal. Lançamos quatro satélites. Imaginem o que seremos capazes de fazer se houver o orçamento adequado.

Para o Deputado José Guimarães, obrigado, antes de mais nada, pelos comentários e pela importância que tem dado à ciência e tecnologia.

A ciência é para todos. É importante levar em conta sempre isto: a ciência é para todos nós. Tem que se tirar a parte ideológica, vamos dizer assim. Temos que trabalhar juntos para conseguirmos desenvolver. Eu vejo isso. Entendo, logicamente, o lado do Ministro Paulo Guedes, a preocupação que ele tem com relação à economia, mas eu, como Ministro da Ciência e Tecnologia, tenho que defender o orçamento da ciência e tecnologia. De vez em quando, conversamos bastante sobre isso, e eu explico isso a ele. É o trabalho que se faz. É um conjunto: cada um tem a sua caixinha, vamos dizer assim, para trabalhar, e tem que ver que o Ministério da Ciência e Tecnologia pode ajudar no desenvolvimento econômico e social do País. Quando se investe em ciência e tecnologia, a economia cresce. Em todos os países é assim, a economia cresce com isso. Então, é importante ter esse senso.

Nós temos alguns resultados, algumas liberações agora desses 600 milhões, desses 650 milhões. Mas a minha preocupação, como eu disse, é que nós precisamos, sim, ter a liberação do restante desses 2 bilhões este ano, que faz parte do projeto de complementar os recursos não reembolsáveis do FNDCT este ano. E existe a questão do tempo, existe o tempo de execução. Nós estamos em setembro. Temos que levar isso em conta.

Obrigado pelos comentários.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT - SP) - Pode complementar.

O SR. CARLOS ALBERTO FLORA BAPTISTUCCI - Deputado Domingos Sávio, em relação à sua dúvida sobre o pagamento do que é produzido pela CNEN, como o Ministro bem observou, sabemos que ela é a única entidade no Brasil que trabalha com radioisótopos, com materiais nucleares, no IPEN, que é um dos seus institutos. Dos radioisótopos são produzidos os radiofármacos.

Para a produção dos radiofármacos, a CNEN é obrigada a comprar insumos, os radioisótopos e os demais insumos que compõem a produção dos radiofármacos. Ela vende esses produtos, os radiofármacos, para as redes hospitalares, tanto para o SUS quanto para os demais hospitais. E ela recebe o recurso, que é recolhido para o Tesouro. Com certeza ela recebe mais recursos na venda desses radiofármacos do que os insumos que ela gasta para produzi-los. Entretanto, ela trabalha com o orçamento. E aí ela fica travada.

É por isso que eu citei aqui a questão dos passaportes, que ocorreu há 2 ou 3 anos, em que a Polícia Federal não tinha o orçamento, apesar de vender o passaporte. Ela recolhia os recursos para o Tesouro, mas não tinha o orçamento devido. Esta é uma consequência que ocorre em vários setores por causa do teto orçamentário.

Não sei se o senhor entendeu.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) - Trata-se do problema do caixa único.

O SR. CARLOS ALBERTO FLORA BAPTISTUCCI - Isso.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) - A receita vai para o caixa único, e a despesa você faz com o orçamento que tem.

O SR. CARLOS ALBERTO FLORA BAPTISTUCCI - Isso.

Ficou claro, Deputado?

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) - Sim. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT - SP) - Vou passar a palavra agora ao Deputado Coronel Chrisóstomo. (*Pausa.*)

O Deputado não está presente neste momento.

Então, eu sou aqui o próximo inscrito.

Eu queria fazer duas perguntas, Ministro.

O senhor viu que há uma unanimidade aqui em defesa do investimento na ciência e tecnologia, independentemente do partido político e de opiniões políticas. Existe uma unanimidade porque o Brasil precisa retomar o crescimento econômico, o desenvolvimento, e a ciência e tecnologia é fundamental para que isso ocorra. Nós temos muita preocupação com relação a isso. O nosso Relator já demonstrou aqui essa preocupação também. E o Líder da Minoria também já se pronunciou sobre isso.

Então, nós gostaríamos de fazer duas questões práticas e objetivas.

A primeira pergunta é sobre esses 2 bilhões de reais que estão para sair. Nós queríamos saber qual iniciativa efetivamente o Ministério tomou para que isso se efetive. Está ficando claro para mim que há quase uma impossibilidade de se executar esse recurso neste ano. Se ele não for executado este ano, ele vai ser perdido.

Nós gostaríamos de saber qual iniciativa o Ministério adotou. Eu sei que a decisão de liberação de recurso é do Ministério da Economia. Mas nós gostaríamos de saber isso.

A segunda questão é sobre esta proposta orçamentária que os senhores apresentaram, em que já existe uma redução violenta no recurso da companhia do CEITEC. O CEITEC, que está dentro daquela ideia de fechamento, este ano teve 27 milhões de reais de orçamento e já estão propostos para o ano que vem 7 milhões e meio de reais.

O CEITEC é uma estatal cujo objetivo é a produção de *chips*. É a única produção de *chips* no Brasil.

O *chip* é tão fundamental que a indústria automobilística hoje tem várias linhas de produção paradas por falta desse produto. E ao contrário de fortalecermos, de impulsionarmos essa empresa, nós a estamos fechando.

Eu queria entender também, da sua parte, por que essa decisão de fechar o CEITEC. No momento em que todos nós estamos querendo desenvolver ciência e tecnologia, estamos fechamos uma empresa.

Eu gostaria que o senhor nos explicasse aqui o motivo disso. Evidentemente, isso está refletido aqui na proposta orçamentária do ano que vem, com uma redução substancial nos recursos desse centro de tecnologia.

Eram essas as minhas perguntas.

Eu passo a palavra ao Deputado Juscelino Filho, do DEM do Maranhão.

O SR. JUSCELINO FILHO (DEM - MA) - Bom dia a todos, caros colegas e Presidente Zarattini.

Quero cumprimentar o Ministro Marcos Pontes e toda a sua equipe, que está conosco nesta Comissão de Orçamento.

O nosso Relator setorial, o Deputado Domingos Sávio, já nos contemplou com boa parte da sua fala quando fez os seus questionamentos aqui ao Ministro.

Ministro, quero complementar o que já ouvimos aqui de alguns colegas justamente porque enxergamos muito, tanto da sua parte quanto da parte da sua equipe, essa vontade de fazer diferente, de realmente fazer com que os investimentos em ciência e inovação e em pesquisa e desenvolvimento cheguem a patamares de que o Brasil precisa e merece.

Eu sempre fui aqui nesta Casa um defensor desta causa. Presidi aqui na Câmara dos Deputados, no meu primeiro mandato, uma Comissão que tratava especificamente de inovação em saúde, pesquisa e desenvolvimento. Fizemos missões internacionais, visitamos grandes centros de pesquisa e desenvolvimento específicos na área da saúde.

Naquele momento, ninguém nunca imaginaria que teríamos essa crise sanitária que estamos enfrentando desde o ano passado.

Nos lugares pelos quais percorremos nós visitamos e conhecemos de perto países que investem números significativos dos seus PIBs em pesquisa e em desenvolvimento, como é o caso do Canadá, do Reino Unido e dos Estados Unidos. E vimos a diferença que isso fez agora, nesses momentos difíceis de crise sanitária.

Realmente os números no Brasil deixam muito a desejar. Apesar de termos um orçamento de 6 ou 7 bilhões de reais, eu acho que não passam de 400 milhões de reais de investimento nessa na área de ciência e inovação, pesquisa e desenvolvimento.

Em 2020, do nosso antigo fundo de desenvolvimento, pesquisa e inovação, 5 ou 6 bilhões de reais foram contingenciados. E nunca vimos não só este mas vários outros fundos realmente servirem para aquilo que foram criados, diferente de outros países, em que os fundos realmente são investidos nessas áreas, pela grande necessidade exigida.

No Brasil, vemos que nós realmente não acompanhamos, de maneira alguma, nesse sentido, as principais economias do mundo e não buscamos fortalecer as nossas estratégias nesta pauta.

Esta Comissão está a sua disposição, como foi dito pelo Relator setorial e por todos os membros que se manifestaram, para incrementar, ajustar e ajudar no fechamento da proposta orçamentária dessa área, porque enxergamos sua importância. Mas é claro que têm que partir do Governo as prioridades. É o Governo quem define as prioridades, todos nós aqui sabemos. Quando é uma prioridade do Governo, eles colocam dinheiro. Desde o primeiro ano do atual Governo, vimos quanto era o orçamento da Defesa e vimos quanto está hoje, colega Zarattini, o orçamento da Defesa na proposta que eles mandam de lá para cá. Não é que a Defesa não mereça, merece, mas acho que o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações merece tanto quanto ou até mais justamente para não vivermos novamente o que estamos passando hoje nesta crise sanitária.

Anos atrás nós fabricávamos os Insumos Farmacêuticos Ativos — IFAs para não dependermos de outros países e não pararmos a fabricação. Mas aí aconteceu o que aconteceu o ano passado, nós tínhamos institutos de referência no mundo para produzir vacinas não só para os brasileiros, mas para ajudar outros países, como é o caso do Butantan e da FIOCRUZ. No entanto, não conseguimos avançar por conta da dependência tecnológica, por não produzirmos esses insumos farmacêuticos no nosso País. Hoje, acredito que isso esteja sendo revisto, já há perspectivas de que a FIOCRUZ produza novamente os IFAs.

Ministro, quero, mais uma vez, agradecer e falar sobre a LDO deste ano. Fomos Relator da LDO 2022, também estou relatando o PLN que trata de algumas alterações para a LDO 2021, vamos fazer vários ajustes. Uma das coisas que priorizamos foi justamente a universalização da Internet, algo diretamente relacionado a sua área. Vimos alguns avanços, mas estão muito aquém do que o nosso País necessita. No momento em que vivemos, ainda haver escola sem Internet, ainda haver posto de saúde sem Internet, sendo que o Governo Federal investiu acho que 5 bilhões num satélite!? Vamos dar prioridade a isso, vamos instalar Internet em 100% das escolas, em todos os lugares do nosso País, já que temos esse satélite para isso. O Ministério da Saúde, no final do ano passado, mandou dinheiro para todos os Municípios do Brasil comprarem equipamentos para fazerem a interligação do SUS via digital, são os prontuários eletrônicos. O dinheiro está na conta dos Municípios, muitos estão comprando os equipamentos, mas, se não houver rede, não adianta, mais uma vez vai ser dinheiro desperdiçado e jogado fora.

O nosso pleito é este: priorizar as escolas, os postos de saúde e as praças, para dar acessibilidade a nossa população.

Se V.Exa. puder, fale um pouco mais do avanço que conseguimos na Base de Alcântara, que é no nosso Estado, o Maranhão. Eu gostaria de saber, na prática, como nós avançamos e qual é a perspectiva para 2022 para a Base de Alcântara, que é um dos principais indutores de desenvolvimento. Acredito que é o que vai trazer muito progresso para o Estado do Maranhão.

Eram essas as nossas colocações.

Obrigado, Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT - SP) - Obrigado, Deputado Juscelino Filho, que foi o Relator da LDO.

Passo a palavra à Deputada Adriana Ventura.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Obrigada, Presidente.

Quero saudar o Ministro Marcos Pontes e os Secretários. Muito obrigada pela presença.

Ministro, eu vou ser muito breve. Eu tenho quatro perguntas bem pontuais.

Eu sou acadêmica, professora universitária, já fui bolsista da CAPES e do CNPq., sei da importância que isso tem para o nosso País, para o nosso desenvolvimento, embora realmente sempre esteja relegado ao último plano. O fato é que o orçamento total do seu Ministério este ano, pelo que eu analisei, é em torno de 8 bilhões, sem contar com possíveis contingenciamentos. A minha pergunta vai justamente no sentido de que, pela fala de todos os Parlamentares aqui, ciência, tecnologia, inovação e pesquisa deveriam ser prioridade, mas nunca são. Nós vemos isso em várias questões, vemos isso quando as prioridades são invertidas, em parte talvez pelo Governo, em parte por este Congresso. Vimos, nesta própria Comissão, a aprovação na LDO de um fundo eleitoral de 6 bilhões para reeleição. Eu queria saber como V.Exa. vê esse posicionamento, essa falta de prioridade e o que nós podemos fazer para reverter isso, em ações práticas, eu digo. O discurso é bonito, mas a prática é completamente diferente.

A outra coisa que eu queria comentar é que, desde 2014, o Orçamento da União é deficitário. Isso é fato. Mas o seu Ministério especificamente foi um dos Ministérios que mais foram cortados de 21 para 20, foi mais ou menos 29%. Eu queria saber quais são as medidas que V.Exa. acha viáveis para tornar o seu Ministério cada vez menos dependente de recurso público. Nós temos que encontrar uma saída, porque ele não é prioridade nem de direito, nem de fato, nem de nada. Eu pergunto o que V.Exa. vê como viável, mesmo que seja investimento privado. Eu queria saber se realmente houve alguma medida efetiva do Governo para resolver esse assunto, e quais foram essas medidas.

Eu sou autora da lei da telemedicina. Quando V.Exa. foi a nossa Comissão, esse foi um dia que me marcou bastante, porque V.Exa. dizia da necessidade de informatizar as UBSs. Eu me lembro até hoje do número que foi dado ali, que eram 38 mil UBSs. O Brasil tinha 45 mil UBSs — Unidade Básica de Saúde, 38 estavam informatizadas, à época, e foi dado o prazo de 1 ano para que as outras 15 mil fossem informatizadas. Eu lembro que em alguns Estados, como os do Norte, por exemplo, só 2% eram informatizadas. Aquilo me chocou muito. Eu sei que o Ministério tem feito um esforço hercúleo juntamente com o Ministério da Saúde para que essa informatização seja feita. Eu queria saber como estão esses números hoje, se isso avançou ou se não avançou por causa da pandemia.

Essa questão da telessaúde, da telemedicina é fundamental. A Deputada Dra. Soraya Manato está aqui do meu lado, ela que também é coautora do projeto. Como conseguimos dar acesso de qualidade se não há UBS informatizada? Como está essa questão da infraestrutura?

A minha última questão, que vimos debatendo no âmbito desta Comissão, é sobre uma nova lógica orçamentária que se chama emendas de Relator — RP9. Independentemente do mérito, e para não prolongar as discussões, o que chama a atenção é que as emendas de Relator, em 2021, para o Ministério da Ciência e Tecnologia são insignificantes, 0,03%, ao contrário das emendas para a saúde, que são de 44%, algo que na pandemia se justifica, e para o desenvolvimento regional, que são de 31%.

Então, eu queria entender como o senhor vê essa lógica. Será que é investir em pesquisa, em inovação, em ciência, que dá futuro aos nossos jovens, mas não dá voto? É uma questão de falta de articulação política? Eu gostaria de entender como o senhor enxerga isso e como nós podemos ajudar.

Muito obrigada, Sr. Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT - SP) - Muito obrigado, Deputada.

Eu vou passar a palavra ao Ministro, por 10 minutos, para ele responder a essa bateria de questões.

O SR. MINISTRO MARCOS PONTES - Obrigado, Presidente.

Vou começar por suas perguntas, Presidente. Com relação à iniciativa para a liberação dos valores do FNDCT, isso é feito por meio da junta orçamentária com o Ministério da Economia, a Casa Civil, etc. Nós fazemos pedidos para isso. Mas eu não tenho influência para que isso aconteça, embora fale, inclusive com o Presidente e com os outros Ministros, sobre a necessidade da liberação em tempo, porque, senão, também não se vai conseguir executar, e fica até pior.

Temos uma execução no Ministério bastante alta, acima de 99%, ou seja, eu preservo muito esse fato de nós conseguirmos executar os recursos que estão ali. Essa, sem dúvida, é uma preocupação que comentamos. Passamos o tempo todo essas informações para lá. Nós precisamos efetivamente que esses recursos sejam alocados e liberados. Sabemos que isso, por meio de um PLN, por exemplo, tem toda uma tramitação aqui dentro, que leva um tempo a mais.

Com relação ao CEITEC, o CEITEC é uma empresa que era ligada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações. E desde o começo eu fui consultado sobre a privatização dessa empresa, a desestatização. Houve certas discussões no começo. Eu lembro que, quando estava lá o Salim Mattar, nós discutimos um bocado sobre isso, nem sempre muito amigavelmente. Mas isso foi discutido lá. Depois, entrou para a PPI. E aí foi um colegiado que decidiu pelo fechamento da empresa.

O que nós conseguimos trazer, manter, preservar, devido ao investimento feito pelo Brasil no desenvolvimento dessas tecnologias — como o senhor mesmo disse, é extremamente importante o *chip*; nós vemos a falta de *chips* agora no planeta —, foi a tecnologia através de uma organização social. O edital já saiu, inclusive para fazer a preservação dos cérebros disso, para manter esse conhecimento no País. E é um setor que precisa ser desenvolvido. Então, o que está acontecendo agora é que empresas privadas estão contratando vários dos funcionários, etc.

O CEITEC efetivamente está no Ministério da Economia agora, com o liquidante lá. E eu não tenho mais ingerência a respeito, exceto o pagamento, que é para 6 meses, se eu não me engano, de 7.5 mil, que é o que eles esperam para encerrar o funcionamento.

Então, nós conseguimos preservar a tecnologia. E eu espero que consigamos passar aqui, por meio da colaboração com o setor privado, para que o Brasil não fique atrás nessas tecnologias de *chips*, que são importantes.

Aliás, deixe-me até somar uma coisa. Nós estamos investindo bastante em tecnologias habilitadoras, com inteligência artificial. Temos uma série de estratégias no Ministério. Uma delas é com relação à inteligência artificial. Por enquanto, temos trabalhado bastante no sentido de *software* de inteligência artificial, mas em alguns lugares do planeta já se inicia o trabalho de *hardware* para inteligência artificial. Isso envolve a criação de *chips*, chamados de *neuromorphic design*. E podemos desenvolver essas coisas no Brasil também. Esses são alguns comentários a respeito disso.

Com relação às perguntas do Deputado Juscelino Filho, do Maranhão, daqui a pouco vou falar sobre Alcântara. Este é, logicamente, um assunto de que eu gosto muito. Temos incentivado muito o desenvolvimento do Centro Espacial de Alcântara. Logo que comecei, falei a respeito da missão do Ministério. Quando eu entrei no Ministério coloquei a seguinte missão, simples, para todo mundo lembrar: produzir conhecimento, produzir riquezas para o País, contribuir com a qualidade de vida das pessoas. A ciência tem que estar onde as pessoas moram, com qualidade de vida, e assim por diante. Assim, nós aprendemos uma série de coisas durante a pandemia. Lembro que a pandemia começou oficialmente no dia 11 de março de 2020. Um mês antes, no dia 10 de fevereiro, nós criamos a Rede Vírus - MCTI no Ministério. Essa é uma rede de especialistas que nos deu todas as diretrizes e estratégias para seguirmos no combate à pandemia, como desenvolvimento de remédios, desenvolvimento de testes diagnósticos, e assim por diante. Basicamente são sete áreas: sistemas de prevenção, testes diagnósticos, tratamentos, sequenciamento e patogênese, vacinas e infraestrutura para preparar o País para as próximas pandemias.

Temos aprendido muito, o que é importante. Ao passar por uma dificuldade, deve-se aprender com essa dificuldade. Inclusive, já temos marcada uma série de *debriefings* a respeito da pandemia. E o que tem sido feito? Só vou fazer uma pincelada a respeito disso, por causa do tempo. Neste aprendizado há a utilização do FNDCT, agora liberado, para que nós tenhamos grande infraestrutura de pesquisas no País, como o Reator Multipropósito, de que falei, bem como continuar, terminar o Sirius, nosso acelerador de partículas, um investimento que vale muito a pena para o Brasil.

Ficou muito claro durante a pandemia a questão da vacinação local, de ter vacinas produzidas no País, para que o Brasil deixe de ser dependente de vacinas e medicamentos. Não conseguíamos importar vacina. Há problema de remédios, pois importamos mais de 90% dos nossos medicamentos. Quanto ao problema de ventiladores pulmonares, ninguém mais vai falar disso. O Ministério fez um trabalho muito grande para produzir ventiladores com tecnologia completamente do País, um trabalho conjunto com outros Ministérios e com o setor privado. Outra coisa é com relação à infraestrutura, nós aumentamos 18 laboratórios NB3. Não é suficiente ainda. Fala-se que parece bastante, mas para um país do tamanho do nosso, precisamos de bem mais laboratórios em Nível de Biossegurança 3, que trata desse tipo de vírus aqui, COVID. Mas se for falar de ebola, essas coisas, é preciso de Nível de Biossegurança 4. Então, nós temos também o projeto do laboratório máximo de segurança, Nível de Biossegurança 4, junto com o Sirius, que vai ser uma instalação única no planeta. Está aí outro investimento excelente, um legado para o País, que precisa ser visto.

Outro ponto é o Centro Nacional de Vacinas. Agora o Brasil não só produz vacina para a COVID, tem que preparar toda essa infraestrutura com o Centro Nacional de Vacinas para vacinas de doenças negligenciadas, como dengue, zika, *chikungunya*, febre amarela, malária, etc. Então, vamos ter esse centro. Nós já conseguimos também toda estruturação e recurso para fazer isso pelo FNDCT.

Em relação ao Centro Nacional de Monitorização de Medicamentos, o Brasil tem todas as condições de produzir medicamentos aqui, desde a coleta de ativos até a produção de moléculas, e colocar isso na indústria farmacêutica nacional. Nós temos a Rede Farma, que congrega as indústrias farmacêuticas, que estão bem conectadas ao Ministério; os centros de medicina avançada para células-tronco, a reconstrução de órgãos, uma série de coisas. Tudo isso está previsto nessa estratégia de tornar o Brasil mais independente e ser um protagonista internacional. Não podemos ficar só como clientes. Eu fui à OMS — Organização Mundial da Saúde e falei assim: estou aqui para falar da ciência do Brasil, e vocês podem considerar o Brasil como um parceiro. Eu não vim aqui para pedir ajuda, eu vim aqui para poder ajudar a OMS com tudo isso. Como disse no início, nós temos a estrutura pronta, e a entrada do FNDCT vai fazer uma diferença monstruosa para tornar isso realidade.

No ano passado, nós utilizamos mais ou menos 1 bilhão, considerando reembolsável e não reembolsável, do emergencial para fazer todas essas ações no enfrentamento à COVID. E deu para ver o resultado agora. Hoje mesmo, eu anunciei quatro vacinas que foram qualificadas para financiamento das fases 2 e 3 de testes clínicos. E uma delas já passou na ANVISA. Então, isso aí avançou bastante. Mas há muita coisa a ser feita no Brasil. Não é só um pedaço.

Em relação à Internet, eu passei pelo Ministério das Comunicações, então não tenho mais controle sobre a política de conectividade do País. Eu falo muito de educação porque, sem educação, não temos ciência nem tecnologia. Nós precisamos de conectividade nas escolas. Precisamos do aumento de tecnologias na escola, mas é preciso considerar bastante o professor como elemento central de tudo isso aí.

Nós temos, por exemplo, o cabo BELLA. Nós pagamos, através do Ministério, a conclusão do cabo BELLA, que liga a Europa ao Brasil, de Sines até Fortaleza. Com isso, estamos conectando, fazendo uma rede de supercomputadores no Brasil que vai permitir uma série de coisas importantes. Isso é feito pela RNP — Rede Nacional de Ensino e Pesquisa. *(Pausa.)*

V.Exa. me permite concluir?

O SR. PRESIDENTE (Domingos Sávio. PSDB - MG) - Fique à vontade, Ministro.

O SR. MINISTRO MARCOS PONTES - Ontem, eu tive uma reunião com o Carlos Moura. Em relação à Alcântara, nós estamos com a Comissão de Desenvolvimento Integrado. Para quem não acompanha muito esse assunto, temos lá a Comissão de Desenvolvimento Integrado de Alcântara. Eu presido essa Comissão, que envolve uma série de Ministérios e governos local, estadual e municipal. Os quilombolas participam também desse conselho, a Federação das Indústrias, as universidades, a universidade federal e também o Instituto Federal ali em Alcântara. Nós vamos terminar o plano de negócios, vamos chamar assim, o Plano de Desenvolvimento Integrado, em outubro. E esse Plano de Desenvolvimento Integrado vai iniciar uma série de ações. Enquanto isso, nós já colocamos a Internet nas agrovilas dos quilombos. Aliás, eu fui o primeiro Ministro a ir lá falar com eles. Nenhum Ministro havia ido lá falar com eles. Aquilo ali tem que ficar um brinco, entendeu? Nós precisamos melhorar aquilo.

Eu estou encomendando um estudo arquitetônico com a própria universidade, junto com os quilombolas, para transformar aquelas vilas, o calçamento de todas as vilas. Ontem, eu falei com o Ministro Rogério Marinho sobre uma possível ajuda. O SENAR já está oferecendo cursos para os agricultores. Já receberam a titulação de terras, uma coisa importante. Imaginem, são 36 anos de espera! Muitos já morreram, não receberam a titulação.

Há quatro empresas internacionais: três, dos Estados Unidos; uma, canadense. Agora será aberto outro edital internacional. Eu espero que entre uma coreana. Há outras empresas para entrarem e, a partir de Alcântara, comecem a girar recursos. Meu sonho é transformar aquilo em algo como o Centro Espacial de Kourou. Lá, a renda *per capita*, para termos uma ideia, é 17.600 euros. É lógico que isso está um pouco distante da nossa realidade. Se multiplicarmos por 10 a renda *per capita*, já é um início muito grande.

Eu estou muito animado com todas essas coisas. Nós entramos no Artemis I, da NASA, que vai trazer muito mais desenvolvimento. Eu quero envolver as universidades, importantes para trabalhar com tudo isso.

Sobre as perguntas da Deputada Adriana Ventura com relação a como reverter a falta de prioridade, nós temos algumas ações para este ponto. Primeiro, a COVID já mostrou para o mundo inteiro a importância da ciência. Não fosse a ciência, nós estaríamos num mato sem cachorro, todo mundo estaria morto, sem vacina, entre outras coisas. Nós precisamos da ciência, cuja importância e compartilhamento de resultados foram claramente demonstrados. Por isso, eu também fui à OMS, para nos colocarmos à disposição. O Brasil tem que assumir sua responsabilidade com o planeta, em termos de saúde, para podermos ajudar nestes desenvolvimentos.

O Prof. Evaldo Vilela, do CNPq, fala bastante sobre o transbordamento da ciência. As pessoas têm que ver o resultado da ciência no dia a dia, senão fica aquela imagem do cientista dentro de um laboratório, fazendo uma coisa que ninguém sabe para que serve. Isso precisa mudar. A ciência tem que se transformar. Não basta fazer *paper*. Quanto ao *paper*, do ponto de vista do cientista, o pessoal vai lá, faz pesquisa, publica o *paper*, e terminou o trabalho? Não, não terminou o trabalho.

Sabem que o Brasil é o quinto país que utiliza o próprio conhecimento? Dos *papers* que o Brasil produz, nós somos o quinto a utilizar este conhecimento. Isso tem que mudar. Nós temos que transformar o conhecimento em produtos, em serviços, em empregos, em empresas. Nós temos incentivado muito esta iniciativa. Hoje mesmo nós participamos de um evento do Marco Legal das Startups. Nós estamos incentivando, por meio do Programa Centelha e do Programa Startup Brasil, uma série de coisas, em conjunto com o Secretário Carlos da Costa, da ABDI. Há muita coisa para incentivar as *startups* no Brasil e desenvolver a transformação de conhecimento em produto, em nota fiscal e em empregos, no fim das contas.

Obrigado por citarem o CNPq. Às vezes, eu fico na batalha de falar do CNPq e da importância das bolsas oferecidas pelo CNPq, para a pesquisa, e pela CAPES, para a informação. Mais uma vez, obrigado por citarem o CNPq.

Outro ponto diz respeito a orçamento. Eu não gosto de ficar esperando os outros fazerem as coisas por mim. Assim, logo de cara, quando eu entrei, eu falei: "*Se eu só ficar esperando que o orçamento melhore, eu vou ficar nesta batalha. Todos os Ministérios estão lutando por orçamento. Vamos descobrir maneiras de fazer o financiamento de projetos pelo setor privado*". Isso acontece em países como a Coreia do Sul, onde 78% vêm do setor privado e 22%, da área pública. Nós temos uma legislação complexa, para colocar recursos privados dentro de pesquisas do setor público. É preciso, portanto, quebrar essa dificuldade. Eu criei a Secretaria de Estruturas Financeiras e de Projetos — SEFIP. O que ela fez? Ela colocou toda uma nova cultura de projetos nas nossas unidades de pesquisa, e eu espero espalhar esta iniciativa para áreas como a educação, entre outras. Além disso, há mais de 190 maneiras de trazer recursos de fora, usando-se o Marco Legal da

Inovação, que era muito pouco utilizado. Nós precisamos utilizá-lo mais, para darmos mais segurança aos investidores e às empresas, para fazerem conexão. Existe um trabalho que já tem sido feito, mas nós vamos ter que ampliá-lo, para quebrar as dificuldades de regulação e trazer orçamento de fora. O ideal é termos o orçamento público trabalhando só no custeio das unidades e o orçamento externo trabalhando em outras coisas, nos projetos. Este é o ideal. Algumas unidades já estão conseguindo fazer isso, como o INSA, que já está mais ou menos por aí.

Sobre a informatização das UBS, nós temos 16 mil sem conexão com a Internet. Houve um trabalho com os pequenos provedores de Internet que ajudaram, e muito, nisso. Quando eu passei as comunicações, eles já tinham instalado em 6 mil unidades. Eu não sei como os números estão, mas esta é uma iniciativa essencial. Telemedicina é essencial. Nós precisamos levar comunicação por satélite, precisamos de, pelo menos, mais um satélite de comunicações no País. O SGDC-1, sozinho, não dá conta. Nós precisamos de mais. A telemedicina tem trabalhado com sistemas remotamente, como o diagnóstico de câncer de útero, usando-se um celular e um sistema conectado com fibra óptica. Em áreas da Amazônia, por exemplo, há muito câncer de útero, um dos principais que se vê no planeta. Nós precisamos diagnosticá-lo antes, porque a pessoa demora para ser transportada. Tudo isso está sendo feito.

Sobre as emendas, a Cecília trabalha com a divulgação dos nossos projetos. Nós temos muitos projetos interessantes na página do Ministério. Não temos dinheiro para fazer propaganda em TV, mas, em tudo que podemos, nós fazemos a divulgação. Mesmo assim, nós não conseguimos tanta adesão. Como foi dito antes, nós temos que sair do discurso e passar para a prática. Nós temos muitas coisas interessantes que podem ser desenvolvidas com os Parlamentares, não apenas nas cidades, mas também nos Estados, como as cidades inteligentes, o tratamento de resíduos sólidos, o tratamento da poluição e da água. Enfim, há uma série de coisas que podem ser feitas no Município. Nós podemos trabalhar muito, por meio de emendas, em vários setores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Domingos Sávio. PSDB - MG) - Nós ainda temos uma colega inscrita.

Passo a palavra à nossa colega Deputada Dra. Soraya Manato.

A SRA. DRA. SORAYA MANATO (PSL - ES) - Bom dia a todos.

Ministro, é um prazer recebê-lo nesta Comissão. Eu e a Deputada Adriana Ventura estávamos dizendo que é uma vergonha o orçamento que V.Exa. tem num Ministério tão importante. Como o senhor mesmo disse, o Ministério está inserido em todos os Ministérios, seja na Agricultura, na Saúde, em tudo. Em tudo, o Ministério de V.Exa., como dizem, tem um braço. Nós vamos ver se realmente conseguimos, nesta Comissão, Deputado Domingos Sávio, recompôr um orçamento tão importante.

Ministro, eu sou médica, e muito me preocupa a construção do reator multipropósito, algo importantíssimo para o nosso País, em se tratando da produção de radiofármacos. Cada vez mais, os diagnósticos e tratamentos estão ligados aos radioisótopos. Portanto, nós temos grande preocupação com esta área. Nós sabemos dos problemas que o Brasil enfrenta, da nossa dependência deste produto em relação aos outros países. Nós sofremos o risco de desabastecimento, o produto é caro, encarece todos os tratamentos e diagnósticos. Eu acho que é o nosso SUS que realmente vai se beneficiar com esta construção, porque nós sabemos que a grande maioria dos brasileiros, quase 80%, só usa o SUS e vai continuar usando-o até a morte.

Nós temos tipos de cânceres cujo tratamento depende deste tipo de produto. Nós temos a hematologia, a neurologia e a cardiologia, uma gama de especialidades que dependem deste produto. Muito nos preocupa a entrega da obra deste reator, importantíssimo para o Brasil. O País vai economizar valores gigantescos só com a importação e com o barateamento do custo para o SUS em relação aos tratamentos, por exemplo, de câncer, um dos principais problemas.

Eu gostaria que o senhor nos desse mais detalhes a respeito disso, porque nós desta Comissão e da Comissão de Seguridade Social e Família, bem como os médicos nos preocupamos muito com isso.

Parabéns por todo o seu trabalho, Ministro!

Muito obrigada mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Domingos Sávio. PSDB - MG) - Nós estamos caminhando para o encerramento, com a fala do Deputado Toninho. Eu gostaria de saber se há mais algum colega que queira se inscrever. *(Pausa.)*

O Deputado Bosco também falará. Após a fala dos Deputados Toninho e Bosco, nós vamos caminhar para o encerramento das manifestações, quando ouviremos o Ministro.

Tem a palavra o colega Deputado Toninho Wandscheer.

O SR. TONINHO WANDSCHEER (Bloco/PROS - PR) - Bom dia a todos.

Quero cumprimentar o Ministro Marcos Pontes e o Deputado Domingos Sávio, Relator setorial.

Ministro, eu quero dizer que existem algumas coisas no Brasil que nem todos conhecem, devido ao tamanho do País. Eu vou falar sobre a cidade de São Mateus do Sul, onde está a Usina do Xisto. Estão tentando privatizá-la, mas está difícil.

O que eu quero dizer é que lá existe um laboratório de qualidade significativa. No passado, ali foi desenvolvida a gasolina para os carros da Fórmula 1. O laboratório estava obsoleto, sem uso. Ele é muito qualificado, mas estava sem uso. Aí, um empresário, vendedor da Monsanto, apostando na ciência, na época em que a Monsanto trouxe para cá os produtos agrícolas — a Monsanto só ia usar veneno —, disse: *"Agora nós vamos mudar. O mercado vai ser de fertilizantes. Eu não vou mais ganhar com veneno, porque todo mundo vai vender o mesmo veneno"*. Ele me contou isso quando eu fui visitar a empresa dele. Em conversa com alguns amigos envolvidos com ciência, eles disseram: *"Existe uma possibilidade em São Mateus de usar a água que sai do xisto para transformá-la num produto para fertilizante"*.

Para encurtar a história, ele foi cedido para ir ao laboratório e usou o material da Usina do Xisto no laboratório da usina para desenvolver um produto que hoje é de grande aceitação. A empresa se adonou, vamos dizer assim, do mercado de fertilizante por causa desse laboratório e dessa possibilidade de usar o que já está lá. Bastou só descobrir o que fazer com aquilo.

Aproveitando a ocasião, eu quero convidá-lo para que um dia o senhor possa ir a São Mateus do Sul fazer uma visita a uma usina que aparentemente está sendo desativada, porque o xisto já não é mais importante no processo de óleo, de combustível, de gasolina. Eu acho que lá haverá alguma coisa interessante para quem puder enxergar a importância do que temos lá. Quem sabe possamos levar para lá um instituto federal, para que os alunos possam usar o próprio laboratório no desenvolvimento do aprendizado. Então, essa é uma proposta. Eu sei da sua agenda muito restrita, mas eu deixo o convite aqui para que seja feita uma visita.

Há a questão da vacina. A Universidade Federal do Paraná está entre as quatro universidades que o senhor citou?

O SR. MINISTRO MARCOS PONTES - Nessa primeira leva, não.

O SR. TONINHO WANDSCHEER (Bloco/PROS - PR) - Não está.

Nós sabemos que está havendo um trabalho grande pela nossa vacina do Paraná, mas há dificuldade para trabalhar por falta de recursos. O senhor sabe que isso é muito difícil. Existe uma proposta de se conseguir recurso, no ano que vem, por meio de uma emenda impositiva da bancada do Paraná para que a Universidade Federal do Paraná possa continuar o desenvolvimento da vacina. Nós acreditamos em nossos cientistas, nós sabemos que eles são capacitados. Espero que consigamos viabilizar uma forma de mandar esse recurso para eles, apesar de, até quando queremos destinar recurso, termos limitações quanto à forma de fazer.

Então, quero parabenizá-lo pela explanação, pela forma cordial como o senhor trata todos nós Deputados. É muito bonito ver essa relação entre Ministro e Deputados, é assim que nós devemos fazer. Digo isso tudo pelo seu jeito de trabalhar, humilde, mas com uma capacidade fantástica.

Parabéns, Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Domingos Sávio. PSDB - MG) - Agradecemos a manifestação do Deputado Toninho.

Encerrando esse bloco, concedo a palavra ao Deputado Bosco Costa.

O SR. BOSCO COSTA (PL - SE) - Sr. Presidente Deputado Domingos Sávio, obrigado.

Sr. Ministro, eu o ouvi atentamente. Eu estava em outra Comissão no início, e vim às pressas para cá para ouvir a exposição de V.Exa.

Sabendo, Ministro, que muitas vezes temos que retroagir para chegar ao presente e ao futuro, a minha preocupação, como cidadão, como brasileiro, como político é que muitas vezes os governos — eu não vou falar de um governo — deixam de tentar enxergar o mais distante possível, deixam de investir ou de governar pensando nisso. Com frequência, em qualquer esfera de governo, pensa-se em um mandato de 4 anos ou, considerando uma reeleição, de 8 anos e se deixa de planejar o Estado, o Município, a União para 80 ou 100 anos. Os administradores são temporários, e a administração é permanente.

Nós todos sabemos e V.Exa. sabe que o Ministério da Ciência e Tecnologia precisa de recursos para investir. Eu, como Parlamentar do Nordeste, do menor Estado da Federação, de Sergipe, entendo perfeitamente que há essa necessidade. Nos últimos anos, pelo que eu ouço, porque não tenho os dados oficiais, o Ministério da Ciência e Tecnologia tem passado por situação difícil na questão de orçamento. Então, esta Comissão, da qual estou fazendo parte, precisa se sentar com V.Exa. e sua equipe para que tenhamos o mínimo de recurso para pensar no futuro do nosso Brasil.

Falo por Sergipe também. A nossa Universidade Federal de Sergipe, parece-me, tem um dos melhores laboratórios do Brasil.

Nós reivindicamos discutir essa questão do orçamento e do investimento em ciência e tecnologia porque o futuro depende do presente, Ministro.

No mais, quero desejar a V.Exa. um trabalho profícuo, à altura do povo brasileiro. Estamos precisando muito disso, Ministro. O Brasil está passando por uma situação difícil de pandemia, e, a meu ver, a fatura dessa crise econômica no mundo vai chegar para todos nós brasileiros — eu acho que ela não chegou ainda.

Parabenizo V.Exa. e a sua equipe.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Domingos Sávio. PSDB - MG) - Agradecemos ao Deputado Bosco pela participação.

Antes de passar a palavra ao Ministro para as suas considerações finais, vamos ouvir o último inscrito, o nosso prezado Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PL - MT) - Sr. Presidente, é uma satisfação estar aqui.

Neste momento, Ministro, há dois veterinários falando com V.Exa. Vê-se, com isso, que o nosso País é um país rural. Hoje, felizmente, o Brasil é um grande produtor de alimentos para o mundo, com a competência muito grande dos nossos produtores, com a capacidade de pesquisa da área de ciência e tecnologia.

Tivemos lá na minha cidade, em Rondonópolis, pouco tempo atrás, a presença da Ministra da Agricultura e do Ministro das Comunicações para lançar a primeira fazenda 5G do Brasil, exatamente num campo de pesquisa do Instituto Mato-grossense de Algodão. V.Exa., Ministro, está convidado, intimado para ir lá e para também conhecer o maior terminal ferroviário da América Latina, que é exatamente em Rondonópolis, cujos trilhos saem lá de Santos, do seu Estado. Aquela região hoje é grande exportadora de produtos por meio do Porto de Santos.

Deputado Domingos, hoje nós já estivemos, de manhã, lá no Ministério, num evento, para mim, grandioso, não em número de pessoas, porque hoje, com a pandemia, até isso tem que ser evitado. O evento contou com pesquisadores e presidentes de instituições extremamente importantes. O Ministro já deve ter relatado isso um pouco. Para todos nós que lá estávamos, aquele foi um momento de êxtase, de emoção, porque percebemos que, mesmo com as dificuldades, o Ministério está procurando ter criatividade e fazer parceria.

Eu tenho algumas perguntas escritas, porque não sei de quanto tempo disponho ainda. Mas eu quero parabenizá-lo, Ministro, exatamente por essa visão de que o Brasil precisa mudar na questão das pesquisas. Temos que fazer pesquisa, como o Ministro diz, para que essas pesquisas redundem em nota fiscal, ou seja, em produtos que possam gerar emprego, que possam trazer oportunidades para os brasileiros, e não pesquisas que ficam nas prateleiras.

O Brasil, Ministro, tem o costume de que tudo o que se vai fazer hoje vira escândalo, ao ponto de, de repente, uma universidade, um instituto de pesquisa que está realizando uma pesquisa ter dificuldade de falar com a iniciativa privada, com receio do que acontecerá com aquele trabalho.

Agora mesmo, tramita aqui projeto que apresentei para que as indústrias de saúde animal, através do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Saúde Animal, possam fabricar vacinas contra a COVID. Eu recebi inclusive, como Relator e como proponente desse projeto de lei, manifestação de empresas chinesas interessadas nisso. Essa manifestação chegou a mim via embaixada. Eu fiz questão de ir à embaixada e dizer: "*Vocês tomem conta disso, porque daqui a pouco uma ligação pode ser mal interpretada*". Nós precisamos exatamente acasalar as nossas indústrias com os nossos institutos de pesquisa, com as nossas universidades, para produzir algo para o bem da sociedade.

Esse excesso de mentalidade policialesca também acho que não dá. Precisamos ter controle, é importante, mas temos que ter produção acima de tudo, porque, de repente, se o controle pesar mais do que o fazimento, daqui a pouco o nosso País vai ficar com dificuldades.

A pandemia nos ensinou bastante, porque o Brasil não tinha insumos básicos, não tinha ventilador, não tinha os sais para serem manipulados, não tinha tranquilizante, não tinha anestésico para ser usado dentro de uma UTI, faltou oxigênio e tudo o mais. Por isso eu sou entusiasta, Ministro, do trabalho que V.Exa. vem fazendo.

Eu ainda quero cobrar que V.Exa. seja mais cantador. Junte-se ao Ministro do Turismo, que é bom com a sanfona, e faça um trio com os Ministérios da Educação, da Ciência e Tecnologia e do Turismo. Tem tudo a ver uma coisa com a outra. A sociedade precisa reconhecer e conhecer essa revolução que V.Exa. está fazendo no Ministério, uma revolução de mentalidade e de cultura, o que é importante.

Hoje, foi selecionada uma *startup*. Tudo isso é inovação, é oportunidade. E dessas quatro empresas, para a nossa surpresa, uma é baiana — sou filho de baianos. Mas, independentemente do Estado, são pesquisadores brasileiros que estão prontos e precisam exatamente desse reconhecimento para não saírem do País. Portanto, nós temos que colocar recursos para isso no orçamento.

Deputado Domingos, eu falo aqui também na condição de Relator da área da educação. Já conversei com o Ministro e quero propor uma reunião do Ministério da Ciência e Tecnologia com o Ministério da Educação para trabalharmos essas duas peças orçamentárias em conjunto e, depois, também com a Comissão, porque tem tudo a ver uma coisa com a outra.

No pós-pandemia, é claro que uma das maiores preocupações é exatamente a volta das crianças à escola com segurança, e isso se faz exatamente com a sustentação da pesquisa, da ciência.

Eu vou passar as minhas perguntas por escrito ao Ministro, porque não quero me exceder no tempo, mas gostaria que ficassem registradas na Comissão para que S.Exa. responda no momento mais adequado.

Encerro, Ministro, dizendo que realmente hoje é um dia de glória para o Brasil, porque podemos dizer a toda a população que, até o final do ano, o Brasil já terá vacinas com 100% de tecnologia brasileira, desenvolvidas por pesquisadores brasileiros. É muito importante que o cidadão simples, que talvez não tenha a oportunidade de nos assistir, porque a televisão comercial toma conta... Felizmente, hoje já temos uma boa audiência na CPI. Eu gostaria que a audiência maior fosse aqui. Mas, tudo bem, nós vamos fazer isso chegar a algumas pessoas para que este dia de hoje seja reconhecido pela sociedade brasileira. Isso traz inclusive confiança no futuro do Brasil para os investidores.

Agora mesmo estou recebendo uma grande comissão de investidores da Arábia Saudita; amanhã estaremos com o Presidente do Congresso. Eles querem investir no Brasil. Eu perguntei a eles quais seriam os valores dos projetos. E eles disseram que não existe teto de valor. O importante é que o projeto tenha confiabilidade. Isso é o que o Ministério da Ciência e Tecnologia pode oferecer. Por isso trago aqui o meu entusiasmo e a certeza, Ministro, de que V.Exa. deve olhar mais para a questão da comunicação, principalmente para as pessoas saberem que isso existe. Essa confiança vai trazer oportunidades para o Brasil, mais investimento, seja externo, seja interno, para que possamos criar novas oportunidades. O pós-pandemia exige investimento em todas as áreas, como infraestrutura, mas tudo está baseado na pesquisa e na ciência.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Domingos Sávio. PSDB - MG) - Agradeço ao Senador Wellington Fagundes.

Passo a palavra à Senadora Soraya Thronicke.

A SRA. SORAYA THRONICKE (PSL - MS) - Muito obrigada, Sr. Presidente. Quero cumprimentar todos os colegas e o Ministro Marcos Pontes. E cumprimento também a Cris, que está aqui com toda a sua equipe.

Ministro, quero pedir escusas por não ter conseguido acompanhar toda a reunião. A nossa agenda aqui é muito puxada nas terças, quartas e quintas. Por isso, eu não tive condições de acompanhar a reunião.

Vou ser breve. Quero parabenizá-lo por seu trabalho e por sua criatividade para conseguir fazer tanto com tão pouco. Entendo que a sua Pasta precisa de grande investimento, precisa desse nosso olhar cuidadoso, pois ela é de extrema importância.

Eu viajei com a Ministra Damares na semana passada, fomos ao Mato Grosso do Sul, meu Estado. S.Exa. me recomendou o filme *Padman*. Trata-se de um filme sobre a vida de um indiano que inventou máquinas para fazer absorventes para as mulheres, um absorvente barato, porque normalmente esse produto é muito caro para se adquirir. Apenas cerca de 18% das mulheres na Índia conseguem comprar absorventes. Então, é um caso de saúde pública, é uma questão muito séria. E, no fim do filme, ele, muito emotivo, faz uma palestra muito interessante na ONU sobre investimento em pesquisa, sobre a valorização da pesquisa. Aqui no Brasil nós temos grandes talentos, mas infelizmente nós acabamos exportando os nossos talentos. Nós precisamos retê-los aqui.

Saiba que, por toda a admiração, a confiança e o carinho que eu tenho por V.Exa., V.Exa. pode contar comigo, pode contar conosco aqui, nesta Comissão Mista de Orçamento.

Peço aos Parlamentares, aos membros desta Comissão, que saibam valorizar e que entendam a importância do investimento em pesquisa científica.

Ministro, muito obrigada pela sua presença.

Sr. Presidente, após as considerações finais do Ministro, eu gostaria de levantar uma questão de ordem, uma questão muito simples e muito rápida, está bem?

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Domingos Sávio. PSDB - MG) - Perfeitamente, Senadora Soraya.

Antes de lhe passar a palavra, Ministro, eu vou aproveitar para apenas acrescentar uma indagação mais no sentido de ver como nós podemos colaborar. No início da exposição sua e de sua equipe, foi mencionado algo que nos preocupa. Nós queremos ver como agir para ajudar a solucionar isso. Refiro-me aos recursos reembolsáveis da FINEP, que são fontes importantíssimas para auxiliar o desenvolvimento da pesquisa. Instituições, entidades e até mesmo empresas podem ter acesso a esses recursos para projetos que são rentáveis e que, depois, são reembolsados, porque são financiados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Isso me deixou preocupado e, na minha fala, eu não pude abordar. Eu gostaria que os senhores nos ajudassem a entender como podemos reagir a isso. Começamos a observar que, embora antes fosse muito comum nós falarmos em projetos financiados pela FINEP, hoje isso parece não estar com a evidência e com a importância que de fato tem.

Aqui nos trouxeram a questão do juro. Ora, um fundo como esse não é um fundo para buscar rentabilidade, lucro. O lucro é a pesquisa. Já é muito saudável que alguém pegue o financiamento para desenvolver a pesquisa e, depois, pague o financiamento. Existem outras razões que poderiam, em tese, justificar um juro um pouco mais alto, como uma taxa de inadimplência muito alta. A isso é preciso ficar atento. Eu acho que, se não tivéssemos uma taxa de inadimplência alta, o juro, se possível, deveria ser negativo, deveria ser subsidiado, para que nós pudéssemos, efetivamente, ter mais um instrumento de apoio à pesquisa.

Então, eu gostaria de pedir ao Ministro — se isto não puder ser agora, que seja oportunamente; eu estou como Relator setorial, mas isto é algo que eu acho que nem caberia necessariamente na questão do Orçamento, mas sim, num trabalho nosso com o Ministério da Economia — que coloque essa taxa em patamares atrativos e, obviamente, se for necessário, tome as providências para assegurar que a inadimplência esteja em níveis razoáveis — o ideal até é que seja zero, mas isso não existe — e que tenhamos mecanismos de garantia. Aliás, temos. A FINEP tem garantia real. Quem faz uma tomada de empréstimo na FINEP tem que depositar garantia real, o que dá, no meu entendimento, uma perspectiva de inadimplência próxima de zero.

Soube, há algum tempo, que havia certa letargia na estrutura da FINEP para promover as ações de recuperação desses passivos. Então, isso também é algo que precisa ser visto. A FINEP está proativa, está realmente buscando reaver esses ativos que estão em condições de dívida? Isso são coisas que gostaria de pedir que fossem analisadas e, se possível, colocadas aqui. Senão, estou aberto a ouvi-los.

Acho que aqui temos um público, como foi dito aqui pelo Senador Wellington Fagundes, pela Senadora Soraya Thronicke e pela colega Deputada Dra. Soraya Manato, unânime. Não há uma voz dissonante. Todos queremos incentivar a pesquisa. O senhor chega num dia abençoado, porque o senhor traz a notícia de que estamos avançados para termos quatro vacinas contra a COVID-19 produzidas no Brasil. E nós precisamos ter garantia de orçamento para que isso não pare aí, continue avançando, para que, de fato, tenhamos pesquisa.

A FINEP é um dos instrumentos para isso, porque uma vacina desenvolvida no Brasil é também um patrimônio econômico para quem a desenvolver. Espero eu até que, no caso daquelas que estejam ligadas a entidades financiadas pelo poder público, possamos ter custos mais módicos de vacina e que elas sejam efetivamente utilizadas por laboratórios públicos. Por exemplo, temos em Minas Gerais a Fundação Ezequiel Dias, que tem toda a *expertise* e pode produzir vacina. Não temos só o Instituto Butantan e o Instituto Oswaldo Cruz. Temos potencial no Brasil para desenvolver produção de vacina em outros laboratórios.

Se temos agora o domínio da tecnologia — eu já aproveito para deixar este alerta, Ministro —, nós precisamos segurar isso aí, porque eu tenho a avaliação de que hoje o custo que o mundo está pagando a essas multinacionais é extorsivo. Aqui não é a CPI da COVID, mas acho que qualquer brasileiro tem a obrigação de questionar isso e de buscar soluções. Pagamos bilhões de dólares. O Brasil está gastando bilhões de dólares com vacina, e tem gente ficando hiperbilionário à custa do sofrimento da humanidade. Isso é doloroso, é até revoltante. Como é que tem gente ficando hipertrilionário com o sofrimento da humanidade, Deputada Dra. Soraya?

Agora recebemos a notícia de que temos quatro vacinas cuja aprovação está em via de ser concluída. Esperamos que elas sejam utilizadas em benefício do povo brasileiro por laboratórios públicos ou, se vierem a ser utilizadas por laboratórios privados, que o sejam com custos módicos, para isso retornar em favor do Brasil. Isso vai ser um grande incentivo para nós podermos brigar por um orçamento mais forte do Ministério e mostrar que isso não é despesa, é investimento.

À questão da FINEP eu acrescento a questão de garantirmos o orçamento para que as vacinas possam ser produzidas no Brasil. O principal benefício é a vida, é salvar vidas, mas também precisamos pensar no benefício econômico que é

um país que gasta bilhões de dólares poder ter uma produção com custos mais adequados, já que nós vamos continuar gastando com vacinas todo ano. Ninguém tem a ilusão de que vamos parar de aplicar vacinas para COVID.

Senador Wellington, nós somos veterinários e sabemos como funciona o aparelho imunológico. Temos células da memória, mas elas precisam ser despertadas de tempo em tempo, assim como os nossos linfócitos T — não é, Deputada Soraya? —, senão corremos o risco de haver recidivas de surto dessa doença tão terrível.

Tem a palavra o Ministro Marcos Pontes. *(Pausa.)*

A SRA. DRA. SORAYA MANATO (PSL - ES) - Deputado Domingos Sávio, só gostaria de fazer uma correção.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PL - MT) - Deputado Domingos Sávio, gostaria de entrar na linha de V.Exa. e dizer para a população que hoje o Brasil tem o maior programa de vacinas de febre aftosa, que estão sendo produzidas há mais de 20 anos com tecnologia totalmente brasileira. Uma vacina de febre aftosa com 5 mililitros, dois vírus, produzida a partir do vírus inativado — esta é uma das linhas que estão sendo desenvolvidas e é o caso da CoronaVac — custa 1 real lá no produtor. Imaginem, com esse desenvolvimento, quanto vai custar. Hoje nós estamos pagando 13 dólares, 15 dólares. Tenho certeza de que chegará a esse ponto de que V.Exa. fala. Economia e saúde para todos!

O SR. PRESIDENTE (Domingos Sávio. PSDB - MG) - Realmente.

Tem a palavra a Deputada Dra. Soraya Manato.

A SRA. DRA. SORAYA MANATO (PSL - ES) - Quero só fazer uma correção rápida, ou melhor, uma complementação ao que V.Exa. falou.

Na Comissão de Seguridade Social e Família, há um projeto de lei para implementar no SUS o Zolgensma, que trata o AME — atrofia muscular espinhal. E uma dose desse medicamento custa 12 milhões aqui no Brasil. Em outros países, custa 300 mil reais. Aí, eu fui ao Ministério da Saúde para saber sobre esse disparate. Ela falou: "*Não, Soraya, sabe o que é?*" Eu perguntei: "*Como, se o Brasil é um país muito mais pobre do que esse?*" "*É justamente por isso, por ser um país pobre com muita gente. E há outra coisa: aqui existe um negócio chamado judicialização.*" Então, 40 pessoas estão usando o Zolgensma. Nós não somos contra ele; nós somos contra uma dose de medicação custar 12 milhões. E essa medicação é prescrita, muitas vezes, aqui no País, infelizmente, com algumas irresponsabilidades. É irresponsabilidade, às vezes, de um Deputado colocar no SUS uma vacina dessas, de 12 milhões.

Então, o que vamos trabalhar é: por que em outros países o medicamento é infinitamente mais barato e aqui custa 12 milhões? Pelo que me responderam, é porque aqui existe um negócio chamado judicialização. Então eles põem o preço que eles querem, um preço abusivo. É por isso que essas multinacionais, essas farmacêuticas estão cada vez mais ricas. E, quanto mais epidemias há, mais milionárias elas ficam. É ruim para a população, mas é excelente para eles. O que nos revolta é esse tipo de coisa que eles fazem com um país como o nosso e com muitos outros.

Era essa a complementação.

O SR. PRESIDENTE (Domingos Sávio. PSDB - MG) - Senadora, eu tenho uma proposta de emenda à Constituição... *(Risos.)*

V.Exa. é Deputada. Quero ver duas Sorayas Senadoras aqui em breve!

Deputada Soraya, eu fiz uma proposta de emenda à Constituição porque isto é matéria que está na Constituição; saúde é direito de todos. Tentamos fazer isto por projeto de lei, mas aí estaríamos ferindo a Constituição, porque pareceria que estaríamos tirando o direito da saúde, e ninguém está querendo tirar o direito da saúde. Mas eu complementei, com a minha iniciativa e com o apoio de um número adequado de colegas, propondo que nós temos que incluir na Constituição, no capítulo da saúde, quando trata da questão do critério de utilização do recurso da saúde, que a judicialização só pode ocorrer com o juiz, antes de se manifestar, conhecendo a disponibilidade do recurso orçamentário e com um laudo feito por uma junta médica que esteja assessorando o Conselho Municipal de Saúde daquela comarca, porque, de fato, essa é outra fonte de exploração. E é uma exploração feita de forma covarde durante um momento de desespero da família. Qual de nós Deputados não recebe o pedido desesperado de um paciente que precisa de um remédio de 10 milhões de reais? Aí vira vaquinha na Internet, vira um pesadelo. Esse remédio não é previsto no SUS, e V.Exa. ainda nos traz essa notícia. O remédio custa 12 milhões aqui no Brasil e alguns mil reais, ainda que sejam 200 mil ou 300 mil reais, num outro lugar. Então, é roubo usar a vida das pessoas para ganhar dinheiro criando expectativas de um milagre. Muitas das vezes, compra-se o remédio com a judicialização, mas, infelizmente, perde-se o paciente. Então, é preciso enfrentar isso.

É oportuna a presença do Ministro, porque acho que seu Ministério deveria ter uma parceria intensa com o Ministério da Saúde para financiar laboratórios brasileiros e definir melhor essa pauta, principalmente, nas áreas da oncologia e das doenças raras. É preciso que nós tenhamos fundamentação científica para dizer o porquê de o SUS não incluir esse ou

aquele medicamento, especialmente numa situação como essa, que envolve bilhões e bilhões de reais, ou, se possível, produzir o genérico aqui. É possível? Ele custa 12 milhões? É possível curar com esse remédio de 12 milhões? Vidas não têm preço. Vamos fazer um genérico dele aqui. Vamos fazer um genérico desse produto de 12 milhões aqui, num laboratório público. É um apelo que eu faço ao senhor, Ministro. Vamos gastar dinheiro público para desenvolver genérico, acabando com essa indústria do roubo em cima da vida humana, porque isso é covarde. Ninguém tem a coragem de dizer "não". Eu fico desesperado. O máximo que eu consigo fazer é participar da vaquinha virtual, é ajudar. Vou fazer o quê? Alguém aqui tem condição de comprar um medicamento que custa 12, 15, 20 milhões de reais cada vez que alguém faz esse pedido? É preciso fazer uma análise que vocês médicos fazem muito bem. Quantas outras vidas vão morrer por falta de medicamento básico se gastarmos o dinheiro da saúde sem critério?

Agradecendo a participação e a colaboração de todos os colegas, eu peço ao Ministro que, respondendo, faça as suas considerações finais, porque, na sequência, nos entraremos em outra pauta, com a questão de ordem que a Senadora já nos avisou que deseja apresentar.

Tem a palavra, para responder e fazer suas considerações finais, nosso Ministro Marcos Pontes.

O SR. MINISTRO MARCOS PONTES - Obrigado, Deputado.

Eu vou começar, então, pelas perguntas da Deputada Soraya com relação ao RMB. Esse é um projeto estratégico. A vantagem de se ter o FNDCT agora... Eu estou ressaltando de novo o FNDCT porque este ano ele está em processo transitório, mas, a partir do ano que vem, ele precisa estar em regime. Isso vai permitir que o setor de ciência, tecnologia e inovações tenha um orçamento garantido para projetos e que nós trabalhemos em grandes estruturas de ciência, como o RMB, o Sirius, o Centro Nacional de Vacinas e outros.

O RMB é um projeto de 2008, feito em parceria do Brasil com a Argentina. A Argentina avançou bastante no lado dela; nós não avançamos. É um projeto feito em parceria com vários Ministérios, porque logicamente atende a interesses de vários Ministérios. O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações é, vamos dizer assim, a caixa de ferramenta que conduz isso, mas também interessa ao Ministério da Agricultura, ao Ministério do Meio Ambiente, ao Ministério da Economia, ao Ministério de Minas e Energia, ao Ministério da Defesa. Idealmente, deveria haver recursos colocados por esses diversos Ministérios no sentido de empurrar esse projeto por trás. Na verdade, o Ministério de Ciência e Tecnologia tem feito esses aportes ali com todas as dificuldades, mas nós não tivemos outros aportes. Esse é um ponto.

Eu pedi que fosse incluído esse projeto agora nos estudos das comissões técnicas do FNDCT. Lembro que o FNDCT tem toda uma governança própria: tem os comitês técnicos, depois tem um intermediário e depois tem o Conselho Diretor, que é o que decide. Depois de todos esses projetos serem aprovados, eles vão para o Conselho Diretor, e, ali, damos a aprovação final. Mas, primeiro, eles são todos analisados por técnicos.

Pelo que eu sei, nós já passamos por vários comitês técnicos nessas semanas, aprovando projetos para o FNDCT para este ano e para o ano que vem, e o RMB está entre eles, aprovado, com um valor inicial ainda pequeno, de em torno de 10 milhões. Ele vai custar algo em torno de 2 bilhões, 1,6 bilhões, mas vale a pena. Quando se fala em 1,6 bilhões, parece um valor gigantesco, mas, pela utilidade, esse investimento é muito bom.

Para quem não conhece a RMB — Reator Multipropósito Brasileiro, registro que ele serve para dar a base do gerador do motor do submarino da Marinha, para fazer radiofármacos na saúde, para dar a base para isótopos, para vários tipos de testes, ensaios não destrutivos, também para a indústria. Ele também serve para criar geradores pequenos, reatores nucleares para estabilizar o *grid* de energia elétrica do País, espalhados. Não vamos ter mais problemas depois com falta de água, etc., porque ele vai poder estabilizar tudo isso com pequenos reatores, ou seja, é um projeto excelente.

Eu pedi que se fizesse primeiro uma análise do projeto anterior para ver como ele está e para melhorá-lo com as novas tecnologias. De 2008 até agora, teve evolução de tecnologia. Vamos ver como é que vamos fazer isso para disparar o projeto no final. Então, ele está nessa base agora.

Respondendo à pergunta do Deputado Toninho, realmente eu quero ir lá, sim. Eu quero ir a São Mateus do Sul para conhecer.

Temos incentivado muito o desenvolvimento de centros de desenvolvimento de tecnologias específicas nas regiões. Nós estamos com o INSA — Instituto Nacional do Semiárido, criando no Nordeste, em Campina Grande, o Centro de Tecnologia do Semiárido para Energias Renováveis, para estudar especificamente células fotoelétricas, todo o sistema de geração eólica, sistema de hidrogênio, hidrogênio verde. Precisamos desenvolver tecnologias para energias renováveis e uma série de outras. E conhecer um laboratório sempre me traz boas perspectivas de possibilidade de utilização.

Com relação à formação técnica, ponto que eu anotei aqui, precisamos aumentar a formação técnica no Brasil, com escolas técnicas. Com escolas técnicas, tiramos os jovens das ruas para dar a eles uma oportunidade de vida. Estou falando por experiência própria. Meu pai era servente de serviços gerais, era faxineiro de empresa. Eu fiz quatro cursos técnicos

do ensino médio. Aquilo me tirou da rua e me deu uma profissão. Então, os cursos técnicos têm que ser incentivados. Muitas áreas precisam muito disso. É preciso um plano nacional para formação técnica no País. O Ministério tem algumas propostas. Eu tenho falado com o Milton também, mas é uma coisa que temos que fazer em conjunto. Nós, sozinhos, não temos como fazer. Temos que fazer isso em conjunto com os Estados, os Municípios, etc.

Quanto à transformação de *commodities*, nós temos no Ministério a estratégia de materiais avançados, a qual já apresentamos. O Brasil, hoje em dia, tem a maior usina de produção de grafeno da América Latina. Nós temos a melhor tecnologia de produção de nióbio do planeta Terra aqui no Brasil. Essa transformação de *commodities*, transformação da mineração em produtos — não falo só dos intermediários, mas de tirar a grafita, transformar aquilo em grafeno e depois transformar isso em produtos —, é um passo importantíssimo.

Nós fizemos uma feira em Caxias do Sul já com 16 empresas com produtos de grafeno. Agora nós vamos fazer uma em Campinas, no Sirius, sobre produtos de nióbio também. E estamos trabalhando na superbateria de nióbio e grafeno. Deixem-me fazer só uma menção técnica. As baterias funcionam geralmente com lítio, óxido de lítio, que produz elétrons de um lado e os consome do outro — anodo e catodo. O lítio tem tendência a esquentar muito. Tentar fazer um movimento muito grande com os elétrons causa aquecimento ou explosão de baterias, dependendo do tipo de carga que se coloque. Quando se coloca nióbio junto ao lítio ali, ele permite a produção de mais elétrons e um maior consumo de elétrons, primeiro. Se se coloca o grafeno junto a isso, ele permite a condução mais rápida e evita a transferência por dendritos do catodo para o anodo, o que reduz o tempo de vida útil da bateria. Ao se fazer o ciclo de carga e recarga 500 vezes, a bateria acaba. Essas superbaterias vão carregar muito rápido, sem risco de explosão, e descarregar lentamente. Elas têm um poder de carga muito grande e podem ser carregadas e descarregadas milhares de vezes. Então, isso também está sendo feito com nióbio e grafeno, assim como com terras raras, para a produção de supermagnetos. Com o nióbio e o titânio, por exemplo, produzimos também supercondutores, que ajudam muito na produção de energia eólica e outras coisas no País. É importante vermos isso, porque isso precisa ser feito no Brasil.

Sobre a vacina no Paraná, ela está no contexto, ela vem avançando, assim como as outras. Temos investido na produção dessas tecnologias. Hoje, foram qualificadas uma vacina de São Paulo, que é a Versamune MCTI; uma vacina de Minas Gerais, que é a Spintec MCTI UFMG; uma de mensageiro RNA do CIMATEC da Bahia, que é a RNA MCTI CIMATEC HDT; e uma da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Isso é uma qualificação para, depois das documentações corretas, elas serem financiadas nos testes de fases I e II. E agora temos outras chegando, o que vai ser muito bom para o País.

Deputado Bosco, obrigado por suas colocações. É importante o foco. Realmente, precisamos ter foco. Enquanto o senhor estava falando, eu anotei algumas coisas que temos feito no Ministério. Desde o início, como estruturamos o Ministério? Por isto eu falei que temos um carro de fórmula 1 esperando o combustível agora. Quando estruturamos, nós nos perguntamos, primeiro, o seguinte: qual é o problema para o País? Fizemos todo um estudo a respeito do País e do planeta sobre o cenário. A partir daí, veio a visão do que queremos. Agora estruturamos também o CCT — Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia, de forma que tenhamos a visão daqui a 5 anos, 10 anos. Como queremos a ciência daqui a 5 anos, daqui a 10 anos? Essa é a visão macro. A partir daí, temos o desenvolvimento da estrutura do Ministério. Foi feita a renovação da estrutura, para permitir que a coordenação dos vários setores de ciência e tecnologia do País seja feita rapidamente. Eu tenho reuniões periódicas com as Secretarias de Ciência e Tecnologia dos Estados, com as superintendências, com as fundações de amparo à pesquisa, etc. Nós criamos também a Torre MCTI, que é um conjunto de redes que conecta partes de projetos, como, por exemplo, a parte de suporte, com recursos, certificação, patente, gerenciamento de emprego, gerenciamento de projetos, em que entram FINEP, CNPq, EMBRAPA, INMETRO, INPI, uma série de instituições de suporte; uma rede de formação, porque é importante a formação de pessoal; uma rede de pesquisa, que conecta todos os laboratórios de pesquisa do País; uma rede de inovação, que conecta espaços de formação e parques tecnológicos; e uma rede de produtos, as grandes empresas demandantes de tecnologia. Quando falamos assim, é difícil compreender a importância deste sistema, mas é um sistema operacional do Ministério que vai permitir, por exemplo, que uma *startup* lá em Tefé, com dois engenheiros, que tenha sido, como produto, considerada essencial receba financiamento e tenha pesquisadores e laboratórios à disposição no País inteiro. Nós vamos energizar esse desenvolvimento de pesquisa para transformar em produto em todo o Brasil.

Nós falamos aqui de orçamento. Isto não tem a ver com o tema aqui, mas um dos pontos importantes é pessoal. Nós precisamos — eu tenho falado isto bastante — ter um sistema para que possamos repor os pesquisadores no País. Os pesquisadores estão se aposentando. Existem institutos de pesquisa que vão parar por falta de pesquisadores, porque não há concurso público. Precisamos repor os pesquisadores de alguma forma. Então, eu tenho feito estudos. Ontem eu conversei com um fórum do pessoal de ciência e tecnologia. Precisamos achar soluções em conjunto para isso aí.

Mas há muita coisa boa acontecendo dentro desse sistema como um todo também.

Às perguntas do Senador Wellington Fagundes eu vou responder depois, mas um ponto que eu queria ressaltar é sobre o Centro Nacional de Vacinas, que vai revolucionar o País, porque, a partir desse centro nacional, nós vamos poder coordenar esse trabalho. Lembro sempre que trabalhamos com ciência, tecnologia e inovação; o Ministério da Saúde faz a aplicação disso na população, por meio da política pública de saúde. Mas, nesse desenvolvimento, nós notamos grande dificuldade em ver a pesquisa se transformar em produto realmente. Então, esse centro vai fazer esse casamento entre a parte privada e toda a parte de pesquisa, todos os testes clínicos, ou seja, vai ser um tipo de Oxford brasileira, o que é muito importante, lá em Minas Gerais, junto à Universidade Federal de Minas Gerais.

Vou responder às perguntas da Senadora Soraya, mas, primeiro, agradeço-lhe os comentários. Daqui a pouco vou dar um pulo na CAPES para cumprimentar os que estão participando da reunião do Conselho que está acontecendo lá. É importante esse trabalho em conjunto com o CNPq e a CAPES, é extremamente importante, inclusive para reter talentos no Brasil. E, nesse sistema, o fato de termos projetos estruturantes grandes, como o Sirius, o FNDCT, o RMB, possibilita que tragamos pesquisadores de fora para trabalharem no Brasil. Vai ser uma reversão nesse sistema. Ao colocarmos um laboratório de Biossegurança 4 ao lado do Sirius vamos criar uma instalação única no planeta. Poderemos analisar vírus de altíssima letalidade e, ao mesmo tempo, ver o vírus em ação com o Sirius. Não há isso em nenhum outro país. Já estamos recebendo ligações de outras entidades grandes, como o Galveston, por exemplo. Na parte de laboratório NB4, eles querem ser nossos parceiros, para também poderem usar essa estrutura. Então, nós vamos reverter esse sistema. Nós não temos recursos para comunicação. Eu queria ter mais recursos para poder fazer propaganda. Nós usamos o Youtube e outras redes sociais, mas elas não têm o alcance necessário. Precisamos mostrar mais o Ministério. Há tanta coisa sendo feita! Então, repito: no *site* do Ministério, no domínio *gov.br*, há uma parte de entregas, há uma série de coisas, há um monte de projetos e programas bacanas, que o pessoal precisa conhecer. E isso acaba até atraindo mais emendas, porque nós podemos trabalhar nos Municípios e nos Estados, sem dúvida nenhuma. Deputado, finalmente, eu queria agradecer, e muito, esta oportunidade de falar. Desculpe-me por às vezes falar bastante, mas é porque eu me empolgo. Essa é uma área importantíssima para o País. Eu tenho dedicado a minha vida inteira a isso, e, nesse trabalho que tenho feito no exterior — são mais de 20 anos trabalhando com a NASA, com a ONU —, vejo quanta coisa o Brasil pode fazer. O Brasil tem que ser protagonista no planeta. Nós temos todas as condições para isso.

Então, quanto a essa questão dos recursos reembolsáveis, por exemplo, a questão da TJLP, isso precisa realmente ser resolvido. Baixando a TJLP, nós vamos poder oferecer um recurso mais barato para investimento das empresas. Além disso, nós vamos reduzir aquela compensação que tira o dinheiro do não reembolsável. Isso tem que ser visto, realmente.

A FINEP tem tido uma gestão muito boa com o General Barroso. Eles enxugaram bastante a FINEP, que está muito mais ágil. Retiraram uma série de passivos que existiam. Ela inclusive mudou de prédio. Por incrível que pareça, pagavam 28 milhões de reais por ano de aluguel em um prédio, e isso tendo um prédio próprio! Eles fizeram uma reforma e se mudaram para o prédio próprio. Estão economizando 28 milhões de reais por ano, que podemos colocar em projetos extras. E é um prédio sensacional o deles — já fui lá várias vezes —, fica ali no Flamengo, no Rio de Janeiro. Então, a gestão da FINEP tem sido enxuta.

Mas, como essa questão da TJLP não depende da FINEP, nós realmente precisamos de ajuda para mudar isso aí, ou por meio de lei, ou por meio de medida provisória — principalmente por meio de lei.

Quanto a vacinas mais baratas, isso é essencial. Quando fui à OMS e apresentei o que o Brasil tem, os desenvolvimentos do Ministério no combate à pandemia pela Rede Vírus, eu vi que o pessoal ficou superinteressado. Eles talvez estivessem esperando que eu fosse pedir alguma coisa. Eu falei assim: "*Não, eu vim aqui para oferecer a nossa infraestrutura, para poder ajudar a OMS como um hub de tecnologia na América do Sul*". Imediatamente eles ficaram muito satisfeitos com isso. Eles precisam disso, principalmente para baratear o custo. O que acontece hoje em dia é que os países ricos têm muito mais acesso a vacinas e a outras coisas do que os países mais pobres. E nós temos a tecnologia. O País tem que assumir a responsabilidade perante o planeta de levar essa tecnologia aos outros, para poder ajudar os outros países. Então, isso foi o que eu coloquei lá. Nós temos tudo para fazer isso.

Quanto à produção de vacina nacional, o fato de a tecnologia ser nacional possibilita que, se existirem mutações que podem escapar da vacina, nós a modifiquemos rapidamente. Como se trata de um processo interno, podemos negociar rapidamente o preço das vacinas, fabricando, quando necessário, uma parte pública, para zerar, aliás, não zerar, porque existem os custos de produção, mas reduzir ainda mais esses valores. Em relação ao tratamento de doenças raras, temos em Uberlândia, no Estado de Minas Gerais — pouca gente sabe que criamos isto —, o Centro Nacional de Tecnologias para Pessoas com Deficiência e Doenças Raras. A ideia é baixar o preço das tecnologias assistivas, que são extremamente caras. Não foi falado aqui, mas vejamos o preço de uma cadeira de rodas com motor. Então, isso serviria para baixar o preço dos produtos e melhorar a eficiência disso, com a tecnologia que temos no País. Poderíamos também usar nossa infraestrutura para trabalhar com doenças raras. Temos duas estratégias no Ministério, uma para vacinas e outra para

medicamentos nacionais. Temos tudo para criar isso. Inclusive vamos ter um problema sério no futuro com superbactérias. Precisamos desenvolver novos antibióticos no planeta, e o Brasil pode participar disso. Temos a coleta de ativos, por exemplo, da Amazônia. Estamos criando 50 laboratórios remotos na Amazônia, por meio do projeto Sistema Amazônico de Laboratórios Satélites — SALAS. A coleta de ativos e a produção de moléculas de medicamentos passa pelo Centro Nacional de Medicamentos, ocorrendo depois a distribuição para as empresas fabricarem medicamentos no Brasil. Então, há muita coisa sendo feita. Eu queria, de novo, agradecer muito esta oportunidade aqui. Também faz parte de fazer a propaganda do Ministério a oportunidade de falar aqui para o pessoal poder conhecer o nosso trabalho.

Agradeço ao Congresso pelo apoio, ressaltando a importância do PLN 16, sobre radiofármacos e recursos do FNDCT, que vai passar por aqui agora.

Obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Domingos Sávio. PSDB - MG) - Nós é que lhe agradecemos, Ministro. V.Exa., como sempre, foi brilhante na sua exposição, pela sua competência, pelos conhecimentos que tem da área e também pelo seu espírito público, que fica muito evidente nessa sua manifestação no sentido de que o Ministério, a ciência e a tecnologia têm que estar a serviço da vida, a serviço dos mais pobres, que não têm acesso, às vezes, àquilo que se pode importar.

E, mais do que isso, achei fantástica a sua colocação de que nós brasileiros temos que exercer esse protagonismo para resolvermos os nossos problemas e sermos os grandes parceiros de países que estão numa condição pior do que a nossa, que não são poucos. Alguns bilhões de seres humanos neste planeta estão perdendo a guerra, e não é só a guerra do Afeganistão, que está hoje em evidência e que nos deixa a todos muito infelizes ao ver a brutalidade humana, a falta de humanidade. Infelizmente, nós sabemos que muitos estão perdendo também a guerra para os vírus, para as bactérias, para as doenças, e nós precisamos estar prontos para contribuir para uma melhor condição de vida no planeta.

Quero agradecer-lhe imensamente e dizer que, como Relator Setorial da parte do Orçamento que cuida de ciência e tecnologia e também de comunicação, eu vou me colocar à sua disposição. Espero que possamos agendar uma reunião para os próximos dias, tão logo chegue aqui a peça orçamentária — não sei nem se já chegou —, o que está previsto para hoje ou amanhã, que é o limite constitucional. Coloco-me à disposição e solicito que marquemos lá no Ministério uma reunião, para que possamos fazer, a várias mãos, o que pode ser feito para aprimorar, para ampliar, para melhorar o Orçamento. Eu lhe agradeço e o deixo à vontade com a sua equipe. Muito obrigado, Ministro. Muito obrigado a todos da sua equipe.

Antes de concluir os trabalhos, vamos ouvir a Senadora Soraya Thronicke.

A SRA. SORAYA THRONICKE (PSL - MS) - Obrigada, Ministro, mais uma vez.

Sr. Presidente, com base no art. 131 do Regimento Comum do Congresso Nacional, combinado com inciso VII do art. 15 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, apresento a seguinte questão de ordem, perguntando: a) se há e se já está publicada a relação dos Relatores Setoriais para o Projeto de Lei Orçamentária para 2022, conforme preceitua o art. 71 do Regulamento Interno da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização; b) se foram publicados os ofícios dos Líderes indicando os Relatores Setoriais ao PLOA 2022, conforme demanda o inciso VI do art. 16 da Resolução nº 1, de 2016, do Congresso Nacional; c) se as designações para as Relatorias Setoriais obedeceram ao disposto no inciso VI do art. 16 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional.

É essa a questão de ordem.

Eu sei que esta não é uma reunião deliberativa, mas eu vou protocolar agora na Secretaria da Comissão essa questão de ordem, para que a Presidente ou o eventual Presidente possa deliberar a respeito dela, porque não tivemos mais nenhuma reunião. O nosso bloco no Senado Federal está aguardando ansiosamente que essa questão de ordem seja resolvida.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Domingos Sávio. PSDB - MG) - Obrigado, Senadora Soraya. Eu lhe agradeço, porque acredito que a sua questão de ordem acaba sendo importante para toda esta Comissão. Porém, por esta não ser uma reunião deliberativa e também, é claro, num gesto de respeito à nossa Presidente, eu vou recolher formalmente a questão de ordem proferida por V.Exa., registrá-la em ata e encaminhá-la à Presidente, para que ela oportunamente possa responder-lhe.

Agradeço a participação de todos os colegas Deputados e Senadores e do Sr. Ministro.

Foi cumprida a finalidade da reunião convocada a requerimento da Senadora Rose de Freitas. Não só por ser o Relator Setorial, mas também atendendo à solicitação dela, tive o privilégio de presidir esta reunião e de ouvir a exposição do Sr. Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovações.

Agradeço mais uma vez a todos os que participaram e a todos os que nos acompanharam pelos canais da TV Câmara.

Está encerrada a sessão.

QUARTO SEM ÁUDIO

PROPORCIONALIDADE DOS RELATORES SETORIAIS

Resposta à QO elaborada pela Senadora Soraya Thronicke em 31/08/2021.

As indicações das dezesseis Relatorias Setoriais serão publicadas na página da CMO tão logo sejam designadas por esta Presidência.

Os ofícios enviados pelas lideranças partidárias indicando os membros da CMO para os cargos de relatores setoriais serão publicados na página da Comissão no menu – tramitação do PLN 28/2022 – Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2022.

O inciso VI do art. 16 da Resolução nº 1/2006-CN determina que as “lideranças partidárias indicarão os Relatores Setoriais do projeto de lei orçamentária anual segundo os critérios de proporcionalidade partidária e da proporcionalidade dos membros de cada Casa na CMO”.

A Resolução estabelece a competência do Presidente para designar os relatores. Porém, no caso dos relatores setoriais, a designação ocorre a partir das indicações realizadas pelas lideranças partidárias e esta Presidência tem procurado

PROPORCIONALIDADE DOS RELATORES SETORIAIS

que, esta Comissão pressa pelo cumprimento dos acordos firmados; e considerando que, em reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na CMO convocada para tratar da escolha das relatorias setoriais, os Senadores Izalci Lucas e Wellington Fagundes reiteraram o acordo acima citado; esta Presidência não ver alternativa se não a de garantir a quarta escolha geral das relatorias setoriais do PLOA 2022 ao Bloco Parlamentar Vanguarda.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ATA DA NONA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 56ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA NOS DIAS 28 E 29 DE SETEMBRO DE 2021.

PENDENTE DE APROVAÇÃO

Aos vinte e oito dias de setembro de dois mil e vinte um reuniu-se, de forma semipresencial, a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, Plenário 02 da Câmara dos Deputados e, virtualmente, por meio da plataforma zoom. Foi registrada a presença dos Senhores - **Deputados Titulares:** Adolfo Viana, André Figueiredo, Arnaldo Jardim, Arthur O. Maia, Bosco Costa, Carlos Zarattini (remotamente), Charles Evangelis, Daniel Almeida, Domingos Sávio, Eduardo Costa, Flávia Morais, Gilberto Abramo, Hildo Rocha, Hugo Leal, Jhonatan de Jesus, José Guimarães (remotamente), Júnior Mano, Luciano Ducci, Mário Negromonte Jr., Marx Beltrão, Paulo Azi, Sanderson, Sergio Souza, Uldurico Junior e Zé Carlos; - **Senadores Titulares:** Angelo Coronel, Carlos Fávaro, Izalci Lucas, Oriovisto Guimarães, Rose de Freitas, Simone Tebet e Wellington Fagundes (remotamente); - **Deputados Suplentes:** Adriana Ventura, Alceu Moreira, Átila Lins, Beto Faro, Caroline de Toni, Célio Moura, Célio Silveira, Dagoberto Nogueira, Danilo Forte, Domingos Neto, Dra. Soraya Manato, Gelson Azevedo, Hercílio Coelho Diniz, João Carlos Bacelar, Júnior Ferrari, Juscelino Filho, Orlando Silva, Ossesio Silva, Pedro Lupion, Robério Monteiro, Rodrigo Coelho, Weliton Prado, Wilson Santiago e Zeca Dirceu; - **Senadores Suplentes:** Esperidião Amin, Soraya Thronicke e Vanderlan. Foi registrado o comparecimento dos parlamentares não integrantes da Comissão: - Deputados: Alexandre Leite, Aline Gurgel, Claudio Cajado, Pedro Vilela e Ricardo Izar. Registrou-se a **ausência** dos membros titulares: Deputados: André Fufuca, Coronel Tadeu, Genecias Noronha, Gonzaga Patriota e Osires Damaso; Senadores: Alessandro Vieira, Jean Paul Prates, e Weverton. O Senador Elmano Férrer teve sua ausência justificada e deferida pela Presidente da CMO. **ABERTURA:** às quatorze horas e vinte e oito minutos, do dia vinte e oito de setembro de dois mil e vinte um, e havendo número regimental conforme estabelecido no *art. 134 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional*, os trabalhos foram abertos pela Presidente, Senadora Rose de Freitas, que informou que a reunião estava ocorrendo de forma semipresencial, com parlamentares presentes no plenário e parlamentares participando de forma virtual através da plataforma zoom. Em seguida, havendo quórum para deliberação, conforme o *art. 12 do Regimento Comum do Congresso Nacional*, consultou o plenário a fim de que fosse dispensada a leitura das Atas da 8ª Reunião Deliberativa Extraordinária, realizada no dia 11/08/2021, da 4ª Reunião de Audiência Pública, realizada no dia 17/08/2021, da 5ª Reunião de Audiência Pública, realizada no dia 18/08/2021 e da 6ª Reunião de Audiência Pública, realizada no dia 31/08/2021. A leitura das Atas então foi dispensada e em votação, as Atas foram APROVADAS. **EXPEDIENTE:** A Presidente solicitou que fossem declarados como lidos os expedientes recebidos pela Comissão, do dia 11 de agosto, até a presente data, tendo em vista que essas informações se encontram publicadas na página da CMO na internet. Em seguida, fizeram uso da palavra a Deputada Carmen Zanotto e o Senador Esperidião Amin sobre o descontentamento de ambos a respeito da votação do PLN 15/2021-CN na sessão deliberativa de ontem no Congresso Nacional. A Presidente explicou alguns pontos sobre a votação, informou que gostaria de ouvi-los melhor sobre o ocorrido e pediu esclarecimentos ao Relator da LDO, Deputado Juscelino Filho que fez uso da palavra, justificando os fatos relatados quanto a votação do PLN 15/2021 no Congresso Nacional. Às quatorze horas e cinquenta e um



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

minutos a Presidente Rose de Freitas decidiu suspender a reunião por quinze minutos a fim de buscar mais esclarecimentos junto ao Líder do Governo. Às quatorze horas e cinquenta e nove minutos o Segundo Vice-Presidente, Senador Izalci Lucas, reabriu os trabalhos iniciando a ordem do dia com a deliberação do Item 2 da pauta antes, porém, passou a palavra à Senadora Soraya Thronicke que informou ter levantado Questão de Ordem na última reunião de audiência pública e pediu ao presidente em exercício que fizesse a leitura da resposta para que ela pudesse dar continuidade aos trâmites. O vice-presidente então fez a leitura da resposta e a Senadora Soraya Thronicke recorreu. O presidente em exercício recebeu o recurso e informou que a encaminhará à CCJ do Senado Federal, de acordo com o art. 132 § 1º do Regimento Comum e, antes de passar a direção dos trabalhos à Senadora Rose de Freitas, prestou esclarecimentos quanto à questão de ordem levantada pela Senadora Soraya Thronicke. Às quinze horas e onze minutos a Presidente Senadora Rose de Freitas retomou a condução dos trabalhos solicitando autorização do Plenário para a inversão da pauta, conforme art. 34, § único do Regimento Comum. A inversão foi acatada.

ORDEM DO DIA: Item 2 – Apreciação do **Projeto de Lei nº 11/2021-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor das Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho e do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor de R\$ 18.004.050 (dezoito milhões, quatro mil e cinquenta reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente." Voto: pela aprovação do Projeto de Lei na forma apresentada pelo Poder Executivo. Ao Projeto não foram apresentadas emendas. O relator Deputado José Guimarães, remotamente, fez a leitura do relatório. Foi aberta a discussão, porém a presidente a encerrou por não haver ninguém para discutir. Em votação, a matéria foi APROVADA na representação de ambas Casas. **Item 3** – A Presidente propõe a quebra do interstício de 2 (dois) dias úteis contados da publicação do Relatórioa, conforme previsto no art. 128 da Resolução 1/2006-CN. Aprovado. Apreciação do **Projeto de Lei nº 18/2021-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovações e da Justiça e Segurança Pública, crédito especial no valor de R\$ 16.764.966 (dezesseis milhões, setecentos e sessenta e quatro mil, novecentos e sessenta e seis reais), para os fins que especifica". Voto: pela aprovação do Projeto de Lei na forma apresentada pelo Poder Executivo. Ao Projeto não foram apresentadas emendas. A Relatora, Deputada Dra. Soraya Manato, solicitou autorização para fazer somente a leitura do voto. A Presidente iniciou a discussão, mas não havendo quem quisesse discutir, ela a encerrou. Em votação, o relatório foi APROVADO na representação das duas Casas. Apreciação dos Itens **4 e 5** – A Presidente consultou o Plenário sobre a possibilidade de votação dos Requerimentos, a despeito do previsto no Art. 128, da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, quanto á quebra de interstício de 2 (dois) dias úteis contados da publicação das matérias. Aprovado. Apreciação do **Requerimento nº 23/2021** - que "requer encaminhamento de solicitação ao Excelentíssimo Sr. Ministro-Relator Aroldo Cedraz de Oliveira, do Tribunal de Contas da União (TCU), para concessão de acesso aos autos do TC 014.379/2021-0" e **Requerimento nº 24/2021** - que "requer encaminhamento de solicitação ao Excelentíssimo Sr. Ministro-Relator Walton Alencar Rodrigues, do Tribunal de Contas da União (TCU), para concessão de acesso aos autos do TC 000.797/2021-9". A presidente concedeu a palavra ao autor dos requerimentos, Deputado Hugo Leal, que fez suas justificativas. Foi aberta a discussão e a Deputada Adriana Ventura fez uso da palavra parabenizando o autor dos requerimentos. Encerrada a discussão, as matérias foram para deliberação. Os requerimentos foram APROVADOS na representação da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Apreciação do **Item 1: Proposta de Instrução Normativa 2/2021** – que "Regula os procedimentos para apresentação de emendas de bancada estadual e atualiza a denominação e composição da



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

área temática X – Economia. A presidente concedeu a palavra ao Deputado Hugo Leal que fez a apresentação da matéria a qual recebeu uma emenda de autoria da Deputada Adriana Ventura. Em discussão, fizeram uso da palavra os Deputados Wilson Santiago, Alexandre Leite, Arnaldo Jardim, Danilo Forte, Hildo Rocha, Dr^a Soraya Manato e o Senador Izalci Lucas. Às dezesseis horas e sete minutos, a Senadora Rose de Freitas decidiu suspender a reunião antes, porém, convocou reunião do Colegiado de Lideranças Partidárias com assento na CMO para o dia seguinte, quarta-feira, às dez horas podendo haver a continuidade desta reunião logo após. Às onze horas e vinte e três minutos, do dia vinte nove do mês de setembro de dois mil e vinte e um, a Presidente Rose de Freitas reabriu os trabalhos, dando continuidade à discussão da Proposta da Instrução Normativa 2/2021 e concedeu a palavra aos Deputados Danilo Fortes, Carlos Zarattini, Domingos Neto, Wilson Santiago, Hildo Rocha. Encerrada a discussão, o Deputado Hugo Leal fez a leitura do Voto pela aprovação da proposta da forma em que foi apresentada. À emenda, ofereceu voto pela rejeição. Em continuidade, ao Relatório, foi apresentado um destaque de autoria da Deputada Adriana Ventura, no qual destaca sua emenda rejeitada. Em votação, o relatório foi APROVADO ressalvado o destaque e com voto contrário da Deputada Adriana Ventura. Esta fez a defesa do destaque. Fizeram uso da palavra os Deputados Domingos Neto e João Carlos Bacelar. O Deputado Hugo Leal ofereceu parecer pela rejeição do destaque. Em votação, o destaque foi REJEITADO na representação da Câmara dos Deputados, com votos contrários dos Deputados Carlos Zarattini e Adriana Ventura, e não foi apreciado na representação do Senado Federal, conforme dispõe o § 1º do art.43, do Regimento Comum. Antes de dar continuidade aos trabalhos, a presidente concedeu a palavra aos Deputados Cláudio Cajado, Danilo Forte, Carlos Zarattini e Juscelino Filho, Relator da LDO. Em seguida a Senadora Rose de Freitas submeteu ao Plenário requerimentos para inclusão na Pauta e quebra de interstício dos 2 (dois) dias úteis para a apreciação dos Relatórios apresentados aos Projetos de Lei nºs 10 e 14/2021-CN e dos Requerimentos nºs 25 e 26/2021 CMO, conforme art. 235 do Regimento do Senado Federal e Art. 128 da Resolução nº 1 de 2006 do Congresso Nacional. Em votação a inclusão na pauta e a quebra de interstício foram aprovadas. Apreciação do **Projeto de Lei nº 10/2021-CN**, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Justiça Eleitoral, da Justiça do Trabalho e do Ministério Público da União, crédito especial no valor de R\$ 1.229.972,00, (um milhão, duzentos e vinte e nove mil, novecentos e setenta e dois reais, para os fins que especifica.” Voto: pela aprovação do Projeto de Lei nos termos propostos pelo Poder Executivo. Ao projeto não foram apresentadas emendas. Relatora: Deputada Flávia Moraes, ausente, foi designado o Deputado Danilo Fortes como Relator Ad hoc que apresentou o relatório. Não houve discussão por não haver quem quisesse discutir. Em votação, o Relatório foi APROVADO, nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Apreciação Projeto de Lei nº 14/2021-CN, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Justiça Eleitoral, crédito especial no valor de R\$ 944.400,00, (novecentos e quarenta e quatro mil e quatrocentos reais) para os fins que especifica.” Relatora: Deputada Flávia Moraes. Voto: pela aprovação do Projeto de Lei nos termos propostos pelo Poder Executivo. Ao projeto não foram apresentadas emendas. Foi designado como Relator Ad hoc o Deputado João Carlos Bacelar que apresentou o relatório. Não houve discussão. Em votação, o Relatório foi APROVADO, nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Apreciação do **Requerimento 25/2021** - que "Requer a realização de Reunião de Audiência Pública para tratar sobre a forma de divisão das emendas de bancada estadual para o Orçamento Anual de 2022." Autora: Deputada Adriana Ventura que fez a defesa do requerimento. A discussão foi aberta e encerrada por não haver quem quisesse discutir. Em votação, o



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Requerimento foi APROVADO, nas representações de ambas as Casas. Apreciação do **Requerimento 26/2021** - que "Requer a realização de Reunião de Audiência Pública para tratar sobre as emendas do Relator Geral no Orçamento da União." Autora: Deputada Adriana Ventura que fez sua justificativa. Não houve quem quisesse discutir a matéria. Em votação, o Requerimento foi APROVADO, nas duas representações. Nada mais havendo a tratar, a Presidente em exercício encerrou os trabalhos às doze horas e treze minutos, do dia vinte e nove de setembro de dois mil e vinte e um. Para constar, eu, Walbinson Tavares de Araujo, Secretário Executivo, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pela Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. Senadora Rose de Freitas, Presidente. XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO
3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
(REUNIÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA (VIRTUAL))

Em 28 de Setembro de 2021

(Terça-Feira)

Às 14 horas

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Havendo número regimental, declaro iniciada a 9ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, para apreciação das matérias constantes da pauta.

Informo que a reunião ocorre de forma semipresencial. Pode haver Parlamentares participando de forma presente no plenário e Parlamentares participando de forma virtual através da plataforma Zoom.

Apreciação da ata. Havendo concordância do Plenário, eu proponho a dispensa da leitura das atas das seguintes reuniões: 8ª Reunião Deliberativa Extraordinária, realizada no dia 11 de agosto de 2021; 4ª Reunião de Audiência Pública, realizada no dia 17 de agosto de 2021; 5ª Reunião de Audiência Pública, realizada no dia 18 de agosto de 2021; 6ª Reunião de Audiência Pública, realizada no dia 31 de agosto de 2021.

Caso haja alguma retificação, peço aos Srs. Parlamentares que se manifestem. *(Pausa.)*

As atas estão em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Em votação as atas na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Solicito que sejam declarados como lidos os expedientes recebidos pela Comissão do dia 11 de agosto até a presente data, tendo em vista que essas informações se encontram publicadas na página da CMO na Internet.

Eu queria fazer um apelo. Preciso suspender a reunião por 15 minutos, porque quero ouvir o Senador Esperidião Amin, a Deputada Carmen Zanotto...

A SRA. CARMEN ZANOTTO (CIDADANIA - SC) - Senadora, a senhora me permite...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Aguarde um minutinho.

E quero ouvir o Relator da LDO, que impreterivelmente estaria aqui.

Eu quero suspender a reunião, para que nós consigamos entender o que aconteceu antes de os senhores se manifestarem — o que eu acho muito justo. E assim também o farei por saber exatamente do teor das declarações que a mim foram colocadas pelo Relator da LDO e todas as correções advindas.

A SRA. CARMEN ZANOTTO (CIDADANIA - SC) - Perfeito!

Senadora, só que são duas pautas, e o Senadora Esperidião Amin tem uma pauta bem importante para o nosso Estado. Eu só queria fazer um apelo a V.Exa. com relação ao PLN 16/21, que trata dos radiofármacos. Nós estamos sem insumos em muitos dos serviços que fazem diagnóstico e tratamento do câncer. Esse PLN precisa ser apreciado por nós nesta quinta-feira.

Então, faço esse apelo a V.Exa., na condição de Presidente, em razão de sua sensibilidade e preocupação com a área da saúde. O Ministro Marcos Pontes, ontem, na nossa Comissão de Seguridade Social e Família, informou que a falta dos radiofármacos se deu em função de não termos aprovado o PLN 16.

É claro que houve amplo debate. Nós discutimos muito isso. Na semana passada, foi feita uma portaria que recompôs o valor de 19 milhões, mas eles são insuficientes. Além desse PLN 16, nós vamos precisar de outro PLN.

Para eu não me estender, em respeito ao Senador Esperidião, que estava discutindo uma situação complexa do nosso Estado de Santa Catarina, que é o motivo da suspensão dos trabalhos, queria só reforçar esse apelo, porque não podemos não aprovar o PLN 16 nesta quinta-feira.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Informamos a V.Exa. que há o compromisso para que o relatório seja entregue hoje, para que seja votado no tempo que V.Exa. declara.

Eu preciso de 15 minutos, porque o Relator da LDO acabou de chegar.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) - Mas eu preciso de 3 minutos.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Eu darei a V.Exa. o tempo necessário.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) - Mas é muito rápido.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Mas precisamos de esclarecimentos.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) - O meu problema é que se trata de um fato quase consumado. A Deputada Carmen Zanotto está tratando de evitar um problema, o meu é para reclamar de um problema consumado.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Exatamente. Por isso, eu pedi a intervenção de V.Exa., em face do que o Relator havia declarado a esta Presidência. O que V.Exa. declara é tão contraditório que eu precisaria conversar...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) - Está documentado, Presidente. Eu vou lhe entregar o documento.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Está bem. Eu queria questionar o nosso Relator.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) - Eu posso voltar a falar. Mas eu quero deixar depositado nas suas mãos e da assessoria o seguinte...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Pois não.

V.Exa. tem a palavra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) - Queria que isso constasse dos Anais da Comissão.

Número um, é a primeira vez que eu participo, ainda como suplente, da Comissão Mista de Orçamento. Nunca pedi, nem agora pedi. O partido me solicitou, e eu aceitei essa missão. Mas sei que uma Comissão Mista de Orçamento tem que considerar os vários pesos, as muitas medidas e as múltiplas necessidades. E o primeiro jogo é o jogo da lealdade. Sem o jogo da lealdade, nós vamos ter uma convivência muito complicada.

O Estado de Santa Catarina, Sra. Presidente, e aqui quero renovar a minha admiração por V.Exa., a quem conheço há um tempo que até não convém dizer, principalmente para uma dama bonita e a quem respeito muito, que é Rose de Freitas. Respeito V.Exa. pelo seu trabalho, pelo seu talento, pela sua dedicação.

Isto posto, Santa Catarina vive a seguinte condição: nós firmamos, no final de agosto, começo de setembro, um acordo depois de 7 horas e 10 minutos de reunião da Comissão de Infraestrutura do Senado — após 7 horas e 10 minutos ininterruptos! — para que o Governo Federal aceitasse 465 milhões de reais, recursos que o Estado de Santa Catarina transferirá para o Governo Federal, para o DNIT, para a execução de obras federais em Santa Catarina que estão sendo conduzidas pelo DNIT, mas cujo vagar insulta a nossa gente.

Esses 465 milhões de reais serão assim distribuídos: 300 milhões, para a BR-470 — ajude-me, Deputada Carmen —; 100 milhões, para a BR-163; 50 milhões, para a BR-280; e 15 milhões, para BR-285. Essa é um sarcasmo! Para a execução dessa rodovia, a rubrica estava zerada no Orçamento da União deste ano — zerada!

A primeira providência efetiva, além de muita conversa, foi o PLN 15 que destinou 15 milhões para o prosseguimento dessa obra. No PLN 20 tem mais 15 milhões, e o Estado de Santa Catarina está doando 15 milhões.

Portanto, realmente, é um insulto ao povo de Santa Catarina saber, depois de votar — porque, antes de votar, eu não sabia — que essa pequena importância foi mutilada no relatório. Está aqui, porque vou deixar com V.Exa. Foi dela capado um bocado de 4 milhões de reais por quem eu não sei.

Esse relatório não estava disponível. Se estivesse disponível, com essa carga emocional de um Estado que está sendo objeto do deboche, se estivesse, eu quero dizer para todos que eu iria às vias de fato. Isso só passaria por cima do meu cadáver. Como passou, eu quero devolver o problema para a senhora.

Isto aqui é o retrato da deslealdade e da desonestidade de quem o fez. Eu não vou retirar essa palavra. É desonestidade de quem o fez! E o que é pior: eu não sabia...

Então, repito: estou entregando para a senhora os dois avulsos — o avulso do original e o avulso da falcatrua. Isso é uma falcatrua, porque feito à sorrelfa, traiçoeira e debochadamente.

É o que eu lhe peço. Vou levar isso a conhecimento do Plenário do Senado e, a partir da agora, aguardo providências. Não tomadas, eu vou ter que mobilizar a força policial, porque o logro de 4 milhões pode ser, daqui a pouco, um logro maior.

Eu perdi a confiança na tramitação de projetos que tais. Não perdi a confiança em V.Exa. É por isso que estou recorrendo a V.Exa. Se eu não confiasse em Rose de Freitas, eu não estaria me dirigindo à senhora.

Não quero me alongar. Os fatos estão aqui. Aguardo notícias.

De coração, deixo um beijo respeitoso e um abraço muito fraterno.

A SRA. CARMEN ZANOTTO (CIDADANIA - SC) - Presidente Rose de Freitas, quem sabe seja uma luz no fundo do túnel. Nós temos o PLN 30, que tem recurso para as rodovias de Santa Catarina e que deverá ser liberado nos próximos dias...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. CARMEN ZANOTTO (CIDADANIA - SC) - Isso, na quinta-feira, quando será a sessão do Congresso. A partir dessa fala do nobre Senador Esperidião Amin...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Peço só um momento. Eu faço um pedido ao Senador Esperidião Amin.

Senador Esperidião Amin, nós queremos resolver essa questão. Quero que V.Exa. saiba — eu tenho que interromper V.Exa., mas não faço isso usualmente — que o meu conhecimento não é geral. Aqui interagimos no trabalho. Dirigi-me ao Sr. Relator perguntando se havia espaço para outra proposta para atendimento de qualquer demanda. Ele me respondeu, com todas as letras, que não havia.

Serenamente, portanto, tomei uma atitude que não é da minha prática de aceitar... Todos devem saber que as matérias que deveriam estar aqui há mais de 20 dias não estavam.

Incomodou-me profundamente que essas matérias chegassem na última hora para serem relatadas e colocadas com urgência em Plenário. Já dei minhas declarações sobre esse assunto e disse que isso não acontecerá novamente. Acordei com o Líder e disse que era a única vez que esse fato acontecia pela urgência das matérias que estavam vigendo dentro das PLNs.

Muito bem. Quanto a esse PLN, eu me dirigi ao Relator — e a ele cabe inclusive as correções, as alterações da LDO — e lhe fiz a seguinte pergunta: estou sendo instada por vários Parlamentares e gostaria de saber se nesse PLN é cabível colocar algumas emendas com vista a atendimento de algumas necessidades e prioridades.

Respondeu-me o Relator Juscelino Filho, que goza evidentemente de nossa confiança e nosso respeito: "Não". Houve surpresa de minha parte hoje. Agi como todos. Votei em favor dos PLNs em Plenário, sem que ninguém os tivesse lido. Portanto, aí é muito mais custosa a confiança. Nós votamos.

Hoje me surpreendo com a declaração de um caro colega, brilhante Senador de longas datas — nós não podemos falar quantos anos são, na verdade. E V.Exa. me traz um assunto que colide frontalmente com a declaração que o Relator fez. Tenho apreço a esse Relator, que foi escolhido por todos os colegas na Câmara dos Deputados, mas agora preciso da explicação e sugestão consentânea a esse tema.

Eu pedi 15 minutos. Vou precisar desse tempo para que possamos discutir esse assunto.

V.Exa. pode concluir as suas palavras.

A SRA. CARMEN ZANOTTO (CIDADANIA - SC) - Obrigada, Senadora.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) - Por ora, muito obrigado. Externo a renovação do meu respeito a V.Exa. e às suas palavras.

A SRA. CARMEN ZANOTTO (CIDADANIA - SC) - Senadora, a preocupação de Santa Catarina é tão grande, conforme a exposição do nobre Senador Esperidião Amin, que a bancada na Câmara também votou o PLN nº 15 sem se dar conta, ou seja, sem ter a informação de que 4 milhões de reais, dos 15 milhões de reais que estavam aportados, haviam sido remanejados para outras rodovias.

O apelo que eu faço, Sra. Presidente, além de não poder ter corte nenhum, em absoluto, no PLN nº 20 dos recursos do Estado de Santa Catarina, é que esses 4 milhões de reais possam estar sendo recompostos já nesta quinta-feira, por dever da União com o Estado de Santa Catarina, para a execução nas rodovias catarinenses, depois de um amplo debate com o Sr. Ministro Tarcísio, por parte da bancada de Santa Catarina como um todo, pela necessidade de que Santa Catarina tem e por, a partir dos recursos próprios, ter colocado recursos em um montante expressivo, como foi aqui relatado pelo Senador Esperidião Amin, a fim de dar continuidade àquelas obras, em especial na BR- 470. Essa rodovia é um verdadeiro caos, que nós podemos chamar de rodovia da morte, em função das dificuldades de trafegabilidade que lá nós temos.

Seria o mínimo a fazer, além da explicação do motivo de ter sido remanejado, ou seja, que seja recomposto já no PLN nº 20. Eu faço esse apelo ao nobre Relator, para que isso seja já para quinta-feira agora, porque as explicações que nós teremos agora...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. CARMEN ZANOTTO (CIDADANIA - SC) - Mas isso tem que ser resolvido aqui.

O SR. JUSCELINO FILHO (DEM - MA) - Senador Esperidião Amin, por favor. V.Exa. me permite?

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Com a palavra o Relator.

Mas eu gostaria de utilizar os 15 minutos aqui, para que nós pudéssemos conversar e nos entender, porque aquilo que é apalavrado não pode ser "desapalavrado".

Com a palavra o Relator.

A SRA. CARMEN ZANOTTO (CIDADANIA - SC) - Senadora, me permita. Eu não vou intervir nas ponderações do Senador Esperidião Amin, na condição de moderadora que sempre fui, que é o meu perfil. Eu fiz o apelo da devolução dos 4 milhões de reais, mas, para o Senador Esperidião Amin, isso não basta. E a palavra é dele, na condição de Senador defensor e de quem trouxe esta pauta aqui para o Plenário.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Eu dou a palavra... Eu pediria para dar o palavra imediatamente ao Relator.

O SR. JUSCELINO FILHO (DEM - MA) - Senador Esperidião Amin, Deputada Carmen Zanotto, só quero colocar o seguinte: primeiro, fui designado para relatar esse projeto no Plenário do Congresso — e assim o fiz.

De fato, houve esse corte lá dos 4 milhões que o Senador traz hoje aqui à Comissão.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) - Foi transferido para onde? Esses recursos foram para onde?

O SR. JUSCELINO FILHO (DEM - MA) - Foi remanejado uma parte para a CODEVASF e uma parte acho que para a Agricultura, se não me engano. Foi para CODEVASF e agricultura, se não me engano.

E isso foi resultado de entendimento com a Liderança do Governo, com o Senador Eduardo Gomes. Inclusive eu vou levar a ele a situação. O relatório foi publicado, antes da votação. Ficou disponível no sistema. Então, eu não sei o motivo por que V.Exas. não tiveram acesso. Ele foi publicado e ficou disponível no sistema, durante todo o dia. O Deputado Hildo Rocha sabe disso. Ficamos à disposição de todo mundo até a hora da sessão para conversarmos.

Entendo a preocupação sobre a situação que V.Exa., Deputada Carmen Zanotto, tem colocado sobre essa questão da rodovia. Eu me coloco à disposição para procurar o Líder do Governo, o Senador Eduardo, e ver, por meio do PLN 20, uma maneira de recompor esse valor e talvez até sensibilizá-lo a buscar uma alternativa até melhor nessa questão das rodovias de Santa Catarina.

As rodovias de todo o Brasil têm realmente uma necessidade gigante de recurso. No nosso Estado mesmo, a malha rodoviária do Maranhão é a pior do Brasil e está precisando de recursos — o Deputado Hildo Rocha sabe muito bem disso.

Enfim, essa foi a situação que houve no dia de ontem. Eu queria deixar aqui colocado para V.Exa. e nos colocar à disposição para juntos buscarmos essa solução, fazendo toda essa recomposição não só desse corte, mas também para garantirmos esses recursos para as rodovias de Santa Catarina e do resto do Brasil que estão com obras em andamento.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) - Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Um minuto, por favor. Eu gostaria de suspender a reunião por 15 minutos, porque eu gostaria de ter essa conversa com o Relator junto com V.Exa.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) - Mas o que eu queria deixar publicamente assinalado é o seguinte: eu fico realmente constrangido com a informação de que o Líder do Governo, nosso amigo Eduardo Gomes, concordou com isso.

Eu não tive acesso a esse relatório. Fui agora pegar a cópia e até recebi a informação de que o Anexo Analítico não está disponível a nós outros. Para nós, sim, consegui, mas eu não tive acesso a esse anexo, nem depois da votação.

Então, nós temos que tomar um cuidado para que a Comissão, para que nós, os mortais, conheçamos o que estamos votando. Ficou 25 dias parado. E fiquei assustado quando soube disso. Senadora Rose de Freitas, quem reteve esse projeto? Antes de ser entregue ao Relator, ficou com quem?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) - Não, antes do Relator. O Relator recebeu no dia 22 de setembro.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - É da última alteração? *(Pausa.)*

Pode responder.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) - Pelo histórico, é dia 22 de setembro. Confira aí. Eu entreguei os meus documentos.

Pelo histórico, foi entregue ao Relator no dia 22 de setembro. Antes disso, ficou com quem?

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Na verdade, eu quero dizer aqui, inclusive, com a presença da assessoria: antes que o Walbinson se ausentasse, já havia o pleito de que todas as alterações estariam com o próprio Relator da LDO. Ele recebeu...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) - Ah, com o Relator da...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Ele recebeu o comunicado de que seria ele. Assinei esse papel aqui. Procurei por ele nesta Comissão, não o encontrei. Chamei a atenção, dizendo onde estava a assinatura designando para que ele pudesse fazer o relatório.

Como aconteceram algumas outras vezes, eu tive que colocar o pé na porta e dizer que gostaria que isso não acontecesse novamente.

Agora precisamos desses 15 minutos, por favor.

Eu estou aqui ouvindo a declaração de que o Líder do Governo autorizou essa inserção. Ele não está aqui para responder. Eu preciso falar com ele e colocar V.Exa. junto com o Relator...

Parece-me que um grave erro foi cometido. Nós temos que nos debruçar sobre erros cometidos, senão estaremos novamente reincidindo nos mesmos comportamentos, que são desagradáveis.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) - Mas, Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Pois não.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) - Se o Relator afirma que fez isso como um acordo com o Líder do Governo, não há o que se conversar com ele. Tem-se que conversar com o Líder do Governo.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Faremos isso agora. Faremos isso agora.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) - Mas ele não está aí.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Mesmo que ele não esteja, a experiência virtual...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) - Quando estiver, em 5 minutos, eu estarei aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Vou suspender a sessão por 15 minutos.

Obrigada.

(A reunião é suspensa.)

(A reunião é suspensa.)

A SRA. SORAYA THRONICKE (PSL - MS) - Senador Izalci, V.Exa., como Presidente eventual e Vice-Presidente, se puder reabrir a reunião, porque as nossas agendas estão tão apertadas. Eu tenho uma questão de ordem para levantar e não consigo levantá-la porque não conseguimos nos reunir, mas estou esperando.

A Senadora Rose de Freitas suspendeu a reunião e pediu para V.Exa. dar continuidade aos trabalhos. Peço a V.Exa. reabra a reunião, para que eu possa levantar minha questão de ordem e resolver os impasses que também estão aqui.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Declaro reaberta a reunião.

Vamos para apreciação do relatório apresentado ao projeto de lei.

Item 2. PLN 11/21, do Congresso Nacional, que abre o orçamento fiscal da União em favor da Justiça Federal, Eleitoral e do Trabalho e do Ministério Público da União crédito suplementar no valor de R\$18.004.050,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O Relator é o Deputado José Guimarães.

Não foram apresentadas emendas, mas eu pediria ao Deputado Hildo para relatar. Antes, porém, concedo a palavra à Senadora Soraya.

A SRA. SORAYA THRONICKE (PSL - MS) - Peço permissão ao Deputado Hildo.

É só para eu levantar e reavivar essa questão de ordem que eu tento fazer já faz bom tempo. Acredito que as coisas precisam andar, porque a cada problema novo que acontece paramos a reunião e nada mais anda. Nós temos problemas aqui diariamente.

Eu recebi, hoje de manhã, acho que foi do Walbinson, uma resposta à minha questão de ordem levantada em relação às relatorias setoriais. Ela está apócrifa, não foi formalizada ainda. O que eu iria pedir era para que a Presidente Rose de Freitas lesse, para que eu possa, enfim, recorrer ou fazer o que me é de direito em relação a essa questão.

Sr. Presidente, caso V.Exa. possa, eu gostaria que V.Exa. lesse a resposta, para eu dar prosseguimento a essa situação o quanto antes, por favor.

Acredito que seja algo bastante rápido de se fazer e que eu não vou incomodar o andamento da reunião.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Resposta à questão de ordem elaborada pela Senadora Soraya Thronicke, em 31 de agosto de 2021:

"As indicações das 16 relatorias setoriais são publicadas na página da CMO tão logo sejam designadas por esta Presidência. Os ofícios enviados pelas Lideranças partidárias indicando os membros da CMO para os cargos de Relatores Setoriais serão publicados na página da Comissão, no menu "tramitação" do PLN 28/22, Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2022.

O inciso VI do art. 16 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, determina que as Lideranças partidárias indicarão os Relatores Setoriais do Projeto de Lei Orçamentária Anual, seguindo os critérios de proporcionalidade partidária e da proporcionalidade dos membros de cada Casa na CMO.

A resolução estabelece a competência do Presidente para designar os Relatores. Porém, no caso dos Relatores Setoriais, a designação ocorre a partir das indicações realizadas pelas Lideranças partidárias. E esta Presidência tem procurado atender as indicações realizadas pelos Líderes partidários.

No dia 7 de julho do corrente ano, durante a reunião de instalação da Mesa Diretora desta Comissão Mista, mais precisamente na fase de eleição para o cargo de 2º Vice-Presidente, o Senador Izalci Lucas, Líder do PSDB do Distrito Federal, e o Senador Wellington Fagundes, Líder do Bloco Parlamentar Vanguarda, declararam publicamente acordo no sentido de que o Senador Wellington Fagundes retiraria a sua candidatura à 2ª Vice-Presidência e que o Senador Izalci cederia a escolha da relatoria setorial do PLOA 2022, para que coubesse ao Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, ou seja, à quarta escolha geral.

Consoante se verifica na fala do Senador Wellington Fagundes, registrada nas notas taquigráficas — abre aspas — 'conforme o nosso acordo, o Senador Izalci Lucas, Líder do Bloco, teria direito à quarta escolha. Ele está cedendo para o Bloco Vanguarda a quarta escolha do Senado'.

Considerando que durante a reunião de eleição parlamentar algum Parlamentar se manifestou contrariamente ao acordo em tela; considerando que esta Comissão preza pelo cumprimento dos acordos firmados; considerando que na reunião do colegiado e de representantes das entidades partidárias com assento na CMO convocada para tratar da escolha das relatorias setoriais, os Senadores Izalci Lucas e Wellington Fagundes reiteraram o acordo acima citado, esta Presidência não vê alternativa senão a de garantir a quarta escolha geral das relatorias setoriais do PLOA 2022 ao Bloco Parlamentar Vanguarda."

Esta é a resposta à questão de ordem que V.Exa. pediu que eu lesse.

A SRA. SORAYA THRONICKE (PSL - MS) - *Data maxima venia*, Sr. Presidente, de acordo com o Regimento Interno, eu vou ter que recorrer ao Plenário para esta questão, justamente porque fui indicada pelo Bloco PODEMOS/PSDB/PSL como Relatora da Educação, na quarta vaga.

A colocação ou a ordem dessa vaga, senhores colegas, é pelo tamanho dos blocos, não pelo tamanho dos partidos. E eu fui a indicada.

Nesse sentido, não é um partido que decide algo de um acordo unilateral. E, dentro do Bloco, o Líder, Senador Lasier, mantém o meu nome como indicação à Relatora.

Dentro dos ditames regimentais, eu já passo a leitura da minha contestação, porque, com todo o respeito, Senador, nós não participamos do acordo. O Líder do Bloco mantém a decisão da minha indicação. E até hoje ela não foi publicada. Quando eu não tenho nada publicado ou lido, eu não tenho, em tese, legitimidade ou interesse de agir.

Mas o que eu vou dizer para os senhores? Eu vou até ao Supremo Tribunal Federal com essa questão. Essas coisas têm que ser muito bem colocadas. Quando é acordado, é acordado. Quando não é acordado e tentam nos levar com o tempo...

Infelizmente a Senadora Rose não está aqui. Ela está resolvendo outro problema. Eu gostaria de tratar com ela. Mas a minha agenda também não permite que eu espere *ad eternum*.

De acordo com a decisão de V.Exas., com o que nós estamos assistindo aqui hoje, com essa manifestação inclusive do Senador Esperidião Amin, nós queremos cada vez mais, como a própria Senadora Adriana falou hoje na reunião de Líderes, imprimir transparência. A Senadora Adriana foi muito clara hoje na reunião de Líderes: temos que imprimir transparência ao que se faz na nossa Comissão de Orçamento.

Eu lembro aos senhores que, há cerca de 2 décadas, este Congresso Nacional sangrou com a CPI do Orçamento. E as normas de transparência e alternância são os frutos bons desse processo, que começou quando se percebeu que o Presidente da Comissão era o mesmo há 30 anos e que as decisões sobre o Orçamento brasileiro estavam nas mãos das mesmas pessoas, dos mesmos partidos há décadas.

Dessa forma, foram criadas regras para que haja sempre a alternância de membros e de partidos no comando da Peça Orçamentária.

Diante disso, eu quero saber qual vai ser o procedimento aqui dentro da Comissão Mista de Orçamento para resolvermos esses impasses, que não atam e nem desatam.

A Indicação para as relatorias é do Bloco e não de um partido.

Entendo também que isso seja algo que deve ser decidido *interna corporis*. E dessa forma, *interna corporis*, foi decidido no Bloco PODEMOS/PSDB/PSL, com voto vencido, acredito, do nosso nobre Senador Izalci em relação à questão.

Dentro da democracia é assim: um dia ganhamos, outro dia perdemos. Mas se eu tiver que perder esta relatoria, eu vou perder com dignidade e dentro dos ditames absolutamente legais.

Eu gostaria de saber se eu já posso passar a minha contestação, para darmos prosseguimento a este impasse.

O Podemos e o PSL estão também em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) - Vou acatar, como foi dito, a questão de ordem de V.Exa., que será encaminhada à CCJ, de acordo com o art. 132, parágrafo primeiro.

Agora, eu gostaria de aproveitar, Senadora, só para também registrar nos anais que, com relação a essa questão de ordem, no dia da eleição, eu estive aqui e não havia ainda a presença de nenhum membro do bloco. Eu estava aqui quando se iniciou o processo de votação da Mesa Diretora. O Senador Wellington Fagundes apresentou a candidatura dele para ser Vice-Presidente. Eu não participei de nenhuma reunião do bloco para definição do membro do bloco.

O bloco é composto pelo Podemos, se não me engano, com 9 Senadores, por 7 Senadores do PSDB e por 1 Senador do PSL, que é a Senadora Soraya Thronicke. São 17, não é isso? Eu não participei. Não fui convidado para essa decisão. O encaminhamento foi feito, inclusive estava aqui sem assinatura, não tinha a assinatura do Líder do bloco.

Quando o Senador Wellington apresentou a candidatura, eu disse que não, que eu também quero participar da Mesa, vamos disputar. O Senador Alvaro Dias me ligou e disse que o Podemos gostaria de ter a relatoria da Receita. Então, foi feito um acordo.

V.Exa. não estava aqui. Eu sinceramente não sabia disso. Ninguém me confirmou. Eu disse: Senador Wellington, se V.Exa. abrir mão da Vice-Presidência, eu vou concorrer, e a relatoria da Receita fica garantida ao Podemos, e a Senadora Soraya, do PSL, ficaria então com a vaga que seria do Vanguarda.

Foi feito este acordo. Eu inclusive já disse a V.Exa., disse para quem quiser, que essa questão de serviço é porque foi eleição. Mas, eu não teria nenhum problema. Se quiserem desfazer a relatoria da Receita, tirar do Podemos a relatoria da Receita, tirar a Vice-Presidência, não tem nenhum problema. Agora, no momento da eleição, não tinha aqui nenhum presente. Como sempre, nas eleições, quando tem presença, quem está aqui fala, e eu me prontifiquei a participar.

Então, só para deixar registrado, nessa questão de ordem, a Senadora já fez o questionamento e eu o encaminhei para CCJ, conforme o art. 132, § 1º.

A SRA. SORAYA THRONICKE (PSL - MS) - CCJ do Senado Federal, é isso? O.k.

Então, vamos resolver isso dentro dos ditames do Regimento Interno, dentro dos ditames legais, dentro das normas de escalonamento pelo tamanho dos blocos, enfim, dentro das regras.

Não vai dar. A Senadora Rose acabou de dizer que o que foi apalavrado não se pode ser desapalavrado, mas as palavras estão muito confusas e ninguém lembra da palavra de ninguém. Ninguém lembra do dia, da hora. Ninguém ouviu o que foi acordado. Então, considerando isso, é melhor que possamos decidir, com direito de resposta, tudo dentro do Regimento Interno, tudo dentro da documentação, sem documentos apócrifos, tudo assinado, tudo formalizado, tudo documentado.

Agradeço a todos.

Deputada Adriana, concordo com V.Exa., temos que ter transparência aqui acima de tudo. Isso vem sendo aqui... foi hoje de manhã, foi agora com algo que aconteceu dentro do PLN em relação a um recurso de Santa Catarina. Enfim, foi mais uma situação que nós precisamos colocar em ordem.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Eu gostaria de não passar batido e deixar claro aqui que, onde houver uma falta de transparência da condução desse trabalho, eu quero que seja registrada e assinada embaixo.

Vamos continuar a pauta. Houve inversão de pauta e vamos passar para o item 2.

Item 2. Apreciação do relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 11, de 2021-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor das Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho e do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor de R \$ 18.004.050,00 (dezoito milhões, quatro mil e cinquenta reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. Relator: Deputado José Guimarães

Tem a palavra o Deputado José Guimarães, para que possa apresentar seu relatório.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT - CE) - Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Parlamentares, remotamente, o nosso parecer ao Projeto de Lei nº 11, de 2021, foi divulgado há mais de 10 dias. Portanto, todos os Srs. e Sras. Parlamentares dele tomaram conhecimento até por conta do princípio da transparência, coisa que, segundo o Senador Esperidião Amin, não foi verificada na votação de PLNs ontem, na sessão do Congresso Nacional. De qualquer sorte, todos receberam o relatório, já amplamente divulgado na Comissão.

O PLN 11 abre crédito suplementar no valor de R\$ 18.004.050,00 para a Justiça Federal e Justiça Eleitoral, inclusive do meu Estado do Ceará, e para o Ministério Público da União. São recursos suplementares que estão previstos na Lei Orçamentária Anual e estão de acordo com a legislação fiscal vigente no nosso País.

Estou relatando, em nome da Comissão, este PLN. Sou um Deputado de oposição, mas, com relação ao PLN, meu voto é favorável, tendo, portanto, transparência e definindo os recursos como sendo uma suplementação necessária a esses órgãos da administração pública federal.

Portanto, meu parecer é pela aprovação, estando o PLN 11 de acordo com a legislação fiscal existente e vigente em nosso País.

Era só isso, Sra. Presidenta. Este é o meu voto.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - O relatório do Deputado José Guimarães está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

O relatório está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Gostaria de pedir a colaboração de todos. O item 3 é a apreciação do relatório apresentado ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 18, de 2021. Mas, antes de apreciarmos o PLN, trataremos de uma questão importante para darmos andamento aos trabalhos.

Eu queria agradecer muito aos Relatores que estão entregando os relatórios — ouviu, Deputado José Guimarães? —, porque há muita importância no andamento do trabalho da Comissão.

Queria propor a quebra de interstício.

Está em votação a quebra de interstício na Câmara dos Deputados.

Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Em votação na representação do Senado.

Os Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Passamos ao PLN 18/21.

Item 3. Projeto de Lei do Congresso Nacional 18, de 2021, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovações e da Justiça e Segurança Pública, crédito especial no valor de R\$ 16.764.966 (dezesesseis milhões, setecentos e sessenta e quatro mil, novecentos e sessenta e seis reais), para os fins que especifica. Relatora: Deputada Dra. Soraya Manato

Passo a palavra à Relatora, Deputada Dra. Soraya Manato.

A SRA. DRA. SORAYA MANATO (PSL - ES) - Sra. Presidente, peço autorização para ir direto ao voto.

"III- Voto da Relatora

Do exame da proposição, entendemos que a iniciativa do Poder Executivo não contraria de dispositivos constitucionais e demais normas legais pertinentes à matéria. Entendemos também que ficou demonstrada pelas informações prestadas a necessidade das alterações propostas, manifestando-nos, portanto, favoravelmente quanto ao seu mérito.

Assim sendo, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 18, de 2020-CN."

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Agradeço à Senadora, ou melhor, Deputada Soraya Manato. Estou profetizando, Deputada. *(Risos.)*

Citei aqueles que entregam os relatórios. Não se trata de abstrair a discussão pertinente a qualquer matéria apresentada, no entanto, há um prazo para isso e para tudo o mais. E a Relatora chamou-nos atenção exatamente pela sua precisão e presteza em colaborar com os trabalhos da Comissão.

Está em discussão o relatório da Deputada Dra. Soraya Manato. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão.

Em votação o relatório na Câmara dos Deputados.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado.

Os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Agradeço sobretudo à Deputada pelo trabalho.

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA) - Sra. Presidente, eu queria cumprimentar V.Exa., queria também cumprimentar o Senador Izalci, que também faz parte da Mesa, e queria cumprimentar todas os colegas, Deputadas e Senadoras, Deputados e Senadores.

Quero fazer um questionamento. V.Exa. está cobrando dos Relatores o trabalho de cada um, o que está correto, pois essa é função do Presidente. Mas eu entreguei o relatório do PLN 9/21 em tempo hábil, e, até agora, ele não foi pautado. Eu quero saber de V.Exa. que dia ele será pautado.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Posso pautá-lo para amanhã sem sombra de dúvida.

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA) - Perfeito. Estou preparado.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Tanto sobre o relatório da Deputada Soraya Manato quanto sobre o relatório do Deputado José Guimarães, não houve até agora, que tenha chegado a esta Presidência, nenhum questionamento. Mas, dado o desencontro de ideias e propostas em relação ao seu relatório, achei que V.Exa. precisasse de mais tempo para discutir com seus colegas.

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA) - Não. Estou convencido de que estou certo no meu relatório.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Pois não.

Então, ele estará na pauta, se não couber amanhã, na próxima terça-feira sem sombra de dúvida.

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA) - Está bom.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Os itens 4 e 5 são dois requerimentos do Deputado Hugo Leal.

Item 4. Requerimento nº 23, de 2021, que requer encaminhamento de solicitação ao Excelentíssimo Sr. Ministro-Relator Aroldo Cedraz de Oliveira, do Tribunal de Contas da União (TCU), para concessão de acesso aos autos do TC 014.379/2021-0.

O SR. HUGO LEAL (PSD - RJ) - Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Peço só um minutinho.

O SR. HUGO LEAL (PSD - RJ) - Pois não.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - V.Exa. gostaria de encaminhar os dois?

O SR. HUGO LEAL (PSD - RJ) - Exatamente. Os dois têm mais ou menos o mesmo teor.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Antes eu queria... *(Pausa.)*

Já votamos. A quebra de interstício é fundamental para que possamos votar os requerimentos.

Em votação o requerimento na Câmara dos Deputados.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 5. Requerimento nº 24, de 2021, do Deputado Hugo Leal, Relator-Geral da CMO, que requer encaminhamento de solicitação ao Excelentíssimo Sr. Ministro-Relator Walton Alencar Rodrigues, do Tribunal de Contas da União (TCU), para concessão de acesso aos autos do TC 000.797/2021-9.

Tem a palavra o autor dos requerimentos, o Sr. Deputado Hugo Leal.

O SR. HUGO LEAL (PSD - RJ) - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, trata-se de requerimentos de informação para acesso a dois processos oriundos da prestação de contas de 2020 da Presidência da República.

Tramitou ou tramita, no egrégio Tribunal de Contas da União, um processo que trata da avaliação das contas do Governo de 2020, que tem por finalidade avaliar os instrumentos de planejamento e Orçamento do Governo Federal e avaliar as ações setoriais do Governo.

Desse parecer prévio, Excelência, dentre vários apontamentos que foram feitos, houve um debate nessa prestação de contas sobre a questão da conhecida RP 9. E o entendimento do Tribunal foi o de abrir dois procedimentos dentro do desdobramento dessa prestação de contas de 2020: um deles é esse que está na relatoria do Ministro Aroldo Cedraz e o outro está na relatoria do Ministro Walton.

O procedimento sob a relatoria do Ministro Walton é um desdobramento ainda da questão da prestação de contas de 2020 no que se refere à RP 9, à interpretação que se deu no parecer prévio. O outro é uma avaliação ou investigação, o que seja, que está sob a relatoria do Ministro Aroldo Cedraz.

Por óbvio, nós conhecemos o trabalho realizado pelo Tribunal de Contas da União. Mas é fundamental para esta Comissão Mista de Orçamento e para mim especialmente, enquanto indicado Relator-Geral do Orçamento, que nós tenhamos conhecimento ou acesso a essas informações. Precisamos disso para que possamos fazer, em caráter prévio, os ajustes que forem necessários, os debates que forem necessários aqui.

Portanto, Presidente, peço a aprovação desses requerimentos de informação e o contato também de V.Exa. com a Presidência e com os Ministros, para que possamos estabelecer esse nexos de avaliação, essa relação sempre muito positiva com o Tribunal, e evitar futuros dissabores aqui na avaliação do Orçamento de 2022.

Então, peço a aprovação e o encaminhamento desses requerimentos.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Vamos discutir os requerimentos.

Em discussão na Câmara dos Deputados.

Tem a palavra a Deputada Adriana Ventura.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Na verdade, Sra. Presidente, eu gostaria de parabenizar o nosso Relator-Geral, o Deputado Hugo Leal, por esses requerimentos, porque essa discussão das emendas de relatoria é de extrema relevância. Tentar buscar esclarecimentos e transparência, até para que possa conduzir bem os seus trabalhos nessa relatoria-geral, é fundamental.

Por isso, eu voto favoravelmente e parabenizo o Relator.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Os requerimentos continuam em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Em votação, na Câmara dos Deputados, os dois requerimentos, os Requerimentos n°s 24 e 25, de 2021. *(Pausa.)*

Aprovados na Câmara dos Deputados.

Em votação no Senado Federal.

Os Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados os Requerimentos n° 24 e 25, de 2021. Tomaremos as devidas providências.

A Deputada Adriana agradece a V.Exa., Deputado Hugo.

Voltando à Ordem do Dia, quero dizer que houve inversão da pauta.

Item 1. Proposta de Instrução Normativa n° 2, de 2021, que regula os procedimentos para apresentação de emendas de bancada estadual e atualiza a denominação e composição da Área Temática X - Economia. A autora sou eu mesma. Foi apresentada apenas uma emenda.

Designo o Deputado Hugo Leal para ser Relator da instrução normativa.

O SR. HUGO LEAL (PSD - RJ) - V.Exa. quer que eu dê o parecer neste momento?

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - V.Exa. estava muito silente. É uma honra que V.Exa. relate essa instrução normativa.

O SR. HUGO LEAL (PSD - RJ) - Excelência, trata-se de instrução normativa que regulamenta procedimentos para a apresentação de emendas de bancada estadual e atualiza a denominação de composição da Área Técnica Temática de Economia.

Diz a instrução normativa:

Art. 1º O montante destinado às emendas de bancada estadual de execução obrigatória, apresentadas ao projeto de lei orçamentária para o exercício de 2022, será dividido de forma igualitária entre as bancadas.

Parágrafo único. As emendas de cada bancada estadual apresentadas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual serão classificadas com indicador de resultado primário 7 (RP 7), salvo quanto aos valores excedentes ao montante de execução obrigatória, que serão classificados com RP 2.

Art. 2º A denominação da área temática 'X – Economia', constante do Anexo da Instrução Normativa nº 1, de 2019, fica atualizada para 'X - Economia, Trabalho e Previdência'.

Art.3º As programações orçamentárias do Ministério do Trabalho e Previdência e do Banco Central do Brasil devem integrar a Área temática X - Economia, Trabalho e Previdência.

Art. 4º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Nós temos uma emenda da Deputada Adriana Ventura. Imagino que S.Exa. queira fazer a defesa da emenda também, Sra. Presidente, porque a informação que eu havia obtido aqui, tendo em vista a nomeação *ad hoc*, é que a emenda seria rejeitada. Mas eu gostaria, se possível, que ela fizesse a defesa da sua proposta, para que nós a avaliássemos em seguida e aprovássemos a instrução normativa.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Eu queria fazer um esclarecimento.

Está nas minhas mãos a Ordem do Dia e nela consta que eu sou autora dessa proposta. Quero dizer que não sou autora dessa proposta, que deveria ser do Colégio de Líderes, mas que fui nominada. Aceito por enquanto, mas, da próxima vez, gostaria que isso fosse devidamente esclarecido.

Com a palavra a Deputada Adriana Ventura, para defender a emenda apresentada.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Obrigada, Sra. Presidente.

Eu quero, previamente, antes de defender a minha emenda propriamente dita, falar sobre essa proposta de instrução normativa, porque, em tese, é o parecer preliminar que vai determinar como esse recurso tem que ser distribuído.

Sobre a questão de critérios de divisão de emendas de bancada, eu sou nova aqui nesta Comissão e sei que V.Exas. estão aqui há bastante tempo e conhecem o Orçamento muito mais do que eu. Mas todos sabem que essa matéria não é passível de ser disciplinada via instrução normativa, que isso precisa ser feito via parecer preliminar ou via alteração de resolução.

Hoje, na nossa reunião de Líderes, quando conversamos, tratamos da questão de divisão de emendas de bancada. Foi discutido inclusive pelo Deputado Arnaldo e por outros Deputados que precisaríamos colocar em discussão a divisão de emendas de bancada, tanto pelo desvirtuamento de sua natureza como também pelos critérios de distribuição.

Na verdade, eu nem estou fazendo ainda a defesa da minha emenda, estou, primeiro, falando da questão procedimental. E, como o grupo de trabalho foi criado, eu queria apelar para V.Exa. no sentido de que nós pudéssemos pelo menos discutir isso.

Até falaram de um projeto de resolução — se eu não me engano era o de nº 2 ou nº 3, de 2019, não me lembro direito do número que foi falado — para que nós regulamentássemos isso de uma maneira clara, já com critérios de distribuição, porque isso não é feito via instrução normativa. Esse é o primeiro ponto.

Daqui a pouco eu defendo a minha emenda. aguardo V.Exa. se pronunciar sobre isso.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - V.Exa. não deixa de ter razão, Deputada. Só que esta Casa, por caminhos diversos e tortuosos, acaba fazendo do vício do cachimbo a boca torta. Isso tem sido usado *ad eternum*, ou seja, a instrução normativa é feita dessa maneira.

V.Exa. fez uma proposta, e eu gostaria até de designá-la para ser autora de um projeto de resolução para que nós possamos corrigir o erro que está sendo tratado aqui. Infelizmente, não há tempo para fazê-lo agora, mas para as próximas providências. Agora eu não posso simplesmente anular o que foi feito, porque nós dependemos dessa votação da instrução normativa para prosseguir com os trabalhos.

Se remontássemos há 5 anos ou mais do que isso, veríamos que o expediente adotado foi esse. Concordo quando V.Exa. fala que isso não é devido, mas está em andamento e precisa ser culminado, senão os trabalhos terão que parar e não haverá emenda de quem quer que seja nesta Casa.

V.Exa. poderia ser autora de um projeto de resolução e tomar essa iniciativa. Quando nós detectamos um erro e todos concordam com ele, alguém tem que se colocar à disposição para fazer isso.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Estou à disposição.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Então, V.Exa. está com esse trabalho. Reúna os companheiros para que nós possamos corrigir esse erro.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Dificil vai ser coletar assinatura para o projeto de resolução. Eu tenho dois projetos e peno para conseguir uma assinatura. Mas, se V.Exa. me ajudar, eu ficarei muito feliz.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Ajudarei V.Exa.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Se V.Exa. me ajudasse a coletar as assinaturas, eu agradeceria muito.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Ajudo. E tenho certeza de que o projeto de resolução será bem-vindo.

V.Exa. tem a palavra para defender a sua emenda.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Na verdade, essa emenda tem por objetivo corrigir, na minha visão, uma distorção muito grave, muito grande, que existe no critério de divisão de emendas de bancada.

Originalmente, essa divisão vinha sendo feita de forma igual entre todas as bancadas, com um tratamento que vinha sendo dado inclusive às programações impositivas. Mas a minha sugestão é até para que isso seja mais justo, uma vez que não se respeita nenhum critério, nem o de desigualdade social.

Todos falam: "*Ah, tem Estado que tem menos Deputado ou mais Deputado para dar emenda*". Há outros que falam assim: "*Tem Estado que é muito pobre*". A questão aqui é que está se ferindo a autonomia, está se ferindo a Constituição Federal, uma vez que um cidadão não vale mais que outro. Então, não é certo que um cidadão brasileiro receba, *per capita*, 20 vezes menos do que outro cidadão de outro Estado.

Eu sou do Estado de São Paulo. Lá nós temos 46 milhões de habitantes e, em que pese sermos o Estado que tem mais recursos, também somos o Estado que tem mais pobreza. Há muitas e muitas comunidades de 200 mil, 300 mil, 400 mil pessoas que vivem na miséria, em áreas invadidas.

Eu vejo também — e gostaria de sugerir aqui aos meus colegas — que poderíamos ajustar esse critério de divisão de emendas de maneira que respeitássemos as duas Casas Legislativas. Então, no caso do Senado, onde temos três Senadores por Estado, 50% das emendas de bancada seriam divididas igualmente entre os Estados, para respeitar a Casa Legislativa e a representação dos Estados. E, no caso da Câmara dos Deputados, nós dividiríamos pelo critério populacional dos Estados, porque não é certo um Estado com 46 milhões de habitantes receber o mesmo valor que um Estado com 600 mil habitantes, 700 mil habitantes. Isso é um contrassenso.

Se levarmos em conta ainda que alguns Estados não usam as emendas de bancada da maneira adequada, com obra estruturante, com projeto de grande vulto, e que se faz uma divisão em que as emendas de bancada são utilizadas como emenda individual, eu acho que isso deveria ser trazido à discussão.

Os Estados que estão sendo prejudicados de maneira drástica com essa divisão são São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia, Rio Grande do Sul, Paraná, Pernambuco, Ceará e Pará. Todos esses Estados têm perda.

Então, eu peço atenção dos colegas para que discutamos esse assunto. Inclusive, eu pedi uma audiência pública para nós o discutirmos de maneira profunda, uma vez que dividir igualmente porque alguém quer e alguns se beneficiam não é justo com a população brasileira e é inconstitucional.

Obrigada, Sra. Presidente.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PTB - PB) - Sra. Presidente, como estão as inscrições sobre esse assunto?

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Deputado, eu gostaria apenas, como estamos em processo de votação, de terminar a votação. Depois concedo a palavra a V.Exa.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PTB - PB) - Esse assunto não está em discussão?

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Nós estamos votando a instrução normativa, sobre a qual a Deputada apresentou uma emenda.

Deputado Alexandre Leite, V.Exa. quer falar sobre a instrução normativa? (*Pausa.*)

Nós estamos em discussão. Embora V.Exa. não faça parte da Comissão, a sua palavra é assegurada a qualquer tempo. Aliás, o primeiro a falar é o Deputado Wilson, o segundo é V.Exa. e o terceiro é o Deputado Hildo.

Tem a palavra o Deputado Wilson Santiago.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PTB - PB) - Sra. Presidente, de fato, a Deputada Adriana tem tido um cuidado grande com o Estado de São Paulo, e nós até a parabenizamos por estar exercendo com dignidade o seu mandato de representante do maior Estado do País.

Mas não pode V.Exa., Deputada Adriana, deixar de reconhecer que todos nós aqui deste Congresso Nacional temos, ao longo desses anos, debatido esse assunto e que esta foi a fórmula justa encontrada: dividir somente as emendas de bancada com esse valor equitativo. Isso não é muita coisa, isso, para São Paulo, é um pingo d'água no oceano. V.Exa.sabe disso.

Devemos levar em consideração que existem também muitos recursos que são liberados para o Estado de São Paulo pelo critério populacional: a questão da saúde pública é pelo critério populacional; os índices de educação são pelo critério populacional; todos os investimentos em grandes programas para o Estado são pelo critério populacional. Além do mais, as emendas individuais são para 70 Deputados de São Paulo, enquanto que um Estado que só tem 8 Deputados recebe 8, vamos dizer assim. São Paulo tem 62 vezes mais 16 milhões de reais por ter 70 Deputados e mais 3 Senadores.

Então, é por essas razões e tantas outras que o próprio Congresso, ao longo desses anos, chegou à conclusão de que São Paulo, apesar de ter outros milhões de reais de recursos de arrecadação própria, de investimentos do Governo Federal e tantas outras fontes de arrecadação que não têm os outros Estados da Federação, teria essa compensação ou, digo até, essa desvantagem em relação a algum dos Estados da Federação. E são poucos os que recebem esses recursos a mais da emendas de bancada, que, pelo volume, estão muito aquém da realidade que São Paulo na verdade tem.

Nós até parabenizamos São Paulo porque, embora sejamos mais pobres, não podemos criticar quem é mais rico — não é, Presidente?

Portanto, Deputada Adriana, nós até parabenizamos São Paulo e parabenizamos V.Exa. pelo zelo na defesa dos interesses do seu Estado. Mas deixe esses "estadozinhos" mais pobres espalhados Brasil afora levarem pelo menos a única coisa de vantagem, que são essas emendas de bancada com valores equitativos.

Era só isso, Sra. Presidente. Agradeço a atenção de V.Exa. e dos demais colegas.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Com a palavra o Deputado Alexandre Leite.

O SR. ALEXANDRE LEITE (DEM - SP) - Presidente Rose, Sras. e Srs. Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas, eu gostaria de pedir que esse debate fosse protelado, haja vista que nós ainda precisamos de um amadurecimento sobre ele.

Faço questão de esclarecer alguns pontos. A Deputada Adriana muito bem defendeu o nosso Estado, mas eu, que me encontro na condição de coordenador da bancada paulista, tenho um projeto para uma instrução normativa que resolveria essa questão.

Trata-se aqui de trazer igualdade na divisão de emendas de bancadas estaduais para todos os Estados. O problema é que o Estado de São Paulo parte de desigualdade, principalmente no que tange a atenção hospitalar.

Aqui eu peço a atenção das Sras. e dos Srs. Parlamentares, pois vou citar o exemplo de duas instituições, se der tempo, que atendem o Brasil todo, Senador Izalci. Eu vou apresentar os números e as contas que os outros Estados deixam para São Paulo pagar. O SUS não paga tudo, a conta fica para os paulistas. Então, nós não saímos em pé de igualdade. As bancadas mandam emendas de bancada para as instituições hospitalares pequenas, médias ou de grande porte dos seus Estados.

Nós não temos essa liberdade, porque nós não saímos nesse mesmo pé de igualdade. São Paulo é o coração hospitalar do Brasil, que abriga atendimentos de todo o País. O déficit deixado pelos outros Estados, pelos atendimentos inerentes a pessoas advindas de outros Estados, causa um rombo financeiro na nossas instituições de proporções. Vou citar algumas.

Eu vou citar a instituição Hospital do Amor de São Paulo como exemplo, Presidente. Nós temos um déficit operacional anual de todos os Estados, em 2019, de 353 milhões e 486 mil. O Estado de São Paulo é responsável por 173 milhões e 986 mil desse déficit. O déficit que os Estados do Brasil, principalmente Minas Gerais, o que mais demanda São Paulo, deixam para o Hospital do Amor é de 179 milhões e 500 mil, isso no ano de 2019!

A bancada federal paulista tem que mandar dinheiro para esse hospital, que é uma gota no oceano. Eu pergunto: como é que se parte em pé de igualdade? Que igualdade é essa? Nós estamos pagando a conta por outros Estados.

O GRAACC de São Paulo — eu estou citando alguns — recebe pacientes do Brasil inteiro, mas o SUS não paga o equivalente. O GRAACC tem um déficit anual de 97 milhões e 113 mil. Desses 97 milhões, 17 milhões 970 mil são inerentes a atendimentos de outros Estados.

Isso foi no ano de 2020, que foi um ano glorioso para as instituições que receberam a mais em virtude do combate à COVID-19.

Eu cito aqui, por ordem de atendimento, os Estados que mais demandam atendimentos do Estado de São Paulo: Minas Gerais, Paraná, Bahia, Mato Grosso do Sul, Espírito Santo, Goiás, Amazonas, Pará, Rio de Janeiro, Mato Grosso, Distrito Federal, Santa Catarina, Pernambuco, Ceará, Maranhão, Rondônia, Paraíba, Rio Grande do Norte, Alagoas, Sergipe, Amapá, Tocantins, Rio Grande do Sul, Acre, Piauí e Roraima. A conta fica para São Paulo!

Aqui eu tenho o número de pacientes atendidos e o número de atendimento que esses pacientes demandam; um paciente geralmente, num atendimento de alta complexidade, no caso de oncologia, demanda mais de cem atendimentos; transplante de medula; tratamento completo de câncer beira 1 milhão de reais. Isso deixado por outros Estados, Senadora Rose.

São Paulo paga essa conta por todos os Estados. O SUS não manda dinheiro nem para pagar a conta de São Paulo, nem para pagar a conta deixada pelos outros Estados.

O que eu quero dizer com tudo isso, para finalizar? Para partirmos do ponto de igualdade financeira, nós criamos um esboço de uma instrução normativa que faz reserva em todas as bancadas, para que o Relator atenda e faça a compensação de despesas de Estados que recebam pacientes de outras unidades da Federação.

Eu tenho a instrução normativa bem descrita aqui, para conseguirmos atender somente àquelas instituições que atendem a outros Estados em grandes volumes. Mesmo com essa reserva financeira, vai continuar existindo um grande rombo financeiro, mas amenizador, Deputada Adriana. Uma conta de 179 milhões e 500 mil. Isso em uma instituição que eu estou mencionando! Nós vamos tentar, de alguma forma, pelo menos beneficiar as dez maiores que atendem o Brasil.

O parente fica doente lá no Amazonas, vai para um hospital porta aberta como o Hospital do Amor e vai se tratar em São Paulo, no Hospital das Clínicas, no HCor, no GRAACC, no Hospital do Câncer. O Brasil fica doente, mas se trata em São Paulo. A bancada federal paulista paga a conta. Como é que nós saímos em pé de igualdade desse jeito?

Nós também temos as instituições menores para beneficiar, Senador Izalci. Eu tenho as Santas Casas para atender. Do mesmo jeito que os outros Estados têm instituições menores, São Paulo também tem. Mas nós não conseguimos ter o direito de mandar para elas, porque nós temos que salvar financeiramente essas instituições importantes para o Brasil, não é só para São Paulo. Nós temos obrigação moral e financeira de atender a essas instituições grandes, que acabam consumindo praticamente todo o recurso da bancada federal paulista. No passado, foram 189 milhões para essas instituições, Senadora Rose.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Peço a V.Exa. que conclua, por favor.

O SR. ALEXANDRE LEITE (DEM - SP) - Já vou concluir.

Obrigado por toda a paciência e vênica, Senadora. Eu me emociono fazendo essa defesa, porque ela precisa ser feita, porque ela precisa ser discutida. Nós não estamos pedindo a mais.

A instrução normativa que nós fizemos com todo cuidado é para que os senhores e o Relator do Orçamento destinem recursos para as grandes instituições que atendem aos hospitais cujas demandas nos Estados são deixadas para nós. Não vai ser a bancada federal paulista que vai destinar esse recurso. Vai ser o Relator-Geral do Orçamento, com a participação dos membros da CMO. Vocês vão destinar essas emendas suplementares compensatórias.

Aí, sim, fazendo esse ajuste financeiro, talvez nós possamos começar a falar em igualdade financeira ou tratamento igualitário. Mas, enquanto não existir tratamento em pé de igualdade com as instituições de saúde — estou sendo bem específico —, elas correm o risco de quebrar.

O Estado de São Paulo não tem convênio com todas essas instituições. A bancada federal não vai aguentar pagar o rombo financeiro deixado todos os anos. Esses hospitais atendem a todo o Brasil. No momento em que elas quebrarem, aí, sim, vai-se correr atrás de tentar remediar algo que está sendo anunciado diante de tamanho prejuízo financeiro.

Muito obrigado, Deputada Rose.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Eu gostaria apenas de lembrar que às 16 horas, impreterivelmente, começa a sessão no Senado Federal. Mais ainda: não vejo como continuar esta reunião, não apenas pela conveniência de um ou de outro, mas muito mais pelo fato de que temos como oradores o Deputado Hildo, o Deputado Arnaldo Jardim, a Deputada Dra. Soraya Manato, o Senador Izalci e o Deputado Hugo Leal, e temos que respeitá-los.

O SR. HUGO LEAL (PSD - RJ) - Sra. Presidente, posso fazer uma sugestão, já que V.Exa. me nomeou Relator *ad hoc*? Essa matéria tem uma série de apontamentos e polêmicas.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Todos os anos.

O SR. HUGO LEAL (PSD - RJ) - Sim, eu sei que isso ocorre todos os anos. Então, vamos fazer um debate um pouco mais qualificado? Entendo todas as manifestações que foram feitas aqui.

Eu recolheria essa instrução normativa, para podermos fazer esse aprimoramento interno no Colégio de Líderes num outro debate, para que pudéssemos chegar aqui de uma forma mais harmônica. Não se trata de não me bastar fazer aqui uma apreciação como Relator. Essas matérias trazidas são pertinentes, são lógicas, e cada Estado que falar aqui vai ter a sua

lógica de defesa. Como acabei de ser designado Relator, eu desejaria apenas que tivéssemos algum momento para poder apreciá-las de forma mais qualificada.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Nós só não temos o tempo, Sr. Relator, se nós não votarmos. Não temos como abrir o prazo das emendas.

O SR. HUGO LEAL (PSD - RJ) - Não há prazo de emenda, porque já passou o prazo de emenda.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Eu não estou falando sobre a instrução normativa. Eu estou falando das emendas relativas a todos os relatórios que estão nesta Casa. No momento em que o Presidente abrir o prazo, aí é contado o prazo, e não tem jeito.

O SR. HUGO LEAL (PSD - RJ) - Mas, para as emendas de bancada, nós ainda temos prazo, Excelência. Se V.Exa. adiasse, e fosse convocada reunião para amanhã ou quinta-feira, nós traríamos uma instrução normativa.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - A proposta era uma reunião de Líderes amanhã às 10 horas.

O SR. HUGO LEAL (PSD - RJ) - Perfeito. Eu estarei na reunião de Líderes, e nós discutimos esta matéria.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Eu gosto de ouvir V.Exa. falar assim, porque amanhã será uma reunião de Líderes, e os Líderes terão de estar nessa reunião.

O SR. HUGO LEAL (PSD - RJ) - Sim, senhora.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Na quarta-feira à noite, é comum ir para o aeroporto e ver, mais ou menos às 22 horas, muitos indo embora.

O SR. ARNALDO JARDIM (CIDADANIA - SP) - Pela ordem, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Eu só quero lembrar isso.

O SR. ARNALDO JARDIM (CIDADANIA - SP) - Presidente, muito objetivamente quero, primeiro, saudar a reunião de Líderes que houve hoje e foi muito produtiva.

Segundo, ao defender os interesses de São Paulo, assim como fizeram a Deputada Adriana Ventura e o Deputado Alexandre Leite, eu quero fazer um apelo à Deputada Adriana para que retire hoje a sua emenda e retomemos esse assunto em dois níveis.

A Presidente hoje constituiu uma Comissão, com o Deputado Marcelo Castro e V.Exa., que discutirá inclusive o perfil das emendas estruturantes das bancadas estaduais. Eu acredito que a proposta feita pelo Deputado Alexandre Leite, que é semelhante ao que eu proporia, poderá ser analisada quando do relatório preliminar da proposta orçamentária. Nesse momento, nós poderíamos fazer isso.

Deputada Adriana, permita-me dizer que, nesse instante, vale mais a pena nós registrarmos essa posição, o processo andar, e termos tempo para tratar disso nesses dois espaços em vez de agora nesta situação.

Essa é a sugestão que eu faço. Acho mais sensato assim procedermos. Se acatados essa questão de ordem mais o apelo e a sugestão, nós poderíamos fazer isso rapidamente, Presidente. Eu sei que o Líder Wellington é muito convincente, mas talvez eu consiga convencê-la também.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Não há necessidade de nenhum convencimento, porque faltam 6 minutos para a sessão, então eu vou suspender a reunião e convocar o Colégio de Líderes para amanhã às 10 horas.

O SR. ARNALDO JARDIM (CIDADANIA - SP) - Presidente Rose, para terminar, e agradecendo V.Exa. pela condução, se de repente a Deputada Adriana anuir a isso que estou sugerindo, nós poderemos deliberar a Resolução nº 1 imediatamente.

O SR. DANILO FORTE (PSDB - CE) - Pela ordem, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - V.Exa. está sugerindo anuir à instrução normativa? (*Pausa.*)

Passo a palavra, primeiro, ao Deputado Hildo Rocha.

O SR. DANILO FORTE (PSDB - CE) - Pela ordem, Presidente.

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA) - Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - O Deputado Danilo Forte está pedindo a palavra pela ordem.

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA) - O.k. Posso ceder.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Tem a palavra, pela ordem, o Deputado Danilo Forte.

O SR. DANILO FORTE (PSDB - CE) - Sra. Presidenta, hoje, na reunião do Colégio de Líderes, foi constituída uma Comissão sob a liderança do Senador Marcelo Castro com relação a essa informação da IN.

Por que nós não esperamos essa proposta que vai ser desenvolvida pelo Senador Marcelo Castro, para que possamos em cima dela fazer essa reformulação? É muito melhor do que ficar perdendo tempo e debatendo, porque ela já viria consensuada, a partir da Comissão, numa proposta do Senador.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Com a palavra o Deputado Hildo Rocha.

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA) - Sra. Presidente Deputada Rose de Freitas, cumprimento V.Exa. mais uma vez e cumprimento o Senador Izalci.

Vejo que este tema realmente é polêmico, mas tem que ser resolvido, tem que ser normatizado. A proposta da Deputada Adriana Ventura, feita através de uma emenda ao projeto de mudança de resolução, não é errada, é correta. Mas, se formos discutir neste momento a questão da Federação brasileira, vamos encontrar muitas incoerências e disfunções. Quase todos os Estados acabam se lamentando por ter algum tipo de prejuízo por pertencer à Federação.

São Paulo traz essa questão da saúde. Nós sabemos que os preços praticados pelo SUS estão defasados, e isso contribui para esse déficit nos hospitais filantrópicos. Mas, se levarmos outro ponto em consideração, São Paulo não está no apagão por causa do Nordeste brasileiro. Hoje São Paulo vive em função da energia que nós estamos gerando, a energia eólica. O Maranhão mesmo tem duas hidrelétricas grandes: a de Boa Esperança, no Rio Parnaíba; e a Estreito, no Rio Tocantins. Estas são duas hidrelétricas que estão no Maranhão e geram energia para o sistema nacional, atrapalhando inclusive o tráfego de embarcações no Tocantins. Elas geram energia para suprir não apenas o Maranhão, mas também outros Estados do nosso País.

Além disso, o Maranhão tem um grande parque eólico, é um dos maiores. Se somarmos o parque eólico do Maranhão, do Piauí, do Ceará, do Rio Grande do Norte, da Paraíba e de Pernambuco, nós seremos, sem dúvida nenhuma, um dos grandes fornecedores de energia da América, justamente por ser uma energia mais pura, mais ecologicamente correta. Inclusive tramita um projeto de minha autoria no Congresso Nacional que diz que cada Estado que gerar a sua energia que a controle e, se precisar da energia de outro Estado, que pague. Aí entraria a questão das tarifas: bandeira amarela e bandeira vermelha.

Para que V.Exa. tenha uma ideia, hoje os maranhenses estão pagando energia mais cara, com bandeira vermelha, porque fornecem energia para São Paulo. Não era para o maranhense pagar energia com bandeira vermelha, se tivesse sido adotada outra forma, que não fosse a da Federação brasileira. São Paulo reclama de algumas perdas, mas ele também é beneficiado em pertencer à Federação brasileira, como é o caso da energia. Se não fosse o Nordeste e boa parte do Norte, com esse advento do La Niña, que fez com que a quantidade de chuva no Sul e Sudeste diminuísse, São Paulo estaria comprando energia muito cara de termoeletrica e não teria outro fornecedor para ele tão próximo.

Então, há essas vantagens e desvantagens. Eu entendo as preocupações da Deputada Adriana. Acho até que podemos melhorar isso. A ideia de V.Exa. foi boa, e achei que a atitude da Comissão de uma forma geral foi correta, porque nós temos que estabelecer definitivamente esse critério para a distribuição das emendas de bancada.

O Maranhão, pela ideia de S.Exa., não perde. Pelo contrário, o Maranhão ganha um pouco. Mas entendo que temos que olhar também os outros Estados da Federação brasileira.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Com a palavra a Deputada Dra. Soraya Manato. Para encerrar, o Senador Izalci Lucas.

A SRA. DRA. SORAYA MANATO (PSL - ES) - Boa tarde a todos.

O que a Deputada Adriana e o Deputado Alexandre Leite falaram eu achei interessante. No entanto, vou comentar mais em relação ao que o Deputado Alexandre Leite falou.

O Espírito Santo também é sobrecarregado por outros Estados em termos de saúde: Bahia e Minas Gerais. As pessoas do Sul da Bahia e do Norte de Minas Gerais, vocês acham que elas vão para Belo Horizonte ou para Salvador? Elas vão todas para Vitória, para tratar todos os tipos de doença. Os hospitais do SUS em Vitória também são sobrecarregados, e quem paga essa conta é a bancada capixaba. Nós somos somente dez Deputados Federais e três Senadores.

Eu entendo como o Deputado Hildo Rocha: uma mão lava a outra. O problema não é dos outros Estados. O problema é do SUS, em virtude do subfinanciamento da saúde. Deveria se partir do princípio de que quanto mais se produz, mais se

ganha, só que há um detalhe: São Paulo recebe médicos do Brasil todo, médicos do Nordeste, do Norte e do Sudeste que se especializam e são convidados para ficar em São Paulo. Por quê? Porque, se todos os médicos, esse material humano de ponta que fica em São Paulo, saem de São Luís do Maranhão e vão prestar serviço na medicina em São Paulo, quem ganha é o Estado de São Paulo.

Outra coisa. Todos os doentes do Brasil vão para São Paulo. Os médicos de São Paulo são especialistas em doenças raríssimas por quê? Porque lá é o celeiro de doenças do Brasil. Então, São Paulo não só não perde com isso, como São Paulo ganha — e ganha muito! — em referência mundial em termos de saúde.

Mas nós estamos falando do Brasil. Nós vamos ter que fazer uma carteirinha como se faz nos Estados Unidos na fronteira com o Canadá. Com a carteirinha, quem não é paulista não poderá consultar e nem fazer nenhum tratamento médico em São Paulo. Há que se pensar também nesse lado da sobrecarga. Mas isso não é um problema do Estado; é um problema do SUS. Tem que se reinventar alguma coisa em relação ao subfinanciamento da saúde.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Com a palavra o Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) - Primeiro, eu quero parabenizar a Deputada Adriana e o meu amigo Deputado Arnaldo Jardim por esse tema. Participei desta discussão nesta Comissão, principalmente depois que nós aprovamos a emenda impositiva individual. Essa discussão foi feita aqui durante anos e anos. De fato, há diversas distorções, e é evidente que precisam ser corrigidas, com relação à saúde. Inclusive o Distrito Federal atende todo mundo.

O que falta, realmente, é um cartão único para a coisa funcionar. O Sistema Único não tem controle de nada, nem no Distrito Federal nem no Brasil. Só se controla o que se mandou. Não há controle de nada, nem mesmo controle de estoque de medicamento. Então, é evidente que já devia estar funcionando. É lógico que São Paulo é uma referência para todos nós na saúde, mas o DF também é muito demandado.

Acho que é um tema que tem que ser debatido aqui mesmo. Acho que esta Comissão é importantíssima. Eu vejo que temos que administrar bem o Senado, porque lá não há essa proporcionalidade. Portanto, tem que haver um convencimento, tem que haver, realmente, uma estratégia para, realmente, chegarmos a um consenso.

De fato, há muitas distorções, inclusive na aplicação da emenda de bancada agora. Quando nós as criamos lá atrás — o Deputado Hildo é mestre nisso —, era para projetos estruturantes. De fato, houve certa distorção com relação a isso. A maioria não tem aplicado mais emendas em projetos estruturantes.

Eu quero parabenizar. Não sou contra, muito pelo contrário. Eu repliquei aqui o que eu ouvi durante anos e anos. O Deputado Arnaldo sabe disso. Mas acho que precisa ser debatido. Temos que buscar uma solução para não ficar da forma como está, sem regulamentação.

Era isso. Amanhã então, às 10 horas, estaremos aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Bom, eu vou suspender a reunião e convocar reunião de Líderes para amanhã, às 10 horas. Espero que todos compareçam para que possamos finalizar este debate.

O SR. HUGO LEAL (PSD - RJ) - Eu apresentarei, então, o relatório aqui com a questão da emenda.

Eu só queria fazer uma ponderação, Sra. Presidente. Acho que a manifestação do Deputado Arnaldo Jardim goza de razoabilidade, porque esta discussão é muito importante para a instrução normativa. Apesar de ser extremamente relevante, é uma instrução normativa. Acho que nós teremos outras oportunidades, especialmente no relatório preliminar, de voltar a este tema.

A questão das emendas de bancada tem que ser tratada no pacto federativo. Acho que lá é o melhor ambiente para tratar isso.

Eu não veria nenhuma dificuldade em encaminhar a instrução normativa para aprovação. Mas entendo que esse assunto ainda vai retornar aqui, em outros ambientes, principalmente com relação ao financiamento da saúde.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Para que, no ano que vem, o próximo Colegiado não se debruce sobre o mesmo assunto, com as mesmas características e com as mesmas interpretações das questões levantadas.

Portanto, amanhã, vamos nos debruçar sobre esse assunto. Para o momento, faremos o que for possível ser feito e, posteriormente, o que possa ser tomado como decisão em caráter definitivo.

Está suspensa a reunião. Amanhã, às 10 horas, teremos reunião de Líderes.

O SR. HUGO LEAL (PSD - RJ) - A nossa reunião da CMO que está suspensa fica para amanhã também? Pode ser que V.Exa. abra a reunião amanhã também?

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Depois da reunião de Líderes poderemos fazer isso. Se porventura chegarem os novos relatórios, podemos apreciá-los extrapauta, se for o entendimento de todos.

Muito obrigada. Até amanhã.

QUARTO SEM ÁUDIO

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Declaro reiniciada a 9ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da pauta.

Informo que a reunião ocorre de forma semipresencial. Pode haver Parlamentares presentes no plenário e Parlamentares participando de forma virtual, através da plataforma Zoom.

Ordem do Dia.

Item 1. Proposta de Instrução Normativa nº 2, de 2021, que regula os procedimentos para apresentação de emendas de bancada estadual e atualiza a denominação e composição da Área Temática X - Economia.

Relator: Deputado Hugo Leal.

O SR. DANILO FORTE (PSDB - CE) - Sra. Presidente, eu gostaria de fazer uso da palavra por 3 minutos.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Enquanto aguardamos o Relator vir ao plenário, concedo a palavra ao Deputado Danilo Forte.

O SR. DANILO FORTE (PSDB - CE) - Muito obrigado. Sra. Presidente, Senadora Rose de Freitas, Senador Izalci Lucas, demais membros da Comissão Mista de Orçamento, o que me traz aqui é uma grande preocupação com o que está acontecendo hoje em uma das instituições mais importantes para nós do Nordeste.

O Banco do Nordeste do Brasil volta ao noticiário, de uma forma pejorativa, de uma forma até, talvez, leviana na forma de lidar. Estão sendo questionados atos da atual gestão pela imprensa, sem nenhuma profundidade de averiguação, o que, mais uma vez, cria transtorno para essa instituição de fomento tão importante para nós nordestinos.

Senadora Rose, para V.Exa. ter ideia, 86% dos empregos industriais do Nordeste são oriundos de projetos aprovados e financiados pelo Banco do Nordeste do Brasil.

E, mesmo depois de toda a crise pela qual o banco passou na gestão da ex-Presidente Dilma Rousseff... Nós, inclusive — V.Exa., como Presidente desta Comissão, e eu, como Relator da LDO, Lei de Diretrizes Orçamentárias —, viabilizamos, naquela época, 4,1 bilhões de reais, exatamente para tirar o Banco do Nordeste da crise que estava ali instalada. E agora fomos de novo surpreendidos. Nas redes sociais, o Presidente de um partido, Dr. Valdemar, vem acusando a atual gestão, de forma leviana, para, inclusive, desestabilizar uma instituição financeira que foi criada pela luta do desenvolvimento, para diminuir os desequilíbrios regionais do Brasil.

Essa instituição vem desde a década de 50, por lá passaram grandes homens, de muita tradição no Nordeste, de muita credibilidade, desde Rômulo de Almeida, passando pelo ex-Governador Gonzaga Mota, por ex-Ministro de Estado, várias personalidades que participaram, inclusive, da luta política em defesa do Nordeste, e agora está sendo aviltada por uma agressão leviana, descompromissada e que só faz criar dificuldades, inclusive, para a operacionalidade desse banco.

Nós já vivemos isso. Quando houve a "crise do cuecão", lembro-me muito bem, foi feita uma intervenção no banco. Lá chegou Ary Joel, se eu não me engano, um executivo do Banco do Brasil muito respeitado, de muita credibilidade, que passou apenas 8 meses lá no banco. Por quê? Porque não conseguiu dar continuidade ao seu trabalho, exatamente pela dificuldade operacional que encontrou dentro do banco.

E agora que o Presidente Romildo conseguiu dar estabilidade ao banco, que conseguiu, com probidade, recuperar todo o trabalho da instituição e hoje transformou novamente o banco em um grande banco de fomento, vem de novo uma indagação, em função de um convênio do banco com uma instituição não governamental que presta apoio e assessoria ao banco.

Que seja investigado. Que seja aprofundada a investigação. Se ocorreu desvio de recursos públicos, que sejam condenados pela Justiça aqueles que estão levemente tirando dinheiro do banco. Agora, o que nós não podemos é fazer uma agressão à instituição, que merece respeito. A instituição gera desenvolvimento e ajuda a Região mais pobre do Brasil a se reerguer diante de tanta crise e de tanta dificuldade.

Então, eu acho que neste momento é necessário que nós tenhamos um debate com maior serenidade e maior seriedade, não de forma açodada, não de forma palanqueira ou eleitoreira, mas buscando exatamente construir uma solução, uma alternativa para essa instituição.

Aqui eu reafirmo o meu compromisso com o Nordeste brasileiro. Reafirmo o meu compromisso com a minha luta pela diminuição das desigualdades regionais, da discriminação que há do Centro-Sul, e, principalmente, do mercado financeiro com relação às instituições do Nordeste. E afirmo o meu compromisso em defender essa instituição. Essa instituição é nossa. Essa é uma instituição genuinamente nordestina, caracterizada exatamente pelos seus quadros técnicos, que têm identificado as alternativas econômicas para o crescimento e desenvolvimento com inclusão social da nossa Região. E nós não podemos deixar que ela seja agredida dessa forma.

Por isso, reitero aqui a minha solidariedade a todos aqueles funcionários do Banco do Nordeste que trabalham com dedicação, com zelo, com probidade, com cuidado com a coisa pública. Fundamentalmente, o banco é voltado para dar oportunidade ao povo sofrido da Região, que precisa de investimento e de reconhecimento nacional. O banco não pode ser tratado de forma leviana por aqueles que nem conhecem o Nordeste, não sabem como a instituição trabalha, mas estão agredindo uma instituição do porte do Banco do Nordeste. Eu fico muito preocupado com isso.

Não quero aqui agredir ninguém. Respeito a todos, como sempre respeitei nesta Casa, no Congresso Nacional, e na minha história política. Mas eu acho que este não é o melhor momento para se tratar com leviandade essa instituição séria, que precisa ser respeitada. E, do ponto de vista administrativo, se houver alguma irregularidade, que seja apurada. Estamos em um momento de fragilidade econômica, de pós-pandemia, em que estamos tentando retomar o País. E V.Exa., Presidenta Rose, está tomando todo o cuidado exatamente para fazer com que a Comissão Mista de Orçamento possa ajudar o País na retomada da questão da economia, da geração de emprego. Mas agora ocorre exatamente essa leviandade, uma agressão descabida a todos nós identificados com o Banco do Nordeste do Brasil.

Portanto, deixo aqui a minha saudação aos funcionários do banco. E fica a certeza de que no passado os maus gestores foram afastados, muitos inclusive condenados pela Justiça e muitos responderam com seu patrimônio pela falta de zelo com a nossa instituição. E novamente faço a arguição: se tiver que ser auditado, que seja; se tiver que ser punido, que seja. Mas não agridam o Nordeste e muito menos a instituição mais importante de fomento da Região, que é o Banco do Nordeste do Brasil.

Obrigado, Presidenta Rose.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Parabenizo o Deputado Danilo Forte por suas palavras e registramos o nosso apoio, na íntegra, a V.Exa. na sua comunicação.

Nós vamos voltar à questão da Instrução Normativa nº 2, de 2021. Pergunto se mais alguém gostaria de debater.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) - Eu, Sra. Presidente, Deputado Carlos Zarattini.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Tem a palavra o Deputado Carlos Zarattini.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) - Presidente, bom dia. Bom dia a todos.

Presidente, eu só gostaria de manifestar aqui a minha discordância com o fato de que anteontem foi votado no plenário do Congresso a questão de PLNs. Eu acho que nós devemos fazer um esforço para evitar que se vote no plenário. A Comissão de Orçamento já está em funcionamento.

Então, não é correto que a Presidência do Congresso leve os PLNs diretamente ao plenário. É necessário que eles passem aqui pela Comissão, para serem analisados, avaliados, eventualmente modificados, a fim de que depois cheguem ao plenário.

Eu queria registrar aqui a nossa discordância em relação ao método que foi utilizado pela Presidência do Congresso, para que se respeite esta Comissão Mista de Orçamento, que já está em funcionamento há alguns meses.

Então, era essa a minha manifestação.

Queria agradecer a V.Exa.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Deputado Carlos Zarattini, V.Exa. tem toda a razão. Todos estamos de acordo com V.Exa.

Nós já fizemos um comunicado oficial da CMO sobre esse assunto. Não haverá reincidência, haja vista que, para chegar a esta Comissão, os PLNs foram votados na última quinta-feira, na última hora, e havia prejuízo significativo. E atendendo ao apelo do Líder do Governo Eduardo Gomes, nós aceitamos que esses três PLNs fossem à votação, fato que não se repetirá novamente. Isso já foi declarado e reiterado com o apoio de todos os membros da Comissão.

Com a palavra o Deputado Domingos Neto.

O SR. DOMINGOS NETO (PSD - CE) - Presidente, quero fazer uma breve intervenção.

Parabenizo o Deputado Danilo Forte pelo que disse, que é um Deputado do Ceará, onde fica a sede do Banco do Nordeste. Esse é um problema, Presidente, que está afetando uma instituição que presta serviço em todo o Nordeste e que tem sido fundamental para o desenvolvimento econômico, através da gestão do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste.

O fato que se está discutindo, que se contratou uma ONG, devia ser discutido para verificar se há alguma irregularidade nisso — pode ter ou não. Mas a forma que foi feita... Há um vídeo de um Presidente de partido, descredibilizando pessoalmente o Presidente, que, diga-se de passagem, é um homem de bem e que tem o respeito de todo o Nordeste, porque organizou a instituição, as federações das indústrias e do comércio, e todas do Nordeste inteiro reconhecem o seu trabalho.

Sinceramente, aqui fica também o meu apoio para que não deva ser feito dessa forma, sobretudo com uma instituição que tem importância para o nosso Estado e para todo o Nordeste, porque acaba que todo o trabalho institucional do Banco do Nordeste entra em uma crise provocada puramente por política e, no momento, sem nenhum conhecimento de fato do que está acontecendo.

Então, faço coro aqui com as palavras do Deputado Danilo Forte e peço também que esta Comissão de Orçamento possa ser um palco de defesa a essa instituição, que é tão importante para o nosso País.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PTB - PB) - Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Com certeza.

Com a palavra o Deputado Wilson Santiago.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PTB - PB) - Sra. Presidente, o Deputado Domingos e o Deputado Danilo têm extrema razão em defender a instituição Banco do Nordeste.

Todos nós, que somos do Nordeste, reconhecemos a importância do banco, o trabalho do banco para atender as demandas, especificamente dos pequenos produtores rurais espalhados pelo Nordeste inteiro. Então, o Banco do Nordeste não pode sofrer nenhum atropelo e, muito menos, nenhum risco de descrédito no que se refere às suas ações ou à aplicação dos seus programas.

É bem verdade que tudo que tiver relação com as denúncias tem que ser apurado. Mas essas apurações não podem ser incluídas, e digo até denegridas, no sentido de fazer com que o banco perca o seu crédito com a população brasileira.

É muito grande a importância do Banco do Nordeste para a Região. É um patrimônio para o Nordeste, igual é a PETROBRAS para o Brasil inteiro. Por esta razão é que nós não podemos concordar que qualquer ação destrutiva ou que denigre a imagem do banco seja no Congresso absorvida pacificamente.

Temos que defender, sim, que se apure tudo o que existir de denúncia. Ninguém concorda com nada que, de fato, esteja errado. No entanto, temos que separar o banco de atitudes individuais de determinadas pessoas.

Esse é o nosso posicionamento e, eu tenho certeza, de todos aqueles que conhecem e sabem da importância do Banco do Nordeste para a economia de todos nós nordestinos.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Com a palavra o Deputado Hildo Rocha.

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA) - Na mesma linha do que disse o Deputado Danilo, referendado pelos Deputados Domingos Neto e Wilson Santiago, quero confirmar, Sra. Presidente, Senadora Rose de Freitas, a quem saúdo — quero também saudar o Senador Izalci Lucas e todos os colegas Deputados e Deputadas —, que o Banco Nordeste é de grande importância para todo o povo nordestino.

O Banco do Nordeste tem feito alguns investimentos no Maranhão que estão ajudando no desenvolvimento da indústria, da pecuária e da agricultura. Tem sido grande parceiro dos produtores, da indústria e do comércio do Estado.

A forma como foi colocada a imagem do Presidente e de toda a diretoria do banco não foi correta. Se há um contrato que pode ser motivo de fiscalização por fraudes em sua execução, o correto não é sugerir a exoneração de todos os diretores do banco.

Eu até já apresentei uma Proposta de Fiscalização e Controle — PFC à Comissão de Fiscalização na tarde de ontem. E vou sugerir uma audiência pública lá no ambiente da Comissão, para que nós possamos apurar melhor todas essas denúncias, porque, de repente, são falsas, são *fake news* que estão sendo usadas apenas para derrubar a diretoria do banco, um banco que é importante para o Brasil.

Eu queria fazer essas colocações neste momento, Sra. Presidente.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Vou sugerir aos Srs. Parlamentares que fizeram esse desagravo ao Banco do Nordeste que deixem isso registrado em documento assinado por S.Exas.

Vamos continuar a discussão sobre a Instrução Normativa nº 2, de 2021.

Encerrada a discussão, passo a palavra ao Relator, Deputado Hugo Leal.

O SR. HUGO LEAL (PSD - RJ) - Sra. Presidente, acho que a matéria já foi deveras discutida. Entendo que poderia ser ainda mais discutida. E isso deverá acontecer. Teremos novas oportunidades, em outros momentos.

No relatório preliminar, que já foi debatido, eu me manifestei — eu tenho a minha visão.

Como eu já fiz a leitura do relatório ontem, vou ler apenas o voto. Peço a aprovação de V.Exas.

"Do exame do projeto, verificamos que a iniciativa se faz necessária para que se possa abrir prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 19, de 2021 — Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2021.

Em que pesem as ponderações apresentadas na emenda da Deputada Adriana Ventura, entendemos que no momento o melhor a se fazer é repetir o procedimento adotado nos últimos anos, ao mesmo tempo em que se faça uma discussão mais aprofundada do assunto, em projeto de resolução do Congresso Nacional, por ser instrumento mais efetivo para se definir as regras duradouras em relação à tramitação dos projetos de Lei Orçamentária.

Diante do exposto, somos pela aprovação da Proposta de Instrução Normativa na forma em que foi apresentada."

Esse é o voto, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Vou colocar em votação o relatório da Instrução Normativa nº 2. Em votação na representação da Câmara dos Deputados, ressalvados os destaques.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado, com o voto contrário da Deputada Adriana Ventura.

Em votação na representação do Senado Federal.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado no Senado Federal.

Passaremos agora à apreciação do destaque apresentado pela Deputada Adriana Ventura.

O Relator está com a palavra.

Antes, pergunto à Deputada Adriana Ventura se gostaria de fazer uso da palavra.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Claro!

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Pois não. V.Exa. está com a palavra.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Muito obrigada, Sra. Presidente.

Bom, na verdade, nós iniciamos uma discussão que, como bem disse o Sr. Relator, deve seguir e ser aprofundada, porque o tema não é simples, é complexo.

Eu queria deixar consignado que o objetivo do destaque é trazer equidade e justiça à distribuição e destinação das emendas de bancada, que são verbas que deveriam ser utilizadas para investimento em obras de grande vulto, para desenvolvimento do Estado.

Nós temos, sim, diferenças regionais, mas nós temos muitas diferenças populacionais. Então, o critério de divisão do valor de emendas de bancada de forma igualitária não é justo, porque todos os cidadãos brasileiros têm o mesmo valor, todos são iguais. O valor das emendas de bancada era de 242 milhões de reais e passou agora para 212 milhões de reais, aproximadamente. Não é justo que um cidadão paulista valha 4 reais e 60 centavos e um de Roraima valha 348 reais. Ainda se nós estivéssemos falando de investimento estruturante, de obra de grande vulto, seria outra coisa, mas não é isso o que acontece na prática. Muitas vezes, as emendas de bancada são utilizadas como se fossem individuais, o que não está correto.

Então, o que nós temos que buscar é uma forma de fazer com que haja isonomia entre toda a população brasileira e também entre os Parlamentares e que não haja desvirtuamento da utilização da emenda de bancada, que vem sendo utilizada de maneira incorreta.

Um cidadão não vale mais que o outro. E também há outro problema grave, que muitas pessoas tentam justificar. Um Deputado ontem falou assim: *"Isso é compensado com as emendas individuais. São Paulo é a maior bancada, tem 70 Deputados"*. Mas há bancadas que são sub-representadas aqui.

As bancadas de Estados maiores, como São Paulo, Rio de Janeiro e outros, estão sub-representadas, ao passo que as de outros Estados estão super-representadas. Pela proporcionalidade, elas deveriam ter um ou dois Deputados, mas têm oito. Então, eu acho que temos que discutir isso com critério e com profundidade. Eu espero que tenhamos a oportunidade de fazer isso no projeto de resolução. Essa é a minha defesa.

Obrigada, Sra. Presidente, pela sua atenção e gentileza.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Deputada Adriana, com certeza, a Comissão que será organizada pelo Senador Marcelo continuará, e nós teremos a oportunidade de votar e resolver esse assunto de uma maneira mais definitiva. Somos premiados pelo tempo, pelas circunstâncias, que atropelam o trabalho de todos nós, mas sabemos que temos que conduzir dessa maneira.

Eu parabeno V.Exa. pelo discurso e pela atuação nesta Casa.

Concedo a palavra ao Sr. Relator.

O SR. DOMINGOS NETO (PSD - CE) - Relator, V.Exa. me concede 10 segundos, só para eu dar uma informação aos Deputados do Nordeste, os Deputados Danilo, Hildo, Wilson?

A ONG que está sendo questionada na licitação, o segundo lugar, que vem do mercado de São Paulo, fez uma proposta pelo dobro do preço no Banco do Nordeste. Isso é só para que tenhamos a noção de que não há nada de irregular. É uma licitação que está sendo ganha no preço. Isso é só para fazer justiça.

Quero dar essa informação a todos os Deputados do Nordeste, porque, certamente, é de interesse de S.Exas.

O SR. JOÃO CARLOS BACELAR (PL - BA) - Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Tem a palavra o Deputado João Carlos Bacelar.

O SR. JOÃO CARLOS BACELAR (PL - BA) - Sra. Presidente, o nosso Presidente Deputado Valdemar Costa Neto está sendo citado aqui, e eu, como membro do Partido Liberal, tenho a obrigação de fazer a defesa do partido.

Eu queria explicar que eu concordo aqui com os pares. O Romildo é um homem sério — eu testemunhei isso algumas vezes — e de finíssimo trato. Ele tratava todos muitíssimo bem, mas o Presidente Valdemar Costa Neto recebeu uma mensagem do Presidente da República, na sexta-feira à noite, pedindo providências sobre esse assunto. Eu acredito que a imprensa tenha questionado o Presidente sobre isso, e o Presidente, com a peculiaridade e sinceridade que ele tem, retransmitiu isso automaticamente para o Deputado Valdemar Costa Neto. E ele disse que não acreditava, mas que iria fazer uma consulta ao Presidente Romildo. E assim ele fez. E ele foi informado pelo Romildo que realmente existia esse contrato com essa ONG, no valor de seiscentos e poucos milhões de reais, e que, se fosse relicitar, esse contrato seria muito maior.

Eu acho que isso foi um desencontro de informação, porque o Presidente Valdemar Costa Neto também é uma pessoa de finíssimo trato, Líder incontestado de um partido de 44 Deputados Federais hoje e quatro Senadores. E ele tem a responsabilidade da liderança que ele exerce no partido, de homem público, de Presidente de um partido do tamanho do nosso.

Sra. Presidente, eu queria dizer a V.Exa. e aos pares, porque eu acho que isso fez criar essa comoção aqui dos Deputados do Nordeste. Então, eu sugiro a V.Exa., Deputado Domingos, que faça uma comissão para conversar com o Presidente Valdemar, até para dirimir esses fatos. Mas eu não posso também ouvir aqui ataques ao meu Presidente e ficar calado. O Presidente Valdemar é uma pessoa por quem eu tenho o maior respeito, admiração e carinho. Enquanto eu estiver na vida pública partidária, eu estarei no Partido Liberal, que é o único partido ao qual eu fui filiado até hoje. Eu estou no quarto mandato pelo partido e indo para o quinto e não posso ouvir uma crítica ao meu Presidente e ficar calado.

Peço ao Deputado Domingos Neto, ao Deputado Danilo Forte e aos outros Deputados do Nordeste que aqui falaram que levem esse manifesto que V.Exas. mencionaram até o Presidente Valdemar Costa Neto e conversem com ele. Ele é do diálogo. Não é à toa que ele é um líder, e é um líder de um partido com altos e baixos. O partido teve momentos de fragilidade e hoje é um partido de altíssimo respeito e de credibilidade.

O Presidente foi informado dessa situação e, automaticamente, tomou uma atitude, diante da pressão que recebeu do Presidente da República. Acho que pode ter havido algum desencontro de informações, mas eu não vou admitir aqui críticas ao meu Presidente Valdemar Costa Neto. Peço a V.Exas. que façam seus manifestos, façam suas oposições partidárias, mas que, ao mesmo tempo, encaminhem... Posso ser até, Deputado Danilo Forte, o indutor dessa reunião.

Peço ao Presidente que escute uma comissão de Parlamentares para ouvir o contraditório. Acho que o contraditório tem que ser feito, e não podemos imputar às pessoas corretas nenhuma mancha, se não for garantido o direito ao contraditório. Está aqui também o Deputado da Paraíba Wilson Santiago, que é um Deputado de alta relevância e ex-Senador da República, que também tem serviços prestados nesta Casa, no seu Estado e no País. Então, acho que todos aqui têm muita responsabilidade quanto ao que disseram.

Dou como sugestão que se crie essa comissão para conversar com o Presidente Valdemar Costa Neto. Eu posso ser, inclusive, o indutor dessa reunião, Deputado Danilo Forte, para que se dirima essa dúvida. Acho que podem ter havido alguns desencontros, acertos e desacertos. Acho que qualquer um de nós que tivesse recebido um áudio do Presidente da República numa sexta-feira à noite iria ficar preocupado. E não é qualquer valor: são 600 milhões de reais.

Presidenta Rose de Freitas, já que isso foi levantado aqui na Comissão, eu acho que o melhor encaminhamento seria esse: criar o direito ao contraditório e levar a posição dos que se manifestaram ao Presidente Valdemar.

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA) - Sra. Presidente, peço a palavra. Só para esclarecer, Sra. Presidente, peço minuto.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Por favor, eu gostaria de continuar. Estamos num processo de votação. Eu abri o espaço para que o Deputado pudesse se manifestar, e não haverá réplica nem tréplica.

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA) - Peço só 1 minuto, Presidente. É só 1 minuto. Encerrarei o assunto.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Darei a palavra a V.Exa. tão logo o Relator possa concluir a votação.

O SR. HUGO LEAL (PSD - RJ) - Deixe-me só proferir o parecer. É só o parecer à emenda da Deputada Adriana Ventura. Eu dou o parecer agora. Eu já me manifestei.

Apesar de ser meritória a emenda da Deputada, esta Relatoria a rejeita e indica a aprovação da instrução normativa nos termos em que ela está.

Respeitando, data maxima venia, a intenção e o mérito que V.Exa. traz, eu estou rejeitando a emenda e conduzindo à aprovação da instrução normativa na forma como foi apresentada.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) - Peço a palavra pela ordem, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - O olhar da autora do destaque para V.Exa. foi fulminante, Relator.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) - Peço a palavra pela ordem, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Eu estou num processo de votação. Gostaria de concluir.

O destaque foi rejeitado pelo Relator.

Coloco-o em votação na Câmara dos Deputados.

Aqueles que o rejeitam e que aprovam o parecer do Relator permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Registro o voto contrário da Deputada Adriana Ventura.

Está rejeitado na Câmara. Não vai ao Senado.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) - Peço a palavra pela ordem, Presidente.

O SR. DANILO FORTE (PSDB - CE) - Peço a palavra pela ordem, Presidente. Eu fui citado.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Está inscrito o Deputado Claudio Cajado.

O SR. DANILO FORTE (PSDB - CE) - Eu fui citado pelo Deputado João Carlos Bacelar.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - V.Exa. falará, com certeza.

O Deputado Claudio Cajado está com a palavra.

Em seguida, falará o citado, o Deputado Danilo Forte. Depois falará o Deputado Carlos Zarattini.

O SR. CLAUDIO CAJADO (PP - BA) - Obrigado.

Eu queria apenas me reportar ao que foi dito sobre o Banco do Nordeste. Eu acompanhei o final das palavras dos colegas e queria, Presidente, dar um depoimento. Eu sou cliente do Banco do Nordeste. Eu sou agricultor, já tenho vários empréstimos do Banco do Nordeste para plantio de milho e soja e atribuo à instituição um valor extremamente importante

para o produtor rural brasileiro, em especial, para aqueles que praticam a agropecuária. Eu estou agora com um projeto para a suinocultura, e o banco tem dado a ele uma atenção excepcional.

Fiz uma visita presencial, juntamente com o meu sócio, ao Dr. Romildo, no Ceará, e quero dar um depoimento: ele é um servidor de carreira, é um homem da maior *finesse* e um funcionário exemplar. Eu quero dizer com base na minha experiência pessoal, e não como Parlamentar apenas. Minha experiência revela que o Presidente do Banco do Nordeste, Dr. Romildo, é uma pessoa extremamente competente. Já deve estar se aposentando, porque foi ao topo da carreira, como Presidente.

E queria dizer que eu recebi o vídeo do Presidente Valdemar Costa Neto, e o que nós precisamos ver é que uma instituição tão séria quanto o Banco do Nordeste, se contratou uma ONG para fazer o Crediamigo, pelo que eu tenho informação, é porque isso foi bom para o banco. Eu nunca vi banco perder dinheiro — nunca! Se houver um banco que perde dinheiro, é por incompetência ou fraude e acaba quebrando. O Banco do Nordeste tem, principalmente através da gestão do Romildo, recorde de eficiência e de bons resultados. Aliás, esses resultados são auditados pelo Banco Central.

Nós temos que ter confiança nas instituições públicas — Banco do Brasil, Caixa Econômica e BNB. Preocupa-me muito a politização dessa questão. Se há a informação de que havia uma ONG petista prestando serviços ao banco, isso tem que ser apurado, eu concordo. A informação chegou ao Presidente da República, e o Presidente contactou o Presidente Valdemar, do PL, Partido Liberal, que tomou uma atitude. Porém, o vídeo me parece um pouco açodado, feito sem que antes se tenham apurado direito essas questões, principalmente do ponto de vista da gestão, porque, se a ONG é capaz, é competente e traz bons serviços e lucro ao banco, nós temos que ver se é viável ou não retirá-la para botar uma empresa ou para colocar outra organização que venha a ter custos maiores.

Eu não conheço essa ONG, não sei qual é, nunca ouvi falar, inclusive, mas o que me preocupa é recair sobre a imagem da instituição e sobre o Presidente Romildo um ônus que não lhes cabe.

O que eu pediria? Que houvesse uma apuração rigorosa desses fatos, uma auditoria feita por um órgão independente que pudesse aferir se essa ONG tem ou não capacidade técnica; se existe ou não vinculação política; e se ela tem sido ou não positiva e eficiente para o banco, no que diz respeito ao resultados que apresenta.

Essa seria a nossa colocação. Como V.Exa., Sra. Presidente, disse que ia fazer uma moção, um ofício, seria bom constarem esses fatos que eu estou aqui expondo, para que nós não politizássemos uma questão, sem que houvesse uma preocupação com a consequência dos atos que foram praticados e que eventualmente poderão ser desvendados.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Só comunico a V.Exa., Deputado, que eu não disse que faria uma moção, porque não caberia a esta Presidência promovê-la. Apenas pedi àqueles que se manifestaram que organizassem uma moção, e ela seria enviada pela própria Comissão. Essa foi a palavra.

Eu peço que sejam breves, porque nós estamos com uma pauta para ser votada.

Tem a palavra V.Exa., Deputado Danilo Forte.

Depois falará o Deputado Carlos Zarattini.

O SR. DANILO FORTE (PSDB - CE) - Sra. Presidente, foram muito ponderadas as palavras do Deputado Claudio Cajado, e acho que a sensibilidade do Deputado João Carlos Bacelar foi de compreensão, realmente, a esse desacerto, para minimizar os efeitos da postura do Presidente do PL, o ex-Deputado Valdemar.

Eu não vou aqui fazer nenhum comentário a respeito da credibilidade ou não do Presidente do PL, o Dr. Valdemar, até porque não me cabe isso, mas eu tenho respeito e zelo, sim, pela instituição mais importante para o desenvolvimento da Região Nordeste, que já é muito sacrificada e discriminada no Brasil.

É exatamente em cima disso que eu acho que, para qualquer início de diálogo, o Presidente do PL, o Dr. Valdemar, deveria fazer uma retratação, da mesma forma que fez a agressão. Eu acho que cabe agora um momento de humildade, de reconhecimento de que foi agressivo. Não é uma instituição qualquer, é uma instituição financeira. A sensibilidade do mercado financeiro é muito grande. Sabemos que, por detrás disso, sempre houve manobras para tentar dilacerar o banco, para tentar extinguir o banco, porque o mercado financeiro privado sempre teve olho gordo, como se diz na linguagem popular, nas operações que o Banco do Nordeste faz. E o centro-sul do País, onde está a concentração financeira e a riqueza do País, sempre olhou com desprezo para a Região Nordeste.

Então, diante disso, eu estou disposto, Deputado João Carlos Bacelar, a fazer um encontro. Eu não tenho medo de dialogar com ninguém, muito pelo contrário. V.Exa. sabe que eu sou do diálogo, sou da argumentação, mas eu também sou da defesa da dignidade das pessoas. Ninguém pode, de forma leviana, agredir outra pessoa só com base em "alguém me disse" ou "eu ouvi falar". Seja lá de onde vem a informação, sempre cabe uma indagação, inclusive pelos meios judiciais.

A Justiça está aí para isso. O papel do Ministério Público, o papel da Controladoria-Geral da União, o papel da Justiça é exatamente o de averiguar. E onde há dinheiro público, temos que averiguar, temos que acompanhar.

Agora, isso não é de hoje. Esse trabalho e a parceria dessa ONG com o Banco do Nordeste vêm desde 2003. E, como muito bem disse o Deputado Claudio Cajado, é importante focarmos nos resultados, não na natureza ideológica dos dirigentes de qualquer organização. Isso não é papel nosso. Esse discurso fica para a política, para o pleito eleitoral. É lá que nós vamos discutir as questões das divergências políticas e ideológicas. Agora, ao se ideologizar e politizar uma instituição financeira, coloca-se em risco inclusive a credibilidade dessa instituição financeira. E é isso que nós não queremos para o Banco do Nordeste. Quando politizaram o Banco do Nordeste, e o Banco do Nordeste virou instrumento político de um partido político, deu no que deu: deu no cuecão, deu do desvio dos recursos públicos e deu na ausência da credibilidade do banco. É hora de resgatar esse banco, de fortalecer esse banco, para ajudar a economia do Nordeste.

Então, eu estou a sua inteira disposição para qualquer diálogo com quem quer que seja. Agora, eu acho que nós precisamos do respeito e da credibilidade que o Banco do Nordeste tem.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Tem a palavra o Deputado Carlos Zarattini.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) - Sra. Presidente, em primeiro lugar, eu queria registrar o meu voto contrário ao voto do Relator no destaque da Deputada do NOVO.

Essa forma de distribuição das emendas de bancada é equivocada. Não precisaria ser igualitária. Eu acho que nós temos que ser desiguais até para que os Estados com menor poder econômico sejam mais contemplados. Não é possível que haja uma igualdade simplesmente utilizando um divisor para que todo mundo receba a mesma quantidade. Cabe razão à Deputada Adriana Ventura. Nós gostaríamos de apoiá-la e buscar uma solução para isso.

Da mesma forma, Sra. Presidente, temos que encontrar uma solução em relação à emenda de Relator. Todos sabem que existe uma ação junto à Ministra Rosa Weber, no Supremo Tribunal Federal, questionando a forma como é distribuída a emenda de Relator.

Este ano nós temos que achar uma solução para a emenda de Relator. Não pode continuar desse jeito, beneficiando alguns Deputados em detrimento da totalidade do Congresso Nacional, de Deputados e de Senadores.

Por fim, Sra. Presidente, eu queria dizer que o Partido dos Trabalhadores não detém qualquer ONG. Nós temos o partido e a fundação do partido, que é regulamentar na lei dos partidos. Nós não temos nenhuma ONG.

Então, é um absurdo o Presidente da República vir com essa discussão. Ele tem que avaliar se a ONG citada presta ou não um bom serviço ao Banco do Nordeste e ponto final. Se não estiver prestando um bom serviço, que se ativem os órgãos de controle — a CGU, o Ministério Público, o TCU —, e se faça uma auditoria. Agora, não venha com essa conversa mole, que já está enchendo o saco de todo mundo no Brasil.

Desculpe-me! O Presidente da República tem que trabalhar em vez de ficar falando bobagem, utilizando o microfone todo dia para falar bobagem e querer fazer luta ideológica.

Vai trabalhar, por favor, Sr. Jair Bolsonaro!

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Tem a palavra o Relator, o Deputado Hugo Leal. *(Pausa.)*

Vamos colocar em votação.

Tem a palavra o Deputado Juscelino Filho, nosso Relator da LDO.

O SR. JUSCELINO FILHO (DEM - MA) - Sra. Presidente, Senadora Rose, caros colegas, eu também quero corroborar as palavras do Deputado Claudio Cajado e outros e fazer a nossa defesa. Nós conhecemos o trabalho que o Romildo Rolim vinha desempenhando à frente da instituição do Banco do Nordeste, sempre com muita competência. O banco sempre entregou os resultados onde deveria fazê-lo, porque se trata de um banco de fomento importantíssimo para o País e, principalmente, para a Região Nordeste.

Ontem, eu vi o vídeo e recebi diversas mensagens e telefonemas de vários produtores do nosso Estado, geradores de emprego e renda, preocupados com a situação. Eles também conhecem o trabalho da diretoria do banco, conhecem o trabalho que a superintendência do banco faz no Estado do Maranhão. Todos estavam externando uma preocupação, porque o Romildo e toda a diretoria gozam do prestígio e respeito de toda a classe produtora no nosso Estado.

Quero aqui deixar este registro. Vi o vídeo publicado pelo Presidente Nacional do PL. Acho que a forma correta é a que o Deputado Claudio Cajado colocou: tem que ser apurado, tem que ser auditado, porque não pode ser colocado daquela forma sem mostrar os fatos com mais clareza. O Banco do Nordeste tem um papel importante no nosso País, na nossa região, no nosso Estado do Maranhão, e isso nos traz uma preocupação. Trata-se de toda a Diretoria de uma instituição

que hoje tem um grande papel no nosso País, de desenvolvimento, de geração de oportunidade, de emprego e renda. Só quero deixar este nosso registro também de solidariedade a esses acontecimentos que vimos, e torço para que apareçam com mais clareza esses fatos, para que não se cometam injustiças.

Estas são as nossas palavras, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Apesar de já termos realizado o processo de votação, eu quero registrar o voto contrário manifestado em tela pelo Deputado Carlos Zarattini — contrário ao encaminhamento e a favor do destaque. Será considerado o voto em questão.

Para a conclusão desta pauta, há um requerimento de inclusão. Conforme o art. 235 do Regimento do Senado Federal e o art. 128 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, eu submeto ao Plenário requerimento para inclusão na pauta e quebra de interstício de 2 dias úteis para apreciação dos relatórios apresentados aos Projetos de Lei nºs 10 e 14 e dos Requerimentos nºs 25 e 26, de 2021.

O SR. DANILO FORTE (PSDB - CE) - Favorável.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Em deliberação no Plenário.

Pergunto à Câmara dos Deputados se todos estão a favor. (*Pausa.*)

Obrigada.

Em relação a esta votação, perguntamos também aos Senadores. (*Pausa.*)

Aprovado.

Passaremos à apreciação então do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 10, de 2021, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Justiça Eleitoral, da Justiça do Trabalho e do Ministério Público da União, crédito especial no valor de R\$1.229.972,00, para os fins que especifica.

A Relatora é a Deputada Flávia Morais, e o relatório é pela aprovação do projeto de lei, nos termos propostos pelo Poder Executivo.

Em face da ausência da Relatora, designo o Deputado Danilo Forte para fazer a leitura do relatório.

O SR. DANILO FORTE (PSDB - CE) - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, este relatório vem no sentido de abrir um crédito especial no valor de R\$1.229.972,00 para a Justiça Eleitoral. A importância dele se dá exatamente para a conclusão de pagamentos de obras que estão sendo realizadas pela Justiça Eleitoral, principalmente no meu Estado, o Estado do Ceará, na construção do Edifício-Sede da Justiça Eleitoral. O nosso prédio do TRE no Ceará tem mais de 50 anos de uso; é um prédio já muito acanhado, muito diminuto para o tamanho e a importância que a Justiça Eleitoral tem no nosso Estado e é totalmente inadequado às normas de segurança exigidas hoje pelos órgãos de controle da habitabilidade e da funcionalidade de qualquer edifício-sede da envergadura de um Tribunal Regional Eleitoral.

Tanto o Tribunal Regional Eleitoral do Ceará como também o Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região, que engloba os Estados de Rondônia e do Acre, e também a Sede do Ministério Público no Município de Bagé, no Rio Grande do Sul, são exatamente os Estados e as localidades que serão beneficiados com esses recursos que serão disponibilizados para a Justiça Eleitoral.

Diante disso, vou ao voto da Relatora.

"A presente proposição se acha articulada na modalidade apropriada de crédito adicional, isto é, crédito especial, por objetivar a alocação de nova programação não prevista na Lei Orçamentária em vigor (Lei nº 14.144, de 22 de abril de 2021) e ser formulada de acordo com o que determina o art. 46 da Lei nº 14.116, de 31 de dezembro 2020 (LDO/2021).

Do exame da proposição, verificamos que a iniciativa do Poder Executivo não contraria dispositivos constitucionais e demais normas legais pertinentes à matéria.

Diante do exposto, somos pela aprovação do PLN nº 10, de 2021-CN, na forma proposta pelo Poder Executivo.

Sala da Comissão, 29 de setembro de 2021.

Deputada Flávia Morais"

Deputado *ad hoc* Danilo Forte.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Em discussão o relatório apresentado pelo Deputado Danilo Forte. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação na Câmara dos Deputados.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Agradeço ao Deputado Danilo Forte, sempre presente e atuante nesta Comissão.

Passamos agora à apreciação do relatório do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 14, de 2021, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Justiça Eleitoral, crédito especial no valor de R\$944.400,00, para os fins que especifica.

O Relator, pela ausência da Relatora, é o Deputado João Carlos Bacelar. O relatório original é pela aprovação do projeto de lei do Poder Executivo. Ao projeto não foram apresentadas emendas.

V.Exa. tem a palavra.

O SR. JOÃO CARLOS BACELAR (PL - BA) - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Senadores e Deputados, "a presente proposição se acha articulada na modalidade apropriada de crédito adicional, isto é, crédito especial, por objetivar a alocação de nova programação não prevista na Lei Orçamentária em vigor (...) e ser formulada de acordo com o que determina o art. 46 da Lei nº 14.116, de 31 de dezembro 2020 (LDO/2021).

Do exame da proposição, verificamos que a iniciativa do Poder Executivo não contraria dispositivos constitucionais e demais normas legais pertinentes à matéria.

Diante do exposto, somos pela aprovação do PLN nº 14, de 2021-CN, na forma proposta pelo Poder Executivo."

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Em discussão o relatório apresentado pelo Deputado João Carlos Bacelar. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação na Câmara dos Deputados.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Temos um extrapauta, que citei na reunião de Líderes.

Apreciação do Requerimento nº 25, de 2021, que requer realização de reunião de audiência pública para tratar sobre a forma de divisão das emendas de bancada estadual para o orçamento anual de 2022. Autora: Deputada Adriana Ventura.

V.Exa. deseja fazer uso da palavra, Deputada Adriana?

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Sobre este requerimento não, porque eu já falei sobre emenda de bancada. Eu só queria reforçar a importância de aprofundarmos o debate sobre esse tema.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Pois não.

O requerimento está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo, está encerrada a discussão.

O requerimento está em votação na Câmara dos Deputados.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Senadores que o aprovam permaneçam como se se acham. *(Pausa.)*

Temos a apreciação de outro requerimento.

Requerimento nº 26, de 2021, que requer a realização de reunião de audiência pública para tratar sobre as emendas do Relator-Geral no Orçamento da União. Autora: Deputa Adriana Ventura.

Deputada Adriana, V.Exa. quer fazer uso da palavra ou podemos passar à votação?

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Vou falar por 1 minuto só, Presidente.

Na verdade, é só para corroborar com o que o Deputado Carlos Zarattini já disse. Nós precisamos realmente discutir a questão das emendas de Relator e seus impactos na democracia, na isonomia e na transparência. Por isso foi solicitada esta audiência. Eu inclusive já conversei sobre isso com o Sr. Relator e com V.Exa., Sra. Presidente. É muito importante para esta Comissão debater este tema de uma maneira aberta, para que possamos melhorar esse instrumento.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. MDB - ES) - Pois não.

O requerimento está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo, está encerrada a discussão.

O requerimento está em votação na Câmara dos Deputados.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Senadores que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Quero agradecer a presença a todos e sobretudo registrar a importância que tem a reunião de Líderes e coordenadores para que possamos dar um bom andamento à pauta nesta Casa.

Considero encerrada a presente reunião.